UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS DE LETRAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

GAYLHA WÉGILA DE OLIVEIRA

ESTRATÉGIAS EM COMPETIÇÃO PARA INDEFINIR O AGENTE EM TEXTOS JORNALÍSTICOS: UM OLHAR PARA AS FORMAS PRONOMINAIS

JOÃO PESSOA
2023

GAYLHA WÉGILA DE OLIVEIRA

ESTRATÉGIAS EM COMPETIÇÃO PARA INDEFINIR O AGENTE EM TEXTOS JORNALÍSTICOS: UM OLHAR PARA AS FORMAS PRONOMINAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, na área de concentração Teoria e Análise Linguística e linha de pesquisa Diversidade e Mudança Linguística, como requisito à obtenção do título de Mestre em Linguística, sob orientação do Prof. Dr. Camilo Rosa Silva.

JOÃO PESSOA
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

PROLING

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE

GAYLHA WÉGILA DE OLIVEIRA

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três (13/12/2023), às catorze horas, realizou-se, Via Plataforma Zoom, a sessão pública de defesa de Dissertação intitulada "**ESTRATÉGIAS EM COMPETIÇÃO PARA INDEFINIR O AGENTE EM TEXTOS JORNALÍSTICOS: UM OLHAR PARA AS FORMAS PRONOMINAIS"**, apresentada pelo(a) mestrando(a) **GAYLHA WÉGILA DE OLIVEIRA**, Licenciado(a) em **Letras** pelo(a) **Universidade Estadual da Paraíba - UEPB**, que concluiu os créditos para obtenção do título de MESTRE(A) EM LINGUÍSTICA, área de concentração **Teoria e Análise Linguística**, segundo encaminhamento do(a)Prof(a). Dr(a). Jan Edson Rodrigues Leite, Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB e segundo registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação do Programa. O(A) Prof(a). Dr(a). Camilo Rosa Silva (PROLING - UFPB), na qualidade de orientador(a), presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os(a)s Professores(as) Doutores(as) Marta Anaísa Bezerra Ramos (Examinadora/UEPB) e Aymmée Silveira Santos (Examinadora/UEPB). Dando início aos trabalhos, o(a) senhor(a) Presidente Prof(a).Dr(a). Camilo Rosa Silva convidou os membros da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida, foi concedida a palavra ao(à) Mestrando(a) para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi arguido(a) pelos membros da banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, ao qual foi atribuído o conceito APROVADA. Proclamados os resultados pelo(a) professor(a) Dr(a). Camilo Rosa Silva, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar a presente ata foi lavrada e assinada por todos os membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 13 de dezembro de 2023.

Observações

A banca fez sugestões e apontou a necessidade de ajustes que deverão ser acatados pela mestranda.

Prof(a). Dr(a). Camilo Rosa Silva

(Presidente da Banca Examinadora)

Prof(a).Dr(a). Marta Anaísa Bezerra Ramos

(Examinadora)

Prof(a). Dr(a). Aymmée Silveira Santos

(Examinadora)

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

O48e Oliveira, Gaylha Wégila de. Estratégias em competição para indefinir o agente em textos jornalísticos : um olhar para as formas pronominais / Gaylha Wégila de Oliveira. - João Pessoa, 2023.
143 f. : il.

Orientação: Camilo Rosa Silva.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Pronomes. 2. Indetermiinação do agente. 3. Sujeitos pronominais. 4. Pronomes pessoais. 5. Textos jornalísticos. I. Silva, Camilo Rosa. II. Título. UFPB/BC

CDU 81'367.626(043)

Elaborado por Walqueline da Silva Araújo - CRB-15/514

AGRADECIMENTOS

Nos últimos dois anos e meio, vivi tanta coisa, boa e também difícil. Sozinha seria incapaz de concretizar o sonho da finalização dessa etapa. Por essa razão, dedico esse espaço para alguns agradecimentos.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por me proporcionar forças nos momentos mais adversos e me fazer capaz de chegar até aqui.

À minha mãe, Vera Lúcia, por ser exemplo de humanidade e bondade. Por ser modelo de mãe e consequentemente por servir de apoio para todos os momentos necessários.

Ao meu pai, Rozinaldo Pires, pelo incentivo na área de educação, mesmo sendo semianalfabeto, por me fazer ver e acreditar que a educação transforma, cria oportunidades e que, acima de tudo, nos faz pessoas melhores.

A meu esposo Wendel, por sempre me incentivar e apoiar para a realização de sonhos, e por ter sido suporte durante todos esses anos juntos.

Aos meus filhos, Willian e Sophia, por serem a razão pela qual levanto e “luto” todos os dias.

Às minhas irmãs, Taisa e Tatiane, por servirem de rede de apoio em minha caminhada acadêmica.

Ao meu orientador Camilo, por ser educado, gentil, ético e competente em sua orientação.

A minha ex-professora e orientadora de TCC, Marta, por sua paciência, bondade e presteza em todos os momentos em que precisei, indo muito além do que eu esperava.

Aos membros da banca examinadora, Marta e Aymmé, que prontamente aceitaram ler este trabalho e contribuir com suas valiosas apreciações. Por terem sido tão atenciosas na banca de qualificação, apontando correções essenciais para a qualidade do trabalho, sempre de maneira ética, dedicada e prestativa.

Aos membros do Grupo de Investigações Funcionalistas (GIF), pelas parcerias e discussões sempre produtivas.

E a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram nessa jornada

Mulher é desdobrável. Eu sou.

Adélia Prado[1]

[1] PRADO, Adélia. **Reunião de poesia:** 150 poemas selecionados. Editora Best Seller, 2015.

RESUMO

Nesta dissertação apresentamos as diversas estratégias em competição para indeterminar o sujeito no Português Brasileiro, doravante (PB), em especial a indeterminação a partir de formas pronominais, analisando dados de língua escrita a partir de dois gêneros - a entrevista e o artigo. Assim, fundamentando-nos em uma perspectiva teórica funcionalista, buscamos responder a seguinte pergunta: As formas de indeterminação do sujeito no PB estão apresentando usos inovadores e passando por mudanças de comportamento na língua escrita? Nesse sentido, partindo da hipótese de que há novas configurações nas ocorrências de representação de sujeitos pronominais, objetivamos, de modo geral, analisar o funcionamento dos pronomes pessoais citados como formas alternativas de indeterminar o sujeito em textos da esfera jornalística. Utilizamos como *corpus* uma amostra de 24 entrevistas e 24 artigos, distribuídos igualmente em dois periódicos brasileiros: VEJA e CLAUDIA. O recorte temporal dos textos selecionados compreende os anos entre 2020 e 2022. A escolha dessas revistas foi motivada por serem periódicos de grande circulação e por apresentarem características estilísticas bem distintas uma da outra. A apresentar o fenômeno estudado nas a partir das abordagens tradicionais e funcionalistas da língua, nos respaldamos em autores como: Cunha e Cintra (2009), Bechara (2010), Rocha Lima (2011), Neves (2000), Castilho (2010) e Bagno (2011). Além desses, estudos como os de Duarte (1993, 2007) e Lopes (2008) foram fundamentais na compreensão dos dados analisados. Da observação dos dados, depreendemos que novas formas estão sendo utilizadas como estratégias de indeterminação do sujeito, dentre elas o *você,* o *a gente,* o *nós (expresso ou nulo).* Além disso, foi possível observar alterações na compreensão dos usos do *se*. Concluímos, pois, que a língua é mutável e os usos nem sempre condizem com o que está prescrito nas gramáticas.

PALAVRAS-CHAVE: Pronomes. Indeterminação do agente. *Você, a gente, nós, se*.

ABSTRACT

In this dissertation we are going to present some strategies in competition to make indetermined the subject in Brazilian Portuguese, specifically from Paraíba (PB), in special the indeterminacy from pronominal forms, analyzing written language data from two genres - the interview and the article. Thus, based on a functionalist theoretical perspective, we seek to answer the following question: Are the forms of indeterminacy of the agent subject in PB presenting innovative uses and undergoing behavioral changes in the written language? In this sense, starting from the hypothesis that there are new configurations in the occurrences of representation of pronominal subjects, as a objective, in general, we aim to analyze the functioning of the personal pronouns mentioned as alternative ways of indetermining the subject in texts of the journalistic area. As a corpus, we used a sample of 24 interviews and 24 articles in two Brazilian magazines: VEJA and CLAUDIA. The time frame of the selected texts comprises the years between 2020 and 2022. The choice of these magazines was motivated by the fact that they are periodicals with a large circulation and because they have stylistic characteristics that are very different from each other. In order to create a comparison between traditional and functionalist approaches to language, we rely on authors such as: Cunha e Cintra (2009), Bechara (2010), Rocha Lima (2011), Neves (2000), Castilho (2010) e Bagno (2011). In addition, studies such as those by Duarte (1993, 2007) and Lopes (2008) were fundamental in understanding the data analyzed. From the observation of the data, we infer that new forms are being used as a strategy of indeterminacy of the subject, among them: *você (you), o a gente (we), o nós (we) (express or null)*. Furthermore, it was possible to observe changes in the understanding of the uses of SE (if). We conclude, therefore, that the language is changeable, and the uses do not always match what is prescribed in the grammars.

Key-words: Pronouns. Agent indeterminacy. *Você (you), a gente (we), o nós (we), se(if).*

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Uso do a gente no gênero entrevista 99
Gráfico 2: O Uso do a gente no gênero artigo de opinião 100
Gráfico 3: A indeterminação da SPS no gênero entrevista.....112
Gráfico 4: A indeterminação da SPS no gênero artigo de opinião 113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Atuação do tempo verbal sobre a variante a gente 66
Tabela 2: A primeira pessoa do singular no gênero entrevista 85
Tabela 3: A primeira pessoa do singular no gênero artigo 87
Tabela 4: A PPL no gênero entrevista 89
Tabela 5: A PPP no gênero artigo de opinião 96
Tabela 6: Quantitativos de PPP indeterminada 99
Tabela 7: Sexo dos informantes no gênero entrevista 101
Tabela 8: Sexo dos informantes no gênero artigo de opinião 102
Tabela 9: A SPS no gênero entrevista 104
Tabela 10: A SPS no gênero artigo de opinião 107
Tabela 11: As formas de segunda pessoa no gênero entrevista: revista VEJA 109
Tabela 12: As formas de segunda pessoa no gênero entrevista: CLAUDIA 110
Tabela 13: As formas de segunda pessoa no gênero artigo de opinião: revista VEJA 110
Tabela 14: As formas de segunda pessoa no gênero artigo de opinião: revista CLAUDIA 110
Tabela 15: A terceira pessoa do plural no gênero entrevista da revista VEJA 116
Tabela 16: A terceira pessoa do plural no gênero entrevista da revista CLAUDIA 119
Tabela 17: A terceira pessoa do singular no gênero artigo de opinião da revista VEJA 121
Tabela 18: A TPS no gênero artigo de opinião: revista CLAUDIA 122
Tabela 19: Ocorrências do se no gênero entrevista 124
Tabela 20: Ocorrências do se no gênero artigo 127
Tabela 21: As estratégias de indeterminação nas entrevistas 130
Tabela 22: As estratégias de indeterminação nas entrevistas: revista CLAUDIA 130
Tabela 23: As estratégias de indeterminação nas entrevistas: revista VEJA 131
Tabela 24: As estratégias de indeterminação em artigos de opinião 132
Tabela 25: As estratégias de indeterminação em artigos de opinião na revista CLAUDIA 133

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Classificação das ocorrências do pronome sujeito *eles* indeterminado 72
Quadro 2: A relação formação/função da entrevista com o assunto tratado na entrevista....79
Quadro 3: A relação formação/função do colunista com o assunto tratado no artigo de opinião 80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GT – Gramática tradicional

PPP – Primeira pessoa do plural

PPS – Primeira pessoa do singular

SPS – Segunda pessoa do singular

SPP – Segunda pessoa do plural

TPS – Terceira pessoa do singular

TPP – Terceira pessoa do plural

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

2 ASPECTOS GERAIS DO FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO 19

2.1 O surgimento da teoria funcionalista 19

2.2 A Linguística Funcional Norte-Americana 22

2.2.1 Noção de gramática no funcionalismo 25

2.2.2 O princípio da iconicidade 26

2.2.3 O princípio da marcação 30

2.2.4 O processo de gramaticalização 31

2.3 O Sociofuncionalismo 33

3. AS CONCEPÇÕES DE GRAMÁTICA: SOB O OLHAR DE CASTILHO 35

3.1 Gramática descritiva: a língua é um conjunto de produtos estruturados 36

3.2 Gramática histórica: a língua é um conjunto de produtos e processos em mudança 37

3.3 Gramática prescritiva: a língua é um conjunto de "usos bons" 38

3.4 Gramática funcionalista: a língua é um conjunto de processos estruturantes ... 39

4. A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO: MÚLTIPLOS OLHARES 42

4.1 A indeterminação sob a ótica da tradição gramatical: uma abordagem descritiva 42

4.2 Indeterminação sob uma abordagem linguística 45

4.2.1 O que falam os linguistas sobre a relação entre o sistema pronominal e a indeterminação do sujeito 55

4.2.2 Referenciação 58

4.2.3 Indeterminação ou indefinição? 59

4.3 A indeterminação do agente a partir de formas pronominais 63

4.3.1 A indeterminação com formas pronominais de primeira pessoa 63

4.3.2 A indeterminação com formas pronominais de segunda pessoa 68

4.3.4 A indeterminação com formas pronominais de terceira pessoa 71

4.3.5 A indeterminação com o uso do *se: se* apassivador ou indeterminador? 73

5. METODOLOGIA..... 77

5.1 Os gêneros analisados..... 79

5.2 Caracterização dos periódicos selecionados..... 82

6. O QUE MOSTRAM OS DADOS 83

6.1 Análise dos resultados 83

6.1.1 Representação do sujeito na 1ª pessoa do singular..... 84

6.1.2 A primeira pessoa-do plural (nós / a gente) – a forma preferida para indeterminar o agente 89

6.1.2.1 A variável sexo do informante como influência na escolha da PPP em sua forma não prototípica 100

6.1.2.2 A variável modo-temporal como influência no comportamento da PPP... 103

6.1.3 A segunda pessoa como estratégia indeterminadora 104

6.1.3.1 A variável sexo do informante como influência na escolha da SPS em sua forma não prototípica 112

6.1.4 A terceira pessoa e seus casos de indeterminação 113

6.1.5 As construções com o se..... 124

6.1.5 Os diversos recursos de indeterminação observados e a concorrência entre eles 129

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 135

REFERÊNCIAS..... 137

INTRODUÇÃO

Entendendo a língua a partir de uma perspectiva funcionalista (e sociofuncionalista), vemos que ela é dinâmica e adaptável às necessidades comunicativas dos falantes, portanto, volátil e suscetível a mudanças. Assim, as formas linguísticas tendem a ajustar-se aos contextos de usos e às necessidades informacionais. Em consonância com esse pensamento, Bravin dos Santos (2012) e Vieira e Freire (2016), em estudos que refletem sobre o ensino das estratégias de indeterminação do sujeito nas aulas do ensino médio, mencionam que estas não devem estar restritas aos mecanismos apresentados pela tradição gramatical, pois há diferentes formas em competição, variação que tem relação com os contextos discursivos.

Nesse cenário, situam-se os pronomes *você* e *a gente*, cuja inserção no sistema pronominal provocou, segundo Lopes (2007), um rearranjo no quadro dos pronomes, gerando uma simplificação no paradigma flexional e criando uma série de repercussões gramaticais. Uma delas é que o Português Brasileiro, estaria passando de uma língua de sujeito nulo[2], para uma língua de sujeito preenchido. Outra repercussão no comportamento dos pronomes é o uso do *você* e do *a gente/nós*, com função de indeterminar o agente, ao preencher a função gramatical de sujeito. Logo, confirma-se que os itens vão adquirindo novas funções.

Existem múltiplas possibilidades de definição e classificação para a função de sujeito, dependendo da perspectiva de pesquisa escolhida. Perini (2005, p.39), com base no critério formal afirma que "Sujeito é o termo com o qual o verbo concorda". Por outro lado, Faraco e Moura (1998), utilizando-se do critério pragmático, afirmam que "sujeito é o termo que denota o ser a respeito de quem se faz uma declaração". Também a partir do critério pragmático, Rocha Lima (1998) define sujeito como "o ser de quem se diz algo" (p. 288).

Perini (2005, p. 270) define como construções *impessoais* as orações com sujeito normalmente classificado como indeterminado pelas gramáticas normativas. Por utilizar-se puramente do aspecto formal em sua definição de sujeito, o autor considera orações sem sujeito todas que não o apresentarem explicitamente. Além disso, propõe a nomenclatura *agente não-especificado* para estes casos. Enquanto Faraco e Moura (1998, p. 37) classificam sujeito indeterminado como "aquele que, embora existindo, não se pode determinar". É possível perceber, portanto, que o critério utilizado na definição de Faraco e moura (1998) é o semântico. Já para Rocha Lima (1998), por exemplo, determinado é o sujeito que é identificável na oração – explícita ou implicitamente; e indeterminado quando não pudermos

[2] Consideramos como sujeito nulo aquele que não vem realizado na oração. Ou seja, a sua posição sintática não está vazia, mas ocupada por uma categoria vazia.

ou não tivermos interesse em especificá-lo. Portanto, Rocha Lima (1998) utiliza-se dos critérios formais e semânticos na sua definição.

Portanto, a gramática tradicional aciona os critérios sintático, semântico e discursivo na definição de sujeito. Ressalte-se que o critério preponderante da tradição é o pragmático, o semântico só é depreendido quando se analisa a subclassificação – sujeito indeterminado.

Esse tipo de definição afeito à tradição conduz ao entendimento de que o sujeito seria representado por uma pessoa. Entretanto, Perini (2005) questiona que essa definição de sujeito indeterminado considera a relação entre o sujeito e o ser que pratica a ação verbal, entrando em contradição com o conceito que diz que sujeito é o ser sobre o qual se faz uma declaração.

A gramática tradicional é respaldada pela soberania do critério formal sobre o semântico e o pragmático. Na perspectiva funcionalista, no entanto, há a interseção de três domínios, quais sejam: o sintático, o semântico e o pragmático no tratamento do sistema gramatical, conforme defende Bagno (2011, p.749): "a indeterminação é um traço semântico que recorre a elementos morfossintáticos para obter efeitos pragmáticos de não explicitação do agente".

Para a GT, temos as seguintes marcas de indeterminação: a) verbos na 3ª PP, b) verbo na 3ª pessoa do singular com a partícula *se* e c) verbos no infinitivo impessoal, conforme observado nos dados do estudo.

a) Fui a primeira prefeita de Caruaru em 160 anos de história e pesava sobre mim muita desconfiança. **Insistiam** em me colocar à sombra do meu pai, do meu marido, como se eu fosse um mero fantoche. (VEJA, nov/2022).

b) Uma polêmica que sempre ressurge quando **se** fala de Xuxa é o filme Amor. (CLAUDA, out/2020).

c) Resiliência é a combinação entre **ser apto** a se levantar se for preciso e **ter treinamento** necessário para **ser flexível** em um mundo incerto como o de hoje, onde não sabemos o que pode acontecer" (VEJA, mar/2022).

Porém, além das marcas já previstas para indeterminar o agente, estudos funcionalistas constataram que formas pronominais também estão sendo utilizadas para sinalizar essa mesma função. Othero e Silva (2020, p. 152), por exemplo, ao estudarem a indeterminação do sujeito a partir de formas pronominais finitas, observaram as seguintes estratégias de indeterminação: *tu/você, zero, a gente, nós, eles, se, vocês, eu.* Portanto, é possível identificar um processo de mudança nesse fenômeno linguístico.

A seguir, alguns exemplos das formas inovadoras observadas como estratégia de indeterminação do sujeito, nos dados deste estudo:

d) (Ø) som**os** um país com uma das maiores taxas de população totalmente vacinada. (VEJA, fev/2022).

e) **Nós** sempre praticamos filantropia, mas (Ø) não falávamos muito sobre isso. (VEJA, mai/2020).

f) **A gente** sabe que é início de ano eleitoral e que o governador Cláudio Castro, hoje no PL, o partido do presidente, está fazendo a campanha dele. (VEJA fev/2020).

g) Mas quando é prazeroso **você** acessar as duas coisas, tudo bem. (CLAUDIA, fev/2022).

Considerando a classificação do sujeito quanto à referência, Duarte (2007, p. 198) apresenta uma crítica à classificação tradicional e propõe uma nova classificação: "poderia ser assim delineada: (d) quanto à forma (estrutura), o sujeito pode vir expresso ou não expresso; (e) quanto à referência (seu conteúdo, seu valor semântico), o sujeito pode ter referência definida, indefinida ou não ter qualquer referência". É, basicamente, nessa proposta de Duarte (2007) que ancoraremos nossa análise.

Faz-se necessário entender o comportamento das categorias mórficas e sintáticas, as novas funções assumidas pelos elementos linguísticos para que se possa ter uma melhor percepção e classificação dos termos linguísticos e aplicação no estudo destes termos. Diversas pesquisas de bases funcionalistas, como as realizadas por Neves (1994), Duarte (2015) e Furtado da Cunha e Tavares (2016), se voltam à análise de fenômenos morfossintáticos, por compreenderem a importância do estudo da língua em uso, para a descrição dos fatos linguísticos. Com relação à sintaxe do sujeito, muito se discute sobre as formas de indeterminação do agente verbal, suscitando várias inquietações. Assim, fundamentando-nos em uma perspectiva teórica funcionalista, buscamos responder a seguinte pergunta: As formas de indeterminação do sujeito agente no PB estão apresentando usos inovadores e passando por mudanças de comportamento na língua escrita?

Partindo da hipótese de que há novas configurações nas ocorrências de representação de sujeitos pronominais, objetivamos, de modo geral, analisar o funcionamento dos pronomes pessoais citados como formas alternativas de indeterminar o sujeito em textos da esfera jornalística. Nessa perspectiva, delineamos como objetivos específicos desta pesquisa:

a) Identificar os contextos que favorecem o emprego das formas pronominais (*eu, você/vocês, nós, zero, a gente, eles/elas* e *se)* como estratégia de indeterminação do sujeito.

b) Comparar o emprego dos usos indeterminados desses pronomes em gêneros distintos, a fim de explicar os fatores que influenciam as escolhas dos falantes/escritores (grau de formalidade, temática dos textos, entre outros.)

Buscamos, portanto, ao definir esses objetivos, descrever o comportamento dos itens em foco na pesquisa, a partir de um *corpus* constituído de 24 entrevistas e 24 artigos (distribuídos igualmente entre duas revistas diferentes: CLAUDIA e VEJA), e apontar as motivações contextuais que influenciam o mencionado processo de instabilidade e mudança linguística que os envolvem.

A organização do trabalho está assim proposta: na sequência desta introdução, passamos ao primeiro capítulo, no qual discutiremos os aspectos gerais do funcionalismo linguístico e apresentaremos os diferentes tipos de gramática, focalizando na perspectiva funcional, norteadora deste estudo. Além disso, apresentaremos os conceitos fundamentais da gramaticalização – fenômeno de variação e mudança da língua – que servirão de base para a compreensão das mudanças nas formas pronominais e do fenômeno da indeterminação aqui focalizados. No segundo capítulo, expomos as noções de sujeito e de sujeito indeterminado, além dos mecanismos usados para esse propósito, de acordo com as gramáticas tradicionais, bem como as estratégias inovadoras de indeterminação ou indefinição dos agentes, apontados em pesquisas recentes, a exemplo de Bravin dos Santos (2012), Vieira e Freire (2016) e Othero e Silva (2020). A metodologia do estudo está explicitada no terceiro capítulo, enquanto o quarto capítulo é destinado ao detalhamento da análise dos dados, seguindo-se as considerações finais.

2 ASPECTOS GERAIS DO FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO

Neste capítulo, apresentamos os aspectos relativos à corrente linguística que norteia este estudo: o funcionalismo linguístico – suas características, breve histórico, conceitos e princípios. Além disso, discutimos as compreensões acerca do sociofuncionalismo, corrente que também serve de base para a análise dos dados deste estudo. Também expomos os tipos de gramáticas e concepções/conceituações sobre o processo de gramaticalização, que tem grande relevância na compreensão dos dados em análise.

Para dar conta desse propósito, estruturamos este capítulo em seções e subseções. Em 2.1, apresentaremos um breve percurso sobre o surgimento da teoria funcionalista, com uma menção ao Círculo de Praga e explicação dos tipos de funcionalismo. Em 2.2, ampliaremos as referências sobre a Linguística Funcional Norte-Americana, apresentando suas principais características. Na sequência, discutimos noções de gramática no funcionalismo e logo após trataremos do princípio da iconicidade. Contemplamos, ainda, no item 2.2.3, o processo de gramaticalização como base teórica essencial na compreensão dos dados deste estudo, no item 2.2.3. Por fim, no tópico 2.2.4, serão apresentados os pontos convergentes e divergentes entre o Funcionalismo e o Sociofuncionalismo, além da apresentação da contribuição do Sociofuncionalismo para a compreensão do fenômeno aqui estudado.

2.1 O surgimento da teoria funcionalista

O funcionalismo linguístico pode ser compreendido como o conjunto de teorias que objetivam estudar e descrever as línguas naturais, levando em consideração o processo de interação verbal, uma vez que compreendem que é no processo de interação que a língua ativa mecanismos orientados por princípios pragmáticos e estes acionam estruturas que atendem ao propósito comunicativo.

É nesse sentido que formas pronominais variam de acordo com usos e escolhas linguísticas dos usuários da língua. Seu comportamento nos mais variados contextos de uso é objeto de interesse de diversas correntes linguísticas. Desse modo, conforme o olhar lançado sobre esse objeto, as análises se sustentam em modelos teóricos distintos, como o formalista[3] e o funcionalista. Neste estudo, portanto, nos apoiaremos no funcionalismo para a compreensão da variação nos usos das formas pronominais em função de sujeito.

[3] Não discorreremos sobre o formalismo linguístico, uma vez que não é base teórica para análise dos dados neste estudo.

O modelo funcionalista analisa diversos aspectos gramaticais, relacionando-os ao uso, à frequência de uso e aos embates e concorrência entre formas e aspectos linguísticos, seja em recortes de textos orais, seja de textos escritos, sempre considerando o contexto. Assim, adotaremos o referido modelo como base teórica do nosso estudo, pois essa corrente de estudos linguísticos nos permite relacionar usos linguísticos e regras gramaticais, além de propiciar uma reflexão a respeito de usos inovadores das formas linguísticas aqui estudadas contrapondo a descrição tradicional que as gramáticas propõem sobre elas.

Multifacetado em suas abordagens, o funcionalismo ou linguística funcional explica a organização da gramática e a codificação das estratégias gramaticais com base em princípios de natureza cognitiva e comunicativa. Autores como Givón (1993), que propõe o entendimento de língua baseada no uso, tendo a gramática como um sistema aberto às modificações, e Hopper (1987), que compreende a gramática como emergente, e que, portanto, abriga toda e qualquer expressão linguística confirmada em uso com regularidade, são importantes nomes nesse campo teórico. Dentro deste entendimento de gramática - de usos e emergente - temos o processo de gramaticalização, que consiste em um processo de mudança linguística. Nesse entendimento, a língua não é homogênea e fixa, mas dinâmica e maleável e vai sendo negociada constantemente nos eventos de fala.

Embora o surgimento do Funcionalismo seja associado à segunda metade do século XX, mais especificamente à década de 1970, como corrente de pensamento, já existia anteriormente a Saussure e ao Círculo Linguístico de Praga (CLP), conforme Pezatti (2005), pois alguns estudiosos já tentavam explicar a língua considerando aspectos psicológicos, cognitivos e funcionais. Assim, em 1970, de certa forma, há uma retomada da visão pré-saussuriana, com as concepções do funcionalismo, considerando-se este um momento de produção teórica acerca da língua numa concepção de investigação das suas funções no uso.

Inquietações e divergências em relação à abordagem da língua nos estudos saussureanos incitaram discussões sobre a língua e sua forma de estudo, dando origem, em 1926, ao movimento denominado Circulo Linguístico de Praga, com integrantes russos e tchecos, dentre os quais se destacam Trubetzkoy e Roman Jakobson, alinhados ao pensamento do psicólogo Karl Buhler e sem desconsiderar as contribuições de Wilhem Mathesius. A proposta defendida nesse momento é a de que a língua seria um sistema de meios de expressão apropriados para um fim. Ou seja, a linguagem seria um sistema funcional. Surge, então, o que se chama de estruturalismo funcional, que, não desconsiderando a língua enquanto sistema, entende que ela está intimamente relacionada à situação discursiva. Cria-se, pois, a *Perspectiva Funcional da Sentença.* O pensamento dinâmico da língua propõe, segundo

Mussalin e Bentes (2021), que esse dinamismo se distribui de maneira desigual nos enunciados que efetivamente utilizamos para a comunicação.

Desse modo, o contexto de uso e a intenção dos interlocutores passam a ser levados em consideração no momento da observação da linguagem. Kenedy e Martelotta (2003) afirmam que houve uma estreita relação entre o Círculo de Praga e Karl Buhler, que deu à linguística de Praga uma feição diferente das outras escolas estruturais[4] da Europa. Buhler via a função como um elemento essencial da linguagem. Portanto, a escola de Praga, segundo Nichols (1984, apud Martelotta e Kenedy 2003), praticou uma variante chamada de função/relação, na medida em que focalizou a relação do elemento com o sistema linguístico como um todo. Para Averbug e Souza (1987, p. 207), o funcionalismo é visto: "como um movimento particular dentro do estruturalismo, assim, caracteriza-se pela crença de que a estrutura fonológica, gramatical e semântica das línguas é determinada pelas funções que têm que exercer na sociedade em que operam".

A visão funcional da Escola de Praga está na definição de língua, vista como um sistema de meios apropriados a um fim. Dá-se início, portanto, a uma nova visão sobre a língua e como esta deveria ser estudada. Vale destacar que a Escola de Praga, apesar de discordar dos pensamentos estruturalistas em vários aspectos, como "na distinção nítida entre linguística sincrônica e diacrônica e na homogeneidade do sistema linguístico", sempre reconheceu a sua dívida com o estruturalismo saussureano. Vale ressaltar, por outro lado, que "um dos interesses duradouros da Escola de Praga, no que diz respeito à estrutura gramatical das línguas, foi a perspectiva funcional (Averbug e Souza, 1987, p. 208).

No escopo mais amplo dessa corrente linguística, também surgiram diferentes vertentes de pensamento que focalizam o objeto de estudo com interesses distintos: i) o funcionalismo europeu, que "surge como um movimento particular dentro do estruturalismo, enfatizando a função das unidades linguísticas: fonologia e sintaxe e ii) o funcionalismo norte-americano que surge como "reação às impropriedades constatadas nos estudos de cunho formal" (Furtado da Cunha, 2013, p. 159).

Neves (1997, p. 01), ao discorrer sobre as definições e caracterizações do funcionalismo, comenta que existem diferentes modelos de funcionalismo, e que "embora se

[4] Inicialmente, os estudos linguísticos tinham foco apenas na língua enquanto estrutura. Tal pensamento tem como precursor Saussure, que enfatizou que a língua é "um conjunto de unidades que obedecem a certos princípios de funcionamento, constituindo um todo coerente" (COSTA, 2013, p. 114). Essa linha de pensamento defende que a língua é formada por elementos coesos e inter-relacionados e que funciona a partir de um conjunto de regras.

distingam peculiaridades que marcam os diferentes modelos, há de se destacar uma série de similaridades que unem os modelos e caracterizam, a final, a visão funcionalista".

No tópico a seguir, tentaremos compreender melhor um desses modelos de funcionalismo, a vertente chamada Linguística Funcional Norte-Americana.

2.2 A Linguística Funcional Norte-Americana

Essa corrente linguística adquire projeção na década de 1970, passando a identificar pesquisas que tinham como principal característica analisar a língua do ponto de visto do contexto linguístico, levando em consideração a situação extralinguística.

Como já apontado por Neves (2004), caracterizar a corrente funcionalista não é uma tarefa fácil, a julgar pelas diversas subcorrentes que assim podem ser chamadas, por considerarem elementos funcionais distintos em suas abordagens. Entretanto, conforme defende a estudiosa, assumir essa perspectiva de análise da língua é romper com o pensamento formalista que considerava a linguagem um fenômeno isolado, alheio aos contextos reais de interação.

O princípio básico dessa corrente linguística consiste no fato de que a estrutura da língua emerge à medida que esta é usada. Assim, entende-se que os usos linguísticos são resultados das seguintes esferas: linguagem, cognição e ambiente sócio-histórico. A inter-relação dessas três dimensões motiva a criação de padrões gramaticais em ambientes específicos de interação.

Para esta corrente linguística, a língua é concebida como um sistema adaptativo e complexo, sendo constituída de padrões mais ou menos regulares e de outros que emergem, em virtude de necessidades cognitivas e/ou comunicativas (Bybee, 2010).

Furtado da Cunha (2013, p. 157) apresenta o funcionalismo como uma corrente linguística "que se preocupa em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas". Nessa perspectiva, a linguagem é vista como instrumento de interação social, portanto, atende a propósitos comunicativos. Os estudos linguísticos fundamentados nessa corrente levam em consideração a relação entre linguagem e sociedade, conferindo importância a fatores sociais no processo de análise linguística. Além disso, a perspectiva pancrônica ganha relevo na referida abordagem: importam aqui os fatores sincrônicos e diacrônicos da linguagem, ou seja, como a língua se realiza hoje, no uso, e quais foram as transformações sofridas ao longo do tempo.

Nesse sentido, o interesse de investigação vai além das estruturas gramaticais. Busca também os propósitos de uso e os contextos envolvidos que podem exercer influência nas

escolhas linguísticas dos falantes. Assim, acredita-se haver fatores motivadores para os fatos linguísticos. Ademais, Neves (2016, p. 17) expõe que “na tradição desse modo de ver a linguagem destaca-se um centro condutor de reflexão que é a noção de ‘função’, entendida não apenas como entidade sintática, mas como a união estrutural (sistêmico) com o funcional”.

No funcionalismo em tela, a frequência e a regularidade são aspectos importantes a serem considerados na análise linguística, pois essa abordagem “procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso” (Furtado da Cunha, 2013, p. 157). Assim sendo, busca-se analisar as formas linguísticas, trabalhando com dados reais da língua em contextos de interação, em oposição a exemplos de termos e expressões criados para análises linguísticas, pois acredita-se que o uso interfere diretamente nas transformações das estruturas sintáticas, morfológicas e semânticas da língua, uma vez que “os enunciados e os textos são relacionados às funções que eles desempenham na comunicação interpessoal”. (Furtado da Cunha, 2013, p. 158).

Acerca do processo de aquisição da linguagem, os funcionalistas dessa vertente defendem que “a criança é dotada de uma capacidade cognitiva rica que torna possível a aprendizagem da linguagem”, e o “desenvolvimento das necessidades comunicativas” ocorre no “contato com a sociedade.”. (Furtado da Cunha, 2013, p. 158).

Desse modo, divergem diretamente dos gerativistas que veem a aquisição da linguagem como um processo interno. Portanto, os funcionalistas defendem que a criança se desenvolve linguisticamente e constrói a gramática de sua língua no contato com outros membros de sua comunidade de fala.

O conhecimento linguístico, para os funcionalistas, seria, portanto, “um conjunto complexo de atividades comunicativas, sociais e cognitivas, integradas ao resto da psicologia humana”. (Furtado da Cunha, 2013, p. 158). Isto posto, entende-se que, nessa concepção, a língua exerce funções externas ao sistema linguístico em si e essas funções exercem influência na organização interna do sistema linguístico.

Por sua vez, Martelotta e Areas (2003) argumentam que na visão do funcionalismo de corrente Norte-Americana, a significação não está associada à relação entre símbolos e dados reais, mas as palavras ganham significados no contexto, o que nos possibilita compreender que os significados são consequência de padrões criados culturalmente.

Vale ressaltar, ainda, que nessa concepção, a sintaxe é uma estrutura mutável em consequência das vicissitudes do discurso. Nesse sentido, “a sintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento

da interação discursiva". (Martelotta e Areas, 2003, p. 24). Isto posto, os autores argumentam que é preciso compreender a língua em uso se quisermos compreender o fenômeno sintático.

Por fim, o Funcionalismo Linguístico Norte-Americano entende que a língua não é autônoma, nem homogênea, não é independente, ao contrário, depende do comportamento social e reflete uma adaptação do falante às diversas situações comunicacionais nas quais estará inserido.

A perspectiva teórica que assumimos neste trabalho baseia-se na concepção funcional da linguagem, especialmente na chamada vertente norte-americana, assim, recorremos tanto a autores da vertente norte-americana como a outros autores funcionalistas de outras vertentes, não deixando de compreender que melhor seria que nos referíssemos aos autores que cabem nesse rótulo, uma vez que somos sabedores do teor genérico que o termo linguística funcional norte-americana traduz.[5]

Nessa perspectiva de contextualização teórica, vale a pena pontuar que a corrente funcional norte-americana ganhou força nos Estados Unidos com a publicação do texto *The Origins of Syntax in Discourse: a case study of Tok Pisin relatives* de Gillian Sankoff e Penelope Brown, em 1976. O estudo defende que as estruturas sintáticas podem ser consideradas como resultantes de componentes do discurso.

É importante ressaltar que a "linguística norte-americana foi dominada por uma tendência formalista que se enraizou com Leonardo Bloomfield e se mantém até hoje com a linguística gerativa". (Furtado da Cunha, 2013, p. 163). Esse ambiente, porém, não impediu que surgissem as condições para o desenvolvimento de uma tendência para a consolidação do funcionalismo.

Com inspiração em linguistas como Talmy Givón, Paul Hopper, Sandra Thompson e Wallace Chafe, a referida vertente "defende uma investigação baseada no uso, observando a língua do ponto de vista do contexto linguístico e da situação extralinguística" (Furtado da Cunha e Souza, 2011, p. 21). Estuda-se, pois, a relação entre discurso e gramática, gerando um entendimento de gramática como estrutura *maleável* (Bolinguer, 1997) ou *gramática emergente* (Hopper, 1987).

Se a língua tem uma função no uso, qual seja, atender as necessidades comunicativas dos seus falantes, os estudos linguísticos precisam ser feitos com extratos de usos linguísticos,

[5] Vale salientar que, ao longo do texto e da análise, recorremos a estudiosos de outras vertentes das teorias funcionais, considerando as convergências em torno dos fundamentos que configuram suas concepções sobre língua e sobre gramática.

retirados de contextos reais de interação, pois esses usos são mais representativos da realidade linguística que envolve os usuários, além de que “trabalha-se com a hipótese de que a forma da língua deve refletir, em alguma medida, a função que exerce”. (Furtado da Cunha e Souza, 2011, p. 21).

2.2.1 Noção de gramática no funcionalismo

Concebendo a língua como maleável e sujeita a transformações impulsionadas pelas pressões de uso, além de ser constituída por um código parcialmente arbitrário, o funcionalismo compreende a gramática como não estática, de modo que se transforma por ter uma estrutura maleável, sendo, portanto, um sistema adaptativo.

Ao considerarmos a língua como um sistema adaptativo, passível de transformação a partir do uso, chegamos ao conceito de gramática emergente formulado por Hopper (1987). Nesse sentido, Hopper se contrapõe à "imagem de língua como sistema abstrato, fixo, pré-discursivo, sustentado por um conjunto fechado de regras, que deixe a descoberto ocorrências desviantes” (Brito, 2010, p. 205). A gramática definida por Hopper se fundamenta nos usos discursivos e no que os falantes acionam quando falam, não sendo, portanto, um conjunto fixo de regras, apenas experiências de usos, acrescidas da influência do contexto de interação.

Assim, na gramática emergente, tem-se o entendimento de que a forma linguística não é nem fixa nem determinada *a priori* e que a estrutura é modelada pelo uso discursivo. Além disso, o discurso está em movimento constante. Assim, na perspectiva da gramática emergente, a noção de estrutura sai do centro para a periferia no processo de comunicação. Portanto, a gramática é “um produto da actividade verbal”. (Brito, 2010, p. 205).

Tavares (2003, p. 15) concebe a gramática emergente como “uma atividade em tempo real, *on-line*, que emerge cotidianamente no discurso”. Assim, considera que a gramática “é constantemente alimentada pela rotinização das inovações”. (Tavares, 2003, p. 16).

Desse modo, quando falamos em gramática emergente, compreendemos o caráter provisório e transitório da estrutura da língua, que sempre será negociável no uso e o seu processo de formação nunca está acabado, pelo contrário, está sempre em transformação. Nesse sentido, a gramática é tida como um fenômeno social tal qual o discurso.

Para o entendimento de uma concepção de gramática emergente, torna-se essencial compreender as noções de frequência e de rotinização. A frequência e a rotinização no uso de determinada forma levam a processos de gramaticalização e a outros fenômenos de mudança linguística.

Isto posto, recorremos a Furtado da Cunha e Souza (2012), que afirmam ser a codificação morfossintática o resultado do uso da língua. Nesse sentido, podemos observar, por exemplo, a alteração morfológica e com ela a transformação na função e recategorização, se pensarmos, por exemplo, na gramaticalização de termos como: *gente* > *a gente* > *da gente*. Com as transformações em sua forma, o item muda também de função: de substantivo passa a pronome pessoal e posteriormente a pronome com função de possessivo. Apesar dessas transformações, admite-se que a sistematização de padrões morfossintáticos estáveis faz parte de qualquer língua. Entretanto, esses padrões morfossintáticos são atualizados pelo uso e, portanto, se modificam constantemente. Assim, novas estruturas surgem para atender a propósitos comunicativos. Além disso, a sintaxe é tida, nos termos de Givón (1979), como a consequência da cristalização ou regularidades de estratégias discursivas. Temos, assim, um duelo permanente entre inovação e conservação.

Em relação ao aspecto da variação linguística, no funcionalismo norte-americano, essa é vista como "um estágio da trajetória de regularização gramatical das formas linguísticas". (Furtado da Cunha e Souza, 2012, p. 23). Portanto, a variação se consolida com a repetição nos usos e a regulamentação desses usos. Como confirma Tavares (2003), no uso diário da língua temos construções gramaticais que são repetidas, reforçando-se, assim, sua regularidade e seu caráter fixo, sistemático – o uso conserva a gramática; além disso, tais construções podem ser rearranjadas e remodeladas, dando origem a construções inovadoras – ou seja, o uso modifica a gramática.

Essa ideia reforça a teoria de Hopper (2011), para quem as estruturas linguísticas são frequentemente negociadas no uso. Essas negociações são determinadas pelo contexto comunicativo e pela necessidade de compreender e se fazer compreender no processo de interação. Há, portanto, a despeito da permanente variabilidade, um processo de rotinização dos usos.

Assim, de acordo com Silva (2004, p. 67), ao considerar que a língua é condicionada pela função comunicativa, o funcionalismo classifica a estrutura linguística como maleável e influenciada pelo uso. Desse modo, não seria possível uma visão totalmente arbitrária para o código linguístico, acreditando-se, portanto, que a língua tem uma "motivação icônica subjacente à formação das estruturas". Chegamos, então, ao assunto da próxima seção: a iconicidade na língua.

2.2.2 O princípio da iconicidade

Por *iconidade*, compreendemos as "tendências que se manifestam paralelamente à arbitrariedade, refletindo algum tipo de motivação" (Martelotta e Areas, 2003, p. 26). Assim, esse princípio é definido como "a correlação natural entre forma e função, entre o código linguístico (expressão) e seu designatum (conteúdo)". (Martelotta e Areas, 2003, p. 30).

A partir desse princípio podemos explicar a ordenação e à proximidade dos elementos linguísticos que compõem a sentença, a depender da complexidade semântica, do grau de informatividade dos referentes no contexto e da proximidade semântica entre conceitos.

Como explicam Furtado da Cunha et al. (2015), os linguistas da vertente funcionalista defendem a ideia de que a estrutura da língua reflete, em alguma medida, a estrutura da experiência. Assim, a relação (forma/função) é definida pelo princípio da iconicidade. Tal princípio refere-se à reformulação do chamado isomorfismo linguístico de Bolinger (1977), que defende que há nas línguas uma tendência de preservar uma forma para um sentido, porém, há contestações a esse princípio, pois a partir da teoria da variação e mudança linguística, verifica-se a existência de formas alternativas para expressar ideias semelhantes. Nessa perspectiva, Votre (1992) argumenta que enquadrar o princípio da iconicidade apenas numa relação entre forma e função é radical e impede a compreensão de outras manifestações.

Para Tavares (2003, p. 53), de acordo com o princípio da iconicidade, as estruturas linguísticas refletem e são pressionadas por funções. Assim, se algo é posto em uso, é devido alguma função, pois, "as formas desempenham papéis no discurso, fato que está subjacente à organização gramatical". Entretanto, a autora alerta que a iconicidade "não implica a existência de correspondências biunívocas e não arbitrárias do tipo representado pela fórmula 1:1", isto é, não implica dizer que para cada forma há uma função ou um significado. Pelo contrário, existe uma mobilidade nas formas e funções e essas se alteram, de modo que geralmente há mais de uma forma para cada função e mais de uma função para cada forma. A iconicidade, portanto, justifica-se à medida que as formas são usadas sob influência de um conjunto de motivações funcionais.

A exemplo dessa mobilidade de formas e funções podemos citar o uso do *nós* e do *a gente* na função de primeira pessoa do plural (PPP), duas formas para uma única função. Além disso, temos o inverso com a segunda pessoa, o *você* pode assumir função prototípica de pronome de tratamento ou função inovadora de segunda pessoa do singular (SPS), assim, uma única forma assume duas funções diferentes e desempenha papeis diferentes no discurso.

De acordo com o pensamento de Furtado da Cunha et. al. (2015), em sua versão menos radical, o princípio da iconicidade se manifesta em três subprincípios, que se seguem expostos abaixo:

a) *Subprincípio da quantidade*: Prevê que quanto maior o volume de conteúdo a ser expresso, maior a extensão da forma demandada. Assim, quanto mais informação se deseja transmitir, maior será o tamanho e a quantidade da forma linguística para expressar esse sentido. Portanto, considera-se uma relação entre a estrutura gramatical e o sentido que ela expressa;
b) *Subprincípio da integração*: Pressupõe que, quanto mais próximos cognitivamente, mais integrados os conteúdos serão no nível da codificação; ou seja, os sentidos e as relações entre uma forma e outra se estabelecem mais facilmente quanto mais próximas estiverem uma da outra na estrutura sintática.
c) *Subprincípio da ordenação linear*: Julga que as informações que serão mais relevantes para o sentido serão dispostas em primeiro plano na estrutura sintática, pois a informação mais importante tende a ocupar o primeiro lugar da cadeia sintática.

Em suma, o princípio da iconicidade se baseia na ideia da relação entre forma e função, e de como esses dois componentes da linguagem estão relacionados. A forma utilizada para determinada função atende a alguns critérios semânticos, sintáticos, morfológicos e pragmáticos, conforme vistos a partir dos três subprincípios.

Pierce (1977) afirma que a iconidade tem sido considerada com relação a dois polos. A) a iconidade diagramática e b) a iconidade figurativa. De acordo com Silva (2004, p. 75), "na primeira, as formas linguísticas, mostram, na linearidade discursiva, a maneira como os processos mentais constroem suas 'realidades'"; na segunda, "importa que a relação seja baseada em aspectos denunciadores de similaridades entre o referente e sua representação".

Baseado nas terminologias da semiótica, o signo icônico "é oriundo da terminologia peirceana e sobrevive invariavelmente ligado à área da semiótica, entretanto, tem assumido papel de destaque, na Sociolinguística e na Gramática Funcional" (Lima- Hernandes, 2006, p. 84).

O princípio da iconicidade está associado à relação que se estabelece entre o nome e a representação do objeto. Dik (1997) atribui esse paralelismo entre o signo e o significado a um princípio chamado "*ordem de menção"*. Por ser princípio geral, a iconicidade aparece como explicação parcial para vários fenômenos linguísticos, como ocorre com a continuidade tópica discursiva. Givón (1983) afirma, nesse contexto, que quanto mais complexa uma informação, mais material linguístico deve ser atribuído a ela.

Podemos, pois, compreender a importância do princípio de iconicidade para a análise do comportamento dos pronomes pessoais, pois para cada *motivo* determinado, a palavra

assume uma forma específica. É o que ocorre com a alternância entre as formas *nós* e *a gente* na representação da PPP, no PB. Quando representa um sujeito indeterminado, a forma preferida é *a gente;* quando determinado, o uso do *nós* ainda é preferência.

Além disso, "tomadas sincronicamente, determinadas estruturas exibem acentuado grau de opacidade em relação aos papéis que desempenham". (Martelotta e Areas, 2003, p. 31). Desse modo, como dito anteriormente, é possível perceber relações entre uma forma e várias funções, ou entre uma função e várias formas. Como exemplo, podemos citar o processo de impessoalização do agente da ação verbal, que conta com diferentes recursos para a mesma finalidade.

Sobre esse princípio, Neves (1997), citando os pensamentos de autores como Haiman (1983, 1985) e Newmeyer (1992), apresenta diversos tipos de iconicidade, dentre eles: a) *iconicidade de quantidade*: quanto maior a informação a ser transmitida, maior a forma. b) *iconicidade de distância ou proximidade*: quanto maior a distância conceptual, maior a distância linguística entre expressões; c) *iconicidade de dependência:* prevê a separação linguística de expressão e independência conceptual; d) *iconicidade de ordenação:* os elementos mais significativos aparecem em primeira ordem na sentença; e) *iconicidade de complexidade:* quanto mais complexa a informação, maior a sua forma, assim, por exemplo, a forma plural é sempre maior que a forma singular. f) *iconicidade de categorização:* sujeitos são preponderantemente agentes e objetos, pacientes. Todos esses princípios explicam diversas e diferentes situações nas quais o falante realiza uma escolha linguística em detrimento de outra. Neves (1997, p. 109) acrescenta, ainda, que "não é simples argumentar a favor da iconicidade, uma vez que a estrutura analisada (significado) está sempre por se estabelecer".

Para Givón (1995), sendo, pois, sempre motivada, a relação entre forma e função, ela pode se estabelecer de maneira forte ou branda. É forte, quando ocorre uma relação calcada numa forma para cada função e uma função para cada forma; e branda, quando se admite uma relação não biunívoca entre forma e função.

Portanto, como afirma Furtado da Cunha et.al (2003, p. 34), "a língua não é um mapeamento arbitrário de idéias para enunciados". Além disso, "O princípio da iconicidade, em sua formulação atenuada, permite uma investigação detalhada das condições que governam o uso dos recursos de codificação morfossintática da língua".

A seguir, trataremos do princípio da marcação, que está diretamente relacionado à iconicidade, constituindo outro princípio funcionalista fundamental na compreensão dos dados deste estudo.

2.2.3 O princípio da marcação

O princípio da marcação, que está vinculado à concepção icônica da língua, consiste no fato de que as formas linguísticas estão em competição e, de modo contextual, disponibilizam-se à escolha do falante a partir de três critérios distintos: *a complexidade estrutural, a distribuição de frequência, a complexidade cognitiva*. O primeiro refere-se à relação entre complexidade e marcação, de modo que as estruturas mais extensas, isto é, estruturalmente mais complexas, são (mais) marcadas que suas concorrentes de menor estrutura; o segundo critério, a distribuição de frequência, advoga que a estrutura marcada tende a ocorrer com menos frequência do que a estrutura não-marcada correspondente, ou seja, as estruturas marcadas são preteridas pelos usuários da língua; já em relação à complexidade cognitiva, ou seja, o terceiro critério, entende-se que quanto mais complexo em termos cognitivos for determinado conteúdo, mais complexa será a estrutura que o representará. Segundo Furtado da Cunha et. al. (2003, p. 34):

> Há uma tendência geral, nas línguas, para que esses três critérios de marcação coincidam. Admite-se que a correlação entre marcação estrutural, marcação cognitiva e baixa frequência de ocorrência é o reflexo mais geral da iconicidade na gramática, dado que representa o isomorfismo entre correlatos substantivos (de natureza comunicativa e cognitiva) e correlatos formais de marcação. Assim, as categorias que são estrutura1mente mais marcadas tendem também a ser substantivamente mais marcadas.

Nesse sentido, Martelotta (2011) explica que esses três princípios podem estar ligados ao processo de mudança linguística de um modo geral. O autor argumenta que um item começa a ser utilizado com frequência em determinado contexto, essa alta frequência possibilita usá-lo de forma mais automática e, assim, ele perde em força expressiva e em estrutura fonética. Aplica-se, portanto, a noção de economia linguística. Quanto mais frequente e mais previsível for uma forma, mais reduzida ela será. Como exemplo desse processo de mudança, temos o item *você*, que de acordo com Menon (2006), mudou de forma e assumiu novos papeis, além de foneticamente continuar sendo reduzido.

Ademais, Cunha e Tavares (2016, p. 102) acrescentam que "formas em sobreposição funcional estão sujeitas ao princípio da marcação, pois, mesmo desempenhando uma mesma função, tendem a manifestar diferentes graus de complexidade". É o que ocorre com as formas *nós* e *a gente,* que desempenham função de pronome de PPP, tendo cada uma as suas particularidades e motivações de ocorrências em determinados contextos de uso.

O princípio da marcação interfere nos processos de mudança linguística que aqui são tratados via processo de gramaticalização, conforme veremos na seção a seguir.

2.2.4 O processo de gramaticalização

Neves (2016, p. 20) afirma que a gramaticalização é "um processo que tem encontrado abrigo privilegiado no funcionalismo". Na visão da autora, a gramaticalização se realiza na relação entre forças internas e externas ao funcionamento linguístico.

Para situar historicamente os estudos funcionais que tratam da gramaticalização, recorremos a Meillet (1912), que conceitua a gramaticalização como sendo uma atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma. Recorrendo a estudos mais recentes, alçamos a conceituação formulada por Hopper e Traugott (1993), na qual gramaticalização é tida como o processo pelo qual itens e elementos lexicais passam, em determinados contextos linguísticos, a servir a funções gramaticais, e uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais.

A gramaticalização se realizaria, portanto, em um processo contínuo de transformação sofrida por itens lexicais que passariam a exercer outras funções, ou funções mais gramaticais. Exemplo dessa transformação seria o item *gente,* que passa a ser usado no português com a forma *a gente* e assume uma outra função, passando, em alguns contextos, da classe de nome para a de pronome.

A constante renovação da língua a partir desses processos de mudança dá a gramática uma noção de "*gramática emergente",* que se transforma constantemente. Esse termo foi, conforme já apontamos, cunhado inicialmente por Hopper (1987), mas é assumido por vários estudiosos do processo de gramaticalização.

Gonçalves *et al*. (2007, p. 16) refletem que "a gramaticalização se instaura no momento em que uma unidade linguística começa a adquirir propriedades de formas gramaticais, ou, se já possui estatuto gramatical, tem sua gramaticalidade ampliada". Vale ressaltar que, à medida que esse processo de mudança acontece e que as propriedades da unidade linguística vão sofrendo modificações, ela vai se tornando membro de outras categorias. Ocorre, portanto, um processo de reanálise categorial. Assim, uma mesma forma passa a assumir mais de uma função, ou novas formas surgem para exercerem funções já preenchidas.

Os autores supracitados entendem que a gramaticalização não é um conceito tão simples, podendo ser entendida como *processo* ou como *paradigma* e adotar uma metodologia *sincrônica* ou *diacrônica*, a depender do fenômeno linguístico que o pesquisador pretenda estudar. Eles afirmam que "palavras de uma categoria lexical (nomes, verbos e adjetivos)

podem passar a integrar a classe das palavras gramaticais (preposição, advérbios, auxiliares etc.), as quais, podem vir a se tornar afixos". (Gonçalves et al. 2007, p. 16).

Entendia-se inicialmente o processo de gramaticalização como um processo histórico. N0os estudos de Meillet, entretanto, é possível também compreender a gramaticalização como um processo sincrônico. Nesse percurso, Hopper e Traugott (1993) representam o processo de gramaticalização da seguinte forma: [item de conteúdo] > [palavra gramatical] > [clítico] > [afixo flexional]. Assim, a mudança acontece em um *cline*, em uma gradação. No que concerne à direção da mudança, alguns autores informam que ela parte do discurso para a morfossintaxe. (Gonçalves et al., 2007, p. 23).

Para estes autores, a gramaticalização se realiza quando uma à medida que unidades linguísticas começam a adquirir propriedades diferentes das habituais, de forma que passam a exercer novas funções. Portanto, têm sua gramaticalidade ampliada. Entende-se, pois, que as formas linguísticas têm estatutos lexicais e estatutos gramaticais. Assim, palavras de uma categoria lexical (nomes, verbos e adjetivos) podem passar a integrar a classe das categorias gramaticais (preposição, advérbios, auxiliares). Nesse sentido, Meillet (1912) construiu a ideia de que na perspectiva diacrônica, palavras acessórias e gramaticais podem se desenvolver a partir de palavras principais e, na perspectiva sincrônica, palavras acessórias e ou gramaticais podem conviver entre si. Ideia essa que hoje é vista como incompleta diante das grandes possibilidades de alargamento do enfoque da gramaticalização.

Castilho (2006), por exemplo, é um dos autores que compreende a gramaticalização como *processo* que se subdivide em *subprocessos*. São eles:

> **Fonologização** (alterações no corpo fonético das palavras), **morfologização** (alterações que afetam o radical e os afixos) e **sintaticização** (alterações que afetam as categorias lexicais, os arranjos sintagmáticos e a atribuição de funções na sentença). (Castilho, 2006, p. 25).

Entende-se, dessa maneira, que há vários níveis de mudança e, no momento em que unidades linguísticas vão sofrendo alterações, tornam-se membros de novas categorias. Podemos lembrar da forma *Vossa Mercê*, que se modificou para *você,* e mudou também de categoria ou ganhou novas funções ao adquirir propriedades de outras categorias. Deixou de ser usada apenas como pronome de tratamento e adquiriu propriedades de pronome pessoal de 2ª pessoa do singular. Portanto, segundo Lopes (2008, p. 3), "não houve perda completa dos traços categoriais originais (expressão nominal de tratamento) e muito menos a assunção definitiva de propriedades da nova classe (pronome de 2ª pessoa) da qual a forma *você* passou

a fazer parte", sofrendo, portanto, uma gramaticalização a partir do subprocesso de sintetização**.**

Outra concepção sobre a gramaticalização é a de Votre (1999) apud Gonçalves et al. (2007), que a entende como processo e regularização de usos, no qual formas linguísticas passam do nível do discurso para o nível da gramática a partir da generalização progressiva do uso, ou seja, a partir da repetição contínua de um fenômeno linguístico. Gonçalves et al. (2007) ressaltam a preocupação de Votre (1999) com o processo sincrônico, que, segundo ele, promove deslizamentos funcionais menos perceptíveis, pois nem sempre leva a forma linguística a assumir novas categorias.

Já Givón (1979) procurou incluir no processo de gramaticalização fenômenos gerais de mudança que ocorrem na constituição das gramáticas das línguas. O autor inclui o discurso como parâmetro maior na compreensão das línguas e no desenvolvimento de estruturas e categorias gramaticais e afirma que "o modo mais pragmático da comunicação abre caminho para o modo mais sintático" (apud Gonçalves et al., 2007, p. 24-25).

A partir das diversas visões sobre a gramaticalização apontadas acima, percebe-se que esse fenômeno aponta para uma transformação constante da gramática, percebida pelas mudanças linguísticas que afetam diversos níveis, tais como a morfologia, fonologia, semântica e sintaxe[6].

Para auxiliar no desenvolvimento da análise dos fatos inerente às mudanças linguísticas, contemplaremos, na próxima seção, tópicos relacionados à abordagem denominada de Sociofuncionalismo.

2.3 O Sociofuncionalismo

Em termo amplos, o Sociofuncionalismo consiste numa abordagem que aglutina princípios de duas áreas dos estudos linguísticos: o Funcionalismo e a Sociolinguística Variacionista. Surgida na década de 1980, podemos afirmar, junto com Tavares (2013, p.28), que essa corrente:

> Vem se dedicando à investigação de fenômenos de variação e de mudança linguística, buscando articular, para a análise e a explicação desses fenômenos, pressupostos teórico-metodológicos da sociolinguística variacionista e do funcionalismo linguístico norte-americano.

[6] Para melhor compreensão desses fenômenos de mudança, será abordado, no próximo capítulo, o fenômeno da indeterminação do sujeito.

As discussões sociofuncionalistas, que ganharam força no Brasil no Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL/RJ), também se propõem a estudar a língua tal como ocorre no dia a dia, em situações reais de interação. Essa corrente, portanto, pressupõe a existência de mais de uma forma para cada função e o usuário realiza uma escolha no uso. Desse modo, cada forma ocorre em dada comunidade de fala, em determinado período de tempo e pode passar por transformações. Essa linha de estudos considera, segundo Tagliamonte (2012), o termo *variável linguística*, que pode se realizar no nível *morfológico, morfossintático, pragmático/discursivo*.

De forma prática, para observar a existência de uma variável linguística em uma dada comunidade de fala, o pesquisador descreve o contexto variável, coleta os dados que considerar relevantes, codifica esses dados de acordo com hipóteses elaboradas com base na literatura ou em suas próprias observações e entendimento dos fatores linguísticos, como também, analisa e interpreta os resultados quantitativos obtidos.

Portanto, há uma proximidade teórica entre a linguística funcional norte-americana e o sociofuncionalismo. A sociolinguística e o funcionalismo apresentam pontos convergentes, tais como: examinam a língua em uso, consideram a mudança algo inerente à língua, entendem a mudança como um processo gradual e contínuo, levam em consideração aspectos sincrônicos e diacrônicos para o entendimento da mudança linguística, como também dão importância à frequência de uso das formas.

Conforme já exposto, o sociofuncionalismo assume os pressupostos da sociolinguística variacionista e do funcionalismo. Há autores, como Rocha et. al (2016, p.145), que defendem que a proposta do sociofuncionalismo "é a junção completa dessas duas teorias citadas". E há quem discorde, como Tavares (2013), que propõe uma abordagem "na diferença" e na complementação de uma teoria em relação a outra.

Vimos que o sociofuncionalismo partiu de duas teorias diferentes, o funcionalismo, alinhado a alguns pressupostos da sociolinguística variacionista. Sabemos que, na ótica laboviana, a sociolinguística analisa a "língua tal como usada na vida diária por membros da ordem social, este veículo de comunicação com que as pessoas discutem com seus cônjuges, brincam com seus amigos e ludibriam seus inimigos" (Labov, 2008[1972], p. 13). Portanto, a variação prevê a existência de formas que concorrem entre si, no uso. A linguística variacionista direciona os seus esforços em identificar essas variações e compreender o porquê do surgimento delas e os fatores que facilitam as suas ocorrências. Além de considerar a mudança e a variação, a linguística funcional norte-americana se preocupa em observar a

frequência e os contextos de uso e foi essa junção de pressupostos que deu origem ao sociofuncionalismo.

Se, na perspectiva funcional, considera-se que a gramática é variável, pois deriva da experiência do falante da língua, sendo, portanto, inerente a qualquer língua (Tavares, 2013), temos aí a grande ponte teórica que aproxima o funcionalismo e a sociolinguística. Além dessa aproximação, Tavares (2013, p.33) enumera outras convergências entre as duas correntes:

a) Prioridade dada à língua em uso. Analisam-se as variações com extratos de falas reais de usuários da língua;
b) Considera-se que a língua não é estática, mas a variação é inerente a ela;
c) A mudança é tida como constante e gradual;
d) Observam-se os dados linguísticos a partir de uma noção pancrônica, ou seja, leva-se em consideração aspectos sincrônicos e diacrônicos para os estudos linguísticos;
e) "Crença no princípio do uniformitarismo, segundo o qual as forças linguísticas e sociais que agem hoje sobre a variação e a mudança são em princípio as mesmas que atuaram em épocas passadas" (cf. Labov, 2008 [1972a]; Hopper; Traugott, 2003);
f) Destaque para a frequência de uso, considerando mais forte a forma que se sobressai em relação às outras.
g) Relação entre usos de determinadas formas linguísticas e a sociedade (comunidade de fala) na qual está inserida, recebendo, assim, influências de fatos extralinguísticos.
h) Relevância do processo interacional e adaptação da linguagem a contextos de usos, influenciados pela intencionalidade do falante e alterando o estilo da linguagem conscientemente.
i) Processos de gramaticalização de itens que saem do léxico e, a partir de um contínuo, se tornam mais gramaticais.

Todos os apontamentos teóricos acima mencionados são fundamentais para a percepção que temos de língua e a compreensão dos fenômenos de mudança analisados neste estudo. A seguir, nos deteremos no entendimento das concepções de gramática e como elas interferem na visão que se tem da análise linguística e na compreensão sobre o funcionamento da língua.

3. AS CONCEPÇÕES DE GRAMÁTICA: SOB O OLHAR DE CASTILHO

Saussure (1917/1972, p.15) já dizia: "o ponto de vista cria o objeto". Assim, temos que nos apoiar em uma teoria linguística para definir uma visão de língua e consequentemente de

gramática. Isso irá influenciar diretamente a forma como trataremos os dados em análise e as interpretações que se depreenderão dessa análise.

Castilho (2010, p. 42) apresenta 4 tipos de visões de língua e de gramáticas, a saber: a) "a língua é um conjunto de produtos estruturados e sua gramática será descritiva"; b) "a língua é um conjunto de processos mentais, estruturantes e sua gramática será funcionalista-cognitivista"; c) "a língua é um conjunto de produtos e processos em mudanças e sua gramática será histórica"; e d) "a língua é um conjunto de *usos bons* e sua gramática será prescritiva". Ampliaremos, um pouco mais, a discussão sobre cada uma dessas visões de língua e de gramática. Além da classificação de Castilho (2010), buscamos expor, a seguir, outros conceitos e classificações para esses tipos de gramática.

3.1 Gramática descritiva: a língua é um conjunto de produtos estruturados

Castilho (2010, p. 43) apresenta a abordagem descritiva associada à noção clássica de ciência. Como ciência clássica, o autor caracteriza:

1. "Os fenômenos encontrados na natureza são desordenados e confusos, ocultando sua regularidade";
2. "Para assegurar alguns resultados e conclusões, temos de considerar os dados em sua estatividade";
3. "Os sistemas identificados pela abordagem clássica têm uma grande elegância conceitual e uma notável simplicidade analítica";
4. "O caminho para a descoberta científica é maiormente dedutivo".

Nessa concepção, desde os primórdios da ciência, ocorre a busca pela regularidade nos experimentos. Nessa abordagem, por exemplo, "modelos linguísticos formais '*pasteurizam'* seus dados, segregando-os da realidade social que lhes deu origem". Além disso, segundo essa abordagem, os sistemas são lineares e a modelização matemática é uma das características. (Castilho, 2010, p. 43).

Nesse contexto, sob a ótica descritiva, a língua é "uma estrutura homogênea, composta por signos, os quais são identificados pelos contrastes que estabelecem entre eles, distribuindo tais signos por unidades organizadas em níveis hierarquicamente dispostos" (Castilho, 2010, p. 44). Ou seja, para estudar a língua nessa perspectiva não se considera o falante e sua história, pois o que interessa é o enunciado. O enunciado é considerado o resultado, produto acabado. Assim, a prioridade é a análise do código.

A gramática descritiva compõe-se de regras explícitas e considera que o léxico é o lugar das idiossincrasias, faz-se, portanto, uma distinção entre léxico e gramática. Desse modo, a gramática descritiva tem os seguintes postulados, conforme mencionado por Castilho (2010, p. 45): "(1) a língua enquanto substância é um conjunto ordenado de itens (ou classes linguísticas) que estabelecem entre si relações e desempenham funções linguísticas". Além disso, (2) "a língua enquanto forma, estrutura ou padrão é um conjunto de unidades" e "a realização dessas unidades no enunciado está sujeita à variação de uso".

Ao conceituar a gramática descritiva, Possenti e Ilari (1987, p. 12) reforçam que essa concepção diz respeito ao "conjunto de regras que são seguidas", regras essas que orientam o trabalho de linguistas na descrição de como falar as línguas, mas essas descrições não são caracterizadas como certas ou como erradas.

Portanto, compreender a gramática e suas regras estaria associado a distinguir categorias gramaticais, compreender as funções e as relações entre termos e expressões de uma língua, ser capaz de descrever sua estrutura e funcionamento e avaliar se as expressões são gramaticais. (Franchi, 2006, p. 22).

Por assim dizer, clássica e tradicional, essa abordagem, apesar de extremamente importante para a descrição da língua, não é suficiente para explorar todos os aspectos a serem estudados. Vamos mencionar outras abordagens, a seguir, retomando os conceitos de Castilho (2010).

3.2 Gramática histórica: a língua é um conjunto de produtos e processos em mudança

A gramática histórica foca o seu interesse em identificar o passado comum às línguas a fim de explicar as semelhanças e diferenças entre uma língua e outra, chegando a considerar a possibilidade de existência de uma protolíngua, ou língua ancestral, que seria responsável pelo surgimento das demais línguas.

Ao conceituar Gramática Histórica, Said Ali (1964) descreve que é aquela que estuda a evolução dos diversos fatos da língua desde a origem até a época presente. Esse tipo de abordagem remete ao desenvolvimento da compreensão de fatores históricos e das mudanças ocorridas ao longo do tempo, em relação à língua.

Para Castilho (2010, p. 84), a gramática histórica apresenta alguns princípios, dentre eles: 1) O historiador de uma língua tem como tarefa básica acompanhar os diversos estados da língua, ao longo de determinado período; 2) As relações linguísticas são identificadas no uso individual; 3) Assim, o momento decisivo da mudança é no uso individual; 4) Além disso,

a mudança não tem um ritmo permanente, e é condicionada apenas por fatores fonéticos. Ao tratar a língua de maneira diacrônica, individual e desconectada do coletivo, essa perspectiva de estudo da língua deixa passar também alguns aspectos relevantes para a análise linguística.

Não há, na perspectiva da gramática histórica, uma preocupação com o rigor da língua, com atribuição de juízo de valor; de fato, essa abordagem enfoca a evolução das línguas vistas como um fenômeno histórico.

3.3 Gramática prescritiva: a língua é um conjunto de "usos bons"

A gramática prescritiva, também chamada de normativa, segue um padrão de língua que transita na dualidade certo e errado. Aqui, destaca-se a variedade de prestígio social e essa é ensinada e tida como modelo para todos os usos.

A gramática é concebida como estática e a mudança é pouco relevante ou pouco observada nessa perspectiva. O domínio da norma de prestígio se sobressai de forma dogmática sobre todos os outros usos e não se entende a língua como flexível e dinâmica.

Sobre essa concepção de gramática, Possenti e Ilari (1987, p. 12) afirmam que se enquadra na acepção de "conjunto de regras a serem seguidas para que se possa falar e escrever corretamente". Portanto, por considerar apenas a norma "padrão[7]", essa gramática só faz sentido para quem a domina.

Segundo Faraco (2002, p.40), a norma-padrão trata-se de uma norma carregada de preconceitos em relação às demais variedades e que tem como objetivo – como o próprio nome diz – a padronização da língua, considerando tudo o que é diferente dela como errado. Nesse sentido, Bagno (2004, p. 16) relata que o estabelecimento da norma-padrão foi feito sob dois equívocos: primeiro, a supervalorização da escrita em detrimento da fala, que representa o uso real da língua; e segundo, encarar as mudanças linguísticas como deterioramento e corrupção da língua e não como simples mudanças.

Castilho (2010) aponta três aspectos relativos aos conceitos linguísticos: a norma objetiva, a norma subjetiva e a norma pedagógica, ou seja, a relação entre o padrão real, o padrão ideal e o padrão escolar. É na norma objetiva que ocorrem os usos variantes, pois comportamentos sociais refletem comportamentos linguísticos diferentes. Dentro desse aspecto e comportamento linguístico geral, está o comportamento linguístico de cada

[7] Chamamos de norma padrão a norma de maior prestígio social para as gramáticas e gramáticos mais tradicionais.

indivíduo, assim, sua norma subjetiva, representada por tudo que se espera que as pessoas digam, define o estilo linguístico esperado. Essa mistura de realidades resulta na norma pedagógica, que tenta equilibrar o real com o ideal.

Perini (1995, p.22) reforça que "a gramática normativa pode ser entendida como o esforço de ensinar um dialeto particular de uma língua (*a língua padrão*) a pessoas que conhecem e empregam outro (*a língua coloquial*). O autor discorre que esse reforço não se estabelece em virtude de questões linguísticas, mas para responder a aspectos sociais, culturais e políticos.

Portanto, a gramática normativa é aquela que busca a padronização da língua, estabelecendo as normas do falar e escrever corretamente, utilizando essas normas na fala e na escrita.

3.4 Gramática funcionalista: a língua é um conjunto de processos estruturantes

Humboldt (1836/1990 apud Castilho, 2010, p. 60) afirma que "deve-se considerar a língua não tanto como um produto inerte, mas como uma produção". Vemos aqui uma mudança significativa de visão de língua e gramática, entendendo-se aquela como dinâmica, heterogênea, caótica, mas, mesmo assim, passível de sistematização.

Desse modo, a língua existe para cumprir funções comunicativas. Sua importância está em permitir construir uma visão de mundo e nossas experiências. Assim, é vista como atividade constitutiva, pois a mudança é imprevisível, caótica. Os sistemas, apesar de existirem, não são lineares. Portanto, para situar-se na visão de língua como atividade social, o funcionalismo desenvolveu algumas reflexões. A reflexão de Buhler informa que são três as funções da linguagem, conforme vemos apresentadas em Castilho (2010, p. 67):

> (i) Informar, ordenando e representando a realidade circunstante, donde a *função representativa*, em que predomina o assunto; (ii) manifestar estados da alma, exteriorizando nosso psiquismo, donde a função *emotiva*, em que predomina o falante; (iii) influir no comportamento do interlocutor, atuando sobre ele, donde função *apelativa*, em que resulta o ouvinte.

Desse modo, a linguagem existe para cumprir uma função social de comunicação. Também Halliday (1970) apresenta as relações entre o sistema linguístico e as necessidades de comunicação, ao apresentar três macrofunções da linguagem: a ideacional, a interpessoal,

e a textual. Na ideacional, a língua serve de veículo para as informações, na interpessoal, através da língua estabelecemos vínculos sociais e na textual a língua organiza o discurso.

Nessa perspectiva, Castilho (2010, p. 68) reflete sobre a gramática funcional e explica que ela "procura correlacionar as classes, as relações e as funções com as situações sociais concretas em que elas foram geradas". Ou seja, ela ultrapassa os limites do texto.

Neste estudo, enxergamos as estruturas linguísticas como moldadas pelo discurso e existentes em prol da comunicação. Assim, nosso pensamento converge ao que apresenta Neves (1994) quando informa que, para qualquer funcionalista:

> [...] questão básica de interesse a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua, isto é, a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente. Todo o tratamento funcionalista de uma língua natural põe sob exame, pois, a competência comunicativa. Isso implica considerar as estruturas das expressões linguísticas como configurações de funções, sendo cada uma das funções vista como um diferente modo de significação na oração. (Neves, 1994, p.109).

Neves (1994) define língua como instrumento de interação social que tem como principal função a comunicação. Desse modo, a gramática funcional busca explicar regularidades presentes nas línguas, defendendo a relação entre gramática e pragmática. Essa abordagem gramatical considera a capacidade dos indivíduos de interpretar expressões e não apenas de codificar e decodificá-las. A autora defende que o estudo do sistema deve fazer-se a partir dos usos e a descrição das expressões devem fornecer dados para a descrição do seu funcionamento dentro de um contexto linguístico/interacional.

Ainda de acordo com Neves (2006, p.15), quando se diz que a gramática funcional considera a competência comunicativa, afirma-se "[...] a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também usar e interpretar essas expressões de uma maneira internacionalmente satisfatória". A gramática funcional trabalha com a perspectiva da emissão e recepção, ou seja, o usuário tem a intenção de emitir a mensagem que o ouvinte seja capaz de decodificá-la e interpretá-la.

Gonçalves *et al*. (2007, p. 15) entendem a gramática das línguas como "constituída de partes cujo estatuto vai sendo constantemente negociado na fala, não podendo em princípio ser separado das estratégias de construção do discurso". Percebemos, pois, que nessa visão, a fala molda a gramática.

É essa concepção de gramática funcionalista que guiará as análises a serem empreendidas neste estudo. Nesse contexto teórico, para melhor compreensão dos aspectos de mudança linguística, pautada na referida perspectiva, abordaremos os conceitos referentes a

indeterminação do sujeito a partir de múltiplos olhares: desde uma compreensão respaldada na gramática normativa até uma compreensão que amplia o modo de explicar esse fenômeno.

4. A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO: MÚLTIPLOS OLHARES

Tendo em vista o propósito de expor as diferentes visões sobre o fenômeno da indeterminação do sujeito, apresentaremos, neste capítulo, o conceito de sujeito, seus tipos e recursos de indeterminação, de acordo com a perspectiva tradicional e, em seguida, a visão de linguistas que refletem sobre esse fato linguístico, sob uma ótica mais reflexiva.

4.1 A indeterminação sob a ótica da tradição gramatical: uma abordagem descritiva

Nesta seção, inicialmente trazemos a classificação dos diferentes tipos de sujeito, com destaque para o sujeito indeterminado, a partir de uma visão mais tradicional sobre esse fenômeno, para, na sequência, ampliar as discussões, incorporando conceitos mais reflexivos acerca desse tópico.

Cunha e Cintra (2009) apresentam uma classificação tríplice: sujeito oculto (determinado), sujeito indeterminado e oração sem sujeito. Sobre o sujeito oculto determinado, afirmam ser aquele que, apesar de não expresso materialmente na oração, pode ser identificado no contexto, tanto pela desinência verbal quanto pela presença do sujeito em outra oração do mesmo período ou de período contíguo. Além disso, pode haver orações que apresentem o verbo na forma infinitiva, ou seja, sem desinência pessoal.

Ao se referirem às orações sem sujeito, Cunha e Cintra (2009, p. 143) alertam que este "não deve ser confundido o sujeito indeterminado, que existe, mas não se pode ou não se deseja identificar, com a inexistência do sujeito". Assim, "em orações como as seguintes: a) **Chove; b) Anoitece; c) Faz frio,** interessa-nos o processo verbal em si, pois não o atribuímos a nenhum ser[8]. Diz-se, então, que "o verbo é *impessoal* e o sujeito *inexistente*".

As gramáticas tradicionais enfatizam, quanto ao uso dos pronomes sujeitos, a prevalência da omissão, justificada pela possível recuperação desse sujeito a partir da desinência verbal. Para os gramáticos, portanto, a presença do sujeito só acontece com o intuito de eliminar possíveis ambiguidades ou desejo de ênfase. Conforme vemos no trecho abaixo:

[8] Para Cunha e Cintra (2009), o sujeito torna-se inexistente nos seguintes casos: a) com verbos ou expressões que denotam fenômeno da natureza, b) com o verbo haver com sentido de existir, c) com os verbos *haver, fazer* e *ir*, quando indicam tempo decorrido, d) com o verbo *ser*, na indicação de tempo em geral. Ainda apresentam o uso do verbo *ter* com sentido de *haver* com forma impessoal em construções como as exemplificadas: "*Hoje* ***tem*** *festa no brejo!",* mas segregam esse uso à coloquialidade.

> Os pronomes sujeitos eu, tu, ele (ela), nós, vós, eles (elas) são normalmente omitidos em português, porque as desinências verbais bastam, de regra, para indicar a pessoa a que se refere o predicado, bem como o número gramatical (singular ou plural) dessa pessoa. (Cunha e Cintra, 1985, p. 275).

Também Rocha Lima (2011, p, 289) menciona que pode haver oração destituída de sujeito, quando se faz referência ao processo verbal em si mesmo, não o atribuindo a nenhum ser. Nessas orações, não "há o propósito de esconder o sujeito, atitude psicológica orientadora das construções indeterminadas". Sobre a distinção entre sujeito determinado e indeterminado, Rocha Lima (2011, p.289) afirma: "É determinado, se identificável na oração - explícita ou implicitamente; indeterminado, se não pudermos ou não quisermos especificá-lo".

Bechara (2010, p. 15), [9]ao explicar a relação entre sujeito e predicado, classifica o sujeito em explícito e oculto, baseando-se na perspectiva morfológica, em que a identificação do sujeito se dá pela desinência verbal. Esse autor explica ainda que "a natureza semântica e sintática determinará se o predicado da oração é referido a um sujeito ou não".

O autor apresenta a oração "*Marlit deu um livro ao neto*" para classificar os termos sujeito e predicado: Marlit é sujeito da oração e todo o restante é o predicado. Acrescenta que quando o sujeito já é conhecido no contexto, ele pode ser apagado, ou seja, pode não vir expresso. Na frase "*Os meninos já chegaram. Vieram com os pais"*, explica que o verbo *vieram* tem seu sujeito léxico oculto e que este pode ser representado por substantivos ou pronomes. (Bechara, 2010, p. 15).

Bechara (2010) explica que, nas orações formadas com os verbos (chover, nevar, fazer), não existe predicação referida a nenhum sujeito, sendo, por isso, orações sem sujeito e cita os exemplos: a) *Chove pouco no Nordeste; b) Já é noite.*

Quanto ao sujeito indeterminado, Cunha e Cintra (2009, p. 142) afirmam que ocorre sujeito indeterminado quando, nas sentenças "o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento". Para melhor entendermos a caracterização do sujeito indeterminado, vejamos, abaixo, as estratégias propostas por Bechara (2010) e Rocha Lima (2011).

[9] Apresentamos esse autor como tradicional por suas ideias sobre o aspecto estudado se aproximarem muito da visão das gramáticas vistas como tradicionais, apesar de alguns não o considerarem.

a) Verbo na 3ª pessoa do plural sem referência a qualquer termo que, anterior ou seguinte, lhe sirva de sujeito. (a) Nunca me *disseram* isso; b) Onde *puseram* o livro?

b) Verbo no infinitivo ou na 3ª pessoa do singular com valor de 3ª pessoa do plural, nas mesmas circunstâncias do emprego anterior. (a) É bom *resolver* o problema; b) *Diz* que o fato não aconteceu assim;

c) Verbo na 3ª pessoa do singular acompanhado do pronome se, originalmente reflexivo, não seguido ou não referido a substantivos que sirvam de sujeito do conteúdo predicativo. (*a) Vive-se* bem aqui; b) *Lê-se* pouco entre nós. (Bechara ,2010, p. 20)

Rocha Lima considera válidas as seguintes estratégias:

a) Empregar o verbo na 3ª pessoa do plural, sem referência anterior ao pronome eles ou elas e a substantivo no plural; (*Falam mal daquela moça).*

b) Usá-lo na 3ª pessoa do singular acompanhado da partícula *se*, desde que o verbo seja intransitivo ou traga complemento preposicional. (*Vive-se bem aqui).* (Rocha Lima, 2011, p.289).

Bechara (2010) afirma ainda que não se deve confundir as construções especiais (ou orações sem sujeito) com aquelas em que o sujeito explícito está representado por um pronome indefinido. "Aproximando-se dessas expressões de sujeito explícito, constituído por pronomes ou outras expressões indefinidas, mas delas sintaticamente diferentes, estão as orações ditas de *sujeito indeterminado"*. Confirma que as orações de sujeito indeterminado não apresentam nenhuma unidade linguística ocupando morfologicamente o lugar de sujeito, mas havendo uma referência ao sujeito apenas de forma indeterminada, como nos exemplos: a) "*Estão batendo à porta* e; b) *Precisa-se de empregados"*. (Bechara, 2010, p. 20).

A partir da exposição dos autores mencionados, percebemos que as gramáticas tradicionais, em linhas gerais, entendem que há indeterminação quando se desconhece quem executa a ação, ou não há interesse no seu conhecimento. Nas descrições apresentadas, não há menção a outras estratégias alternativas apontadas em pesquisas sobre as formas de indeterminação do agente no português em uso no Brasil. São estratégias coexistentes, as seguintes, citadas por Bravin dos Santos (2012): *nós* (expresso ou nulo), *você, eles, a gente, se, e zero.*

Logo, percebemos que a visão tradicional não é suficiente para a descrição do fenômeno da indeterminação do sujeito e das estratégias linguísticas utilizadas para essa finalidade. No tópico seguinte, aprofundamos essa discussão.

4.2 Indeterminação sob uma abordagem linguística

Abordamos, aqui, o fenômeno da indeterminação sob a perspectiva de gramáticos como Castilho (2010), Neves (2000) e Bagno (2011) que ampliam a visão tradicional à medida que contemplam a noção de variação linguística e descrevem usos orais e escritos, destacando estratégias alternativas ao padrão.

Comecemos expondo as ideias de Castilho (2010), [10]em sua Nova *Gramática do Português Brasileiro,* que adota uma linha definida por ele como *funcionalista-cognitivista*[11], por proporcionar uma visão do funcionamento e dinamismo interno da língua e não uma análise estática dos produtos linguísticos.

A *Gramática de usos do português,* de Maria Helena de Moura Neves, é sustentada por uma perspectiva teórica bem definida e evidencia ser resultado das reflexões e estudos linguísticos da autora. Ao tratar do texto em funcionamento, ou seja, por considerar os usos e seus contextos de interação, Neves (2000) trata de gramática enquanto funcionamento, como uma organização das relações e como mecanismo que faz do texto apenas uma peça.

A *Gramática pedagógica do português brasileiro,* de Marcos Bagno, exibe um projeto epistemológico próprio, uma concepção de língua e de linguagem que abraça aspectos socioculturais e se distancia da noção de certo e errado. Para o autor, língua é uma entidade social em constante transformação, e essa transformação se realiza a partir do falante que a inventa e a reinventa todos os dias. Além disso, ela não separa a descrição histórica da descrição atual da língua, isto é, não separa a diacronia da sincronia, mas faz uma abordagem pancrônica dos fenômenos linguísticos, em que passado e presente se fundem em busca das explicações mais razoáveis para os fatos linguísticos.

---

[10] Zilles introduz a obra de Castilho e apresenta que ela "é mais que uma gramática, é, por assim dizer, um três-em-um:". Inicia-se com uma exposição teórica de fundamentação, exposta nos 5 primeiros capítulos e que situa o leitor sobre o que há de novo na proposta do texto, em um segundo momento, especificamente do 6º ao capítulo 14º, a apresentação do cerne da obra, ou seja, desenvolve a gramática propriamente dita e com o 15º capítulo "sintetiza generalizações sobre a gramática do PB, organiza as condições metodológicas da gramática e aponta para uma grande variedade de temas de pesquisa". (ZILLES, 2016, p 157-158).

[11] Entende-se por gramática funcionalista/cognitivista aquela que não tem fins prescritivos e nem se resume apenas a análise de uma variedade da língua, mas que apresenta as diversas possibilidade de formas linguísticas a partir do uso que se faz dessa língua no ambiente de interação. Segundo Zilles (2016), essa definição de gramática apresentada por Castilho é incoerente, podendo tal gramática ser classificada como *descritiva funcionalista-cognitivista,* pois afirma que ele descreve processos estruturantes e não produtos estruturados, além disso, propõe que deveria ser considerada como *Gramática reflexiva,* uma vez que o objeto da gramática é fazer pensar, com afirma o próprio autor (2010).

Em Castilho (2010) é possível perceber uma problematização acerca da classificação do sujeito na teoria gramatical tradicional. O autor menciona as dificuldades encontradas para a definição dessa classe de palavras diante do que ele chama de natureza tríplice do sujeito. O sujeito pode ser compreendido, na visão do autor, como sujeito sintático, discursivo e semântico.

Do ponto de vista sintático, Castilho (2010, p. 289) identifica as seguintes propriedades do sujeito: é expresso por um sintagma nominal, é pronominalizável por *ele* e pode ser elidido. Desse modo, a função de sujeito se define pelas relações que estabelece com outros termos da oração e se caracteriza pela posição que ocupa e pela relação de concordância e número que estabelece com outros termos. São formas de expressão do sujeito para Castilho (2010): uma expressão nominal, uma expressão pronominal, uma sentença inteira ou um zero sintático. Portanto, o autor define que o sujeito pode ser preenchido por diferentes classes gramaticais (substantivo e pronome) ou pode ser elidido, nesse caso, diz-se que foi preenchido por uma categoria vazia ou anáfora zero.

Ao tratar da colocação do sujeito, o autor retrata a polarização ocorrida na Gramática Tradicional, que determina a ordem direta como sendo a regular, e a inversa, como anômala. “Diversos fatores são vinculados à ordem direta, todos eles apresentados de maneira um tanto vaga: o estilo, a lógica, a índole da língua, a organização do pensamento, o ritmo, a eufonia”. (Castilho, 2010, p. 290).

A ordem *direta* é definida pelo autor como aquela que segue a mesma ordem de sua *sintaxe*, enquanto a ordem *indireta* seria, como o próprio nome propõe, a que muda a ordem da sintaxe, palavras e orações e, nestas, o sentido fica suspenso. Isto posto, têm-se como ordem direta ou posições básicas da oração: o sujeito e o complexo verbal, seguidos pelos complementos: predicativos e circunstâncias. Nos casos em que ocorrem mais de um complemento, a ordem direta é: objeto direto e objeto indireto, ou objeto direto seguido de predicativo do objeto. Castilho (2010) ainda explica que para diversos autores a ordem direta é interrompida por motivações discursivas e de ênfase, assim, essas rupturas de ordem ocorreriam impulsionadas por fatores estilísticos.

Ao investigar a forma de representação e ordem do sujeito, Castilho et al. (1986 apud Castilho 2010), ao analisarem os materiais do Projeto NURC/SP, encontraram 25% de sujeitos elípticos e 75% preenchidos. Desses 75% de sujeitos preenchidos, 60% estavam representados por formas pronominais e 40% por substantivos. Ainda sobre os sujeitos preenchidos, 60% se apresentaram na ordem direta (Sujeito – Verbo – SV) e 40% em ordem indireta (Verbo – Sujeito – VS).

Castilho (2010, p. 291) apresenta as seguintes propriedades como fatores condicionantes de ordem direta SV ou sujeito anteposto:

a) Foneticamente "leve" com até 7 sílabas;
b) Sintaticamente construídos com especificadores à esquerda do núcleo e por complementadores dispostos à direta;
c) Semanticamente não específicos e agentivos;
d) Informacionalmente já conhecidos; e
e) Textualmente já mencionados.

O autor ainda apresenta os contextos que favorecem a posposição do sujeito (*ordem VS),* regularidades já identificadas por gramáticos:

a) nas sentenças reduzidas de infinitivo, gerúndio e particípio;
b) nas orações intercaladas construídas com verbos do tipo 'dizer', 'construir', 'sugerir', 'perguntar', 'responder' e sinônimos que arremetam enunciados em discurso direto;
c) nas sentenças interrogativas, exclamativas, imperativas e optativas;
d) nas condicionais em que se tenha omitido o *se*;
e) nas sentenças de verbo intransitivo.

Além disso, enumera os seguintes fatores que explicam a ordem apurada: "(1) sujeito e processamento da informação, (2) sujeito e papel semântico, (3) sujeito e estrutura argumental do verbo, (4) sujeito e estrutura do sintagma nominal, (5) sujeito e "peso fonético" desse sintagma". Diante do exposto, o autor destaca que a ordem VS:

> [...] é favorecida pelo sintagma nominal (1) informalmente novo, textualmente mencionado pela primeira vez, (2) semanticamente específico e não agentivo, (3) selecionado por verbo monoargumental, (4) cujo complementador figure à direita do núcleo nominal, (5) foneticamente "pesado", isto é, que contenha mais de sete sílabas. (Castilho, 2010, p. 292).

Sobre o aspecto da categoria vazia ou apagamento do sujeito, Castilho (2010) considera relevantes as pesquisas que apontam para o parâmetro "*pro-drop"*, ou seja, no PB, tem-se notado que se preenche mais a posição de sujeito do que a de objeto, relação inversa ao que ocorre no Português Europeu. Além disso, Castilho (2010, p. 293) defende, a partir de resultados de pesquisa anterior, como em Castilho (1987), que "a agentividade do sujeito favorece a elisão, enquanto a não-agentividade favorece a retenção".

Como fator motivador para o preenchimento do sujeito no PB, Castilho (2010) apresenta a relação entre a morfologia verbal e a representação ou omissão do sujeito. Assim, descreve que em língua de morfologia verbal "pobre" tende-se a reter o sujeito mais frequentemente e aponta ser esse o caso do PB. Com a simplificação do quadro no sistema pronominal brasileiro, passa-se de 6 para 3 formas verbais (*eu vou; tu/você/ele /nós/ a gente vai; vocês/eles vão)*, pois tivemos a substituição do *tu* pelo *você*, e de *vós* por *vocês*, além do crescente uso do *a gente* em substituição ao *nós*, além de variações na concordância como consequência desse rearranjo pronominal.

O sujeito oculto ou forma pronominal nula é a regra mais produtiva em Português Europeu, tanto para sujeitos determinados quanto para sujeitos indeterminados. Entretanto, no Português Brasileiro, observa-se, a partir de diversos estudos, como em Duarte (1993, 2007), uma inovação quanto a essa classe gramatical. Esses estudos têm revelado uma preferência pelo sujeito explícito no PB, inclusive, em construções com referência indeterminada. É o caso da alternância de usos entre a forma *nós* e *a gente*, como podemos observar nos exemplos:

a) "Porém, **a gente** foi ensinada a determinar o que é o comportamento de quem ama e o do quem não ama com base nesse romantismo, e isso pode nos confundir diante da realidade"; (CLAUDIA, nov/2022).

b) "Quanto mais **a gente** abre espaço para ganhar intimidade com esse mundo interno, mais consegue fluir, aprofundar, conectar, encontrar sentidos". (CLAUDIA, jan/2022).

c) **Nós** temos diversos movimentos de mulheres no Brasil e estão muito divididos. Você fala muito sobre como a cooperação é essencial para a mudança. Como unimos essas falas dissonantes? (CLAUDIA, MAR/2021).

É possível verificar, nos exemplos acima expostos, o preenchimento do sujeito pronominal de primeira pessoa e sua referência indefinida ou genérica, ilustrando, portanto, o crescente uso de sujeito explícito de PPP no PB.

Embora construções indeterminadas com representação explícita de sujeito pronominal sejam recorrentes no PB, como mostrado nos exemplos acima, retirados dos dados desse estudo, as gramáticas tradicionais não reconhecem essa possibilidade como estratégia de indeterminação, conforme já mencionado.

Ao tratar das propriedades discursivas do sujeito, Castilho (2010, p. 295) conceitua essa classe como "aquele ou aquilo de que se declara algo". O autor apresenta que essa abordagem informacional da sentença é conhecida como teoria da articulação tema-rema, na qual o tema é ponto de partida da predicação, ou seja, ponto de partida da mensagem. O referido autor enfatiza que não se pode confundir sujeito, tema e agente, pois são funções diferentes,

realizadas numa mesma expressão. Assim, a categoria de tema discursivo não corresponde à de sujeito sintático. Isto posto, apresenta que "os falantes cultos do PB desenvolvem estratégias discursivas interessantes para constituir o sujeito: (i) promovem uma sondagem psicográfica do tema-sujeito, (ii) constituem o tema-sujeito por derivação do rema".

Quanto às propriedades semânticas do sujeito, a mais comumente identificada, de acordo com Castilho (2010), é a agentividade. Essa propriedade é responsável pela ação expressa pelo verbo. O autor comenta que, apesar de ser mais natural que o sujeito seja o agente da ação verbal, isso não ocorre para todos os casos. Em verbos como *morrer* e *machucar* (em alguns usos), não temos o sujeito como agente. Além disso, há na agentividade possibilidades de ambiguidades no enunciado.

Assim, apresenta o aspecto da referencialidade e não referencialidade do sujeito como um traço semântico e conceitua sujeito referencial como "aquele que destaca determinado referente dentre o conjunto dos referentes possíveis que compartilham as propriedades indicadas pelo sintagma nominal-sujeito". Além disso, discute que a referencialidade do sujeito está relacionada a sua definitude. (Castilho, 2010, p.297).

O traço definitude do sujeito tem relação com o contexto. Assim, ao rastrear sujeitos sentenciais, é possível identificar os sujeitos referenciais definidos e indefinidos, ou seja [+definidos] e [-definidos]. De acordo com Castilho (2010), a propriedade da determinação ou indeterminação do sujeito é o aspecto mais explorado nas gramáticas ditas tradicionais. Porém, tais abordagens restringem as possibilidades de recursos utilizados para indefinir o sujeito, e como já dito anteriormente não contempla todos os recursos utilizados pelo usuário da língua.

Em relação à proposta de Neves (2000), produzir linguagem nada mais é que ativar processos, processos esses que são organizados pela gramática. Portanto, gramática, para Neves (2000), é o aparato acionado pelo falante/escritor na atividade de interação, com o intuito de produzir sentido. Além disso, a autora informa que abriga nas lições propostas na gramática, a língua viva, funcionando. Fica nítida a teoria funcionalista em sua base teórica/metodológica para a produção da gramática em questão.

Já nas páginas de apresentação da gramática, Neves (2000, p. 16-17), ao se referir à classe dos coordenadores, informa que a "determinação do estatuto sintático-semântico se completa com exame de relações textuais". Cita como exemplo o pronome pessoal que, tradicionalmente visto como substituto ao nome, apresenta algumas incongruências na classificação tradicional, após verificações no uso.

A autora aponta as seguintes observações: a) No nível da oração, o pronome pessoal refere-se à esfera semântica assim como o nome (substantivo), mas não contém definição descritiva de referente; b) No nível sintagmático, o pronome tem a mesma distribuição de sintagma nominal (SN), por isso é dito substituto do nome; c) No nível textual, só o pronome de 3ª pessoa opera como referenciador, uma vez que os pronomes de 1ª e 2ª pessoas só tem referencial textualmente em discurso, ou seja, no discurso direto. Portanto, a autora já lança olhares sobre o funcionamento dos pronomes e seus problemas de observação, conceituação e classificação nas gramáticas tradicionais.

Em relação ao sujeito, Neves (2000) o define como parte da oração que concorda com o verbo em número e pessoa, realizando ou sofrendo a ação verbal. Enfatiza que o sujeito é uma unidade de referência indispensável para a estruturação do sentido da frase e afirma que a noção de sujeito é mais ampla do que a tradicional ideia de agente da ação, podendo ser também paciente, experienciador, entre outras funções.

Em relação à classificação dos sujeitos, Neves (2000) oferece uma análise detalhada, dividindo-os em três categorias principais: sujeito determinado, sujeito indeterminado e sujeito oculto. O sujeito determinado é aquele que pode ser identificado claramente na oração, enquanto o sujeito indeterminado ocorre quando o agente da ação é indefinido. Já o sujeito oculto, também conhecido como sujeito elíptico, é aquele que está implícito na oração, mas pode ser inferido pelo contexto.

No que diz respeito ao sujeito indeterminado, ela afirma que esse tipo de sujeito ocorre quando o agente da ação não é identificado ou não é relevante para a comunicação e concebe o sujeito indeterminado como uma construção linguística que expressa ação sem especificar o agente (Neves, 2000, p. 78). Ela destaca que esse tipo de sujeito é representado pela 3ª pessoa do plural e é utilizado para generalizar a ação ou torná-la mais abstrata. A autora também aborda a relação entre o sujeito indeterminado e a noção de impersonalidade na linguagem, pois o sujeito indeterminado confere um caráter impessoal à oração, retirando o foco do agente específico da ação.

Quanto às formas de indeterminação, além do verbo na 3ª PP, ela menciona o *nós*, que em algumas situações podem tornar o sujeito indefinido, o *você*, que "embora seja forma de pessoa envolvida no discurso, pode indicar referência genérica" e ainda o *eu*, em enunciados em que o falante imagine o que qualquer pessoa pode vir a fazer, ou algo que pode acontecer e, assim, construa enunciado de atribuição genérica, colocando-se como sujeito deste enunciado. Desse modo, já apresenta estratégias não citadas por autores anteriormente apresentados. (Neves, 2000, p. 463).

Na visão de Neves, embora o pronome de TPP seja mais citado, "esse tipo de indeterminação é parcial, uma vez que só abrange o universo das terceiras pessoais". Para a autora há outras estratégias "menos comuns e de registro mais popular", como a forma verbal na TPS e ainda o emprego da forma verbal na TPS + *se* para indeterminar o sujeito. A exemplo de "*Lá tira título de eleitor documento"*. Acrescenta que as referências "tipicamente genéricas, isto é, de sujeito maximamente indeterminado, já que todas as pessoas do discurso foram abrangidas, são as construções de terceira pessoa do singular com o pronome *se*". A autora explica que os verbos que formam a construção com o *se* indeterminador são verbos intransitivos, ou verbos de complemento preposicionado, uma vez que com verbos que se constroem com objeto direto a construção com o *se* tem valor passivo. Neves (2000, p. 464).

Em relação à indeterminação a partir da PPP, a autora argumenta que nesse caso a indeterminação não é total, "já que, na forma *nós*, pelo menos uma referência é determinada, porque sempre está incluído o falante". (Neves, 2000, p. 465).

Ao tratar do artigo indefinido, Neves (2000, p. 516) classifica sintagma indeterminado em dois tipos: a) indeterminado específico – quando o falante identifica um referente e o ouvinte não; Exemplo: *Assim, eu pedi a **UM** amigo,* **e** b) indeterminado não-específico – que ocorre quando o ouvinte e o falante não fazem identificação de referente. Exemplo: *Preciso comprar **UM** rádio.*

Na terceira gramática aqui citada, a Gramática pedagógica do português brasileiro, Bagno (2011, p. 743), em capítulo intitulado *Questões pessoais: os índices de pessoa*, afirma que na posição de sujeito, o pronome mais amplamente utilizado é o de PPS, *eu* e destaca que para o plural da primeira pessoa concorrem entre si as formas *nós* e *a gente*, com ampla preferência pelo *a gente*, especialmente, entre os falantes/usuários mais jovens. O autor ratifica que "na escola e nos livros didáticos, tenta se fazer uma distinção entre *nós* e *a gente* com base na variação estilística: *nós* ocorreria em contextos mais monitorados e *a gente* ocorreria em contextos menos monitorados". Porém, o autor explica que essa tentativa de descrição trata-se na verdade de uma prescrição.

Bagno (2011, p. 743) ainda menciona que já faz parte da norma de prestígio a conjugação com as formas verbais de *nós* com referência ao sujeito *a gente* no prosseguimento do enunciado, a exemplo de a) *Nós crescemos em termos absolutos todo o Brasil cresce. A gente tem que crescer também. Mas em termos relativos estamos indo para trás.* É possível percebemos, nesse exemplo apresentado pelo autor, uma alternância entre os usos de *nós* e *a gente* para representar a PPP, além de uso do verbo no plural (*estamos)* após o sujeito vir representado pela forma *a gente*.

Outra possibilidade de uso é o primeiro verbo após o termo *a gente* vir conjugado na TPS e os verbos mais distantes do sujeito virem com a conjugação na PPP como em: b) Mas *a gente* não jogava... *então passamos*. Esse uso em b) se explica, segundo o autor, pela distância entre o verbo e o sujeito.

No quadro dos indicadores de segunda pessoa no português brasileiro, Bagno (2011, p. 747) coloca em lugar de destaque o *você* para o singular e o *vocês* para o plural e argumenta que "a forma *você* penetrou profundamente no sistema de IP do português brasileiro". Além disso, sobre a classificação da forma *você* em pronome de tratamento ou pessoal, argumenta que "somente um apego irracional ao passado e/ou à norma linguística de Portugal pode explicar por que até hoje, nas gramáticas normativas e nos livros didáticos, *você* ainda é apresentado como *pronome de tratamento".*

Bagno (2011, p. 749) também cita o uso da forma *você* como recurso de indeterminação do sujeito. "Ao lado de diversas outras formas – *se, eles, a gente, verbo na não-pessoa do singular e do plural etc*. – *você* é decerto a forma mais empregada nesse caso". Para exemplificar esse tipo de uso o autor apresenta dados de análise de uma entrevista na qual a indeterminação se realizou em 67% com uso do *você*, seguido de um índice de *17,8%* com a forma *a gente*, superando consideravelmente os usos com o *se*, única dessas 3 estratégias que é prescrita pela GT.

A terceira pessoa, ou como prefere denominar Bagno (2011, p. 7966), a não-pessoa (que se refere não apenas a pessoas, mas também a seres inanimados e abstratos), é segundo o autor um hóspede inoportuno no quadro dos índices de pessoa, pois apenas os pronomes de não-pessoa "podem variar em gênero e em número, uma vez que não apontam para os interlocutores", mas para "algo ou alguém fora do contexto imediato". No grupo de "não-pessoa" situa-se o pronome *se* e as denominações tradicionais de índice de "indeterminação do sujeito" e de "partícula apassivadora" são termos que cumprem uma mesma finalidade, representam um excesso de nomenclatura" para o autor. (Bagno, 2011, p. 797).

Particularmente sobre o *se,* Bagno (2011, p. 804) vai além do que apresentam os outros autores citados e indica uma mudança em curso no português brasileiro: "por um processo de gramaticalização, o reflexivo *se* passou a designar também o sujeito [+indeterminado]" e explique que "o *se* objeto direto se tornou *se* sujeito".

Assim, um elemento indicador de reciprocidade passou a indicador de indeterminação do sujeito. Servem de ilustrações as seguintes orações: a) O gato *se* lambe o tempo todo, e b) A porta se abriu. Há diferenças significativas entre elas - no primeiro exemplo fica evidente que o sujeito praticou a ação verbal, enquanto no segundo, o sujeito gramatical apenas sofreu

a ação verbal, uma vez que a porta não seria capaz de abrir a si mesma. Desse modo, o autor explica que, em a), temos uma reflexiva verdadeira, na qual vemos uma oração que parte do sujeito e retorna pra ele. Já em b) temos um pseudoagente, uma vez que a porta é incapaz de praticar a ação verbal, além de um pseudo-objeto, o *se.* Desse modo, o verdadeiro agente está fora da sentença, em algum lugar do mundo real. Portanto, uma vez que a porta não pode abrir a si mesma, a sentença pode ser interpretada como *a porta foi aberta por [+indeterminado].* Ou seja, foi aberta por algum agente que está indeterminado no contexto.

Nesse sentido, o autor acrescenta que "o verdadeiro agente está fora da sentença, em algum lugar do mundo real". Assim, como a porta não poderia abrir a si mesma, a interpretação passou a ser que *a porta foi aberta por [+indeterminado].* Portanto, o autor propõe duas interpretações para esse tipo de sentença: uma primeira interpretação na qual o foco está sobre *a porta*, que funciona como *objeto-paciente* da ação de abrir, e uma segunda, na qual o foco se altera para o agente responsável pela ação, que dentro dessa estrutura está semanticamente indeterminado e é simbolizado na sentença pelo clítico *se*.

Ao reconhecer *a porta* como objeto-paciente, Bagno (2011, p. 805) lança mão do conceito de voz passiva sintética, na qual a interpretação sugerida é "*A porta foi aberta por [+indeterminado]*. "Essa interpretação só é possível com verbos transitivos diretos, pois implica em transformar o *paciente* da ação de abrir em *sujeito* do verbo". O autor explica que quando o sujeito é paciente é preciso encontrar um culpado para a ação verbal e essa responsabilidade recai sobre o *se*, por isso é chamado de partícula apassivadora pela GT.

A segunda possibilidade de interpretação remete, segundo Bagno (2011, p. 805), a "origem do termo *se* como índice de indeterminação do sujeito", assim, o *se* corresponde a alguém ou algo indeterminado. Vejamos a estrutura sugerida pelo autor: *Se* (=alguém ou algo indeterminado) abriu a porta. Nesses casos, o *se* passa a ser sujeito das sentenças na voz ativa.

Essa interpretação, "permitiu que o fenômeno ocorresse também com verbos intransitivos, caso em que o *se* deixa de ser reflexivo verdadeiro e assume de uma vez o lugar de sujeito da sentença na voz ativa. Como no exemplo, "Aqui se vive feliz". (Bagno, 2011, p. 805).

Ao explanar essas duas possibilidades, o autor ratifica a "incongruência da tradição gramatical em oferecer duas análises diferentes para um mesmo *se* que exerce a mesma função de sujeito-agente [+indeterminado].

O autor (2011, p.807) ratifica que nos dois casos, portanto, o *se* teria caráter de indeterminador do agente e afirma que "a nomenclatura que ainda usa conceitos como *se* apassivador, passiva sintética e passiva pronominal é inteiramente descabida e tem de ser

abandonada". Propõe, portanto, uma nova forma de classificação para esse termo, a partir do seu comportamento no uso.

Bagno (2011, p. 813) ainda apresenta outra prova "muito eloquente da reanálise sintática pela qual o pronome *se* vem passando" no PB e que, segundo o autor, "nos obriga a incluir o *se* entre os pronomes que podem exercer função de sujeito – se encontra num uso que, de tão frequente, não é percebido como erro por ninguém, nem pelos falantes cultos", trata-se do uso do *se* entre uma preposição e um infinitivo.

Outra forma apontada por Bagno (2011, p. 818) como estratégia de indeterminação do sujeito é o verbo na não-pessoa do singular,[12] que segundo o autor, vem "sendo amplamente utilizada por todos nós, falantes de PB". O autor levanta a hipótese de que os falantes, "inseguros quanto a concordância a se fazer quando se emprega o *se*, e pressionados pela censura normativa escolar, podem ter optado simplesmente por evitar quaisquer riscos de erros". Assim, os usuários passaram a apagar o sujeito [+indet] representado pelo *se*.

Além desta forma, Bagno (2011, p. 820) apresenta a forma da não-pessoa do plural como alternativa para indeterminar o agente. Sendo esta umas das formas de indeterminação prevista pela GT, embora bastante usada, vem perdendo espaço para outra estratégia: o verbo na não-pessoa do plural com sujeito [+indet] *eles* explicitado e sem referente anterior. Esta última estratégia está ganhando terreno no PB, segundo o autor, e "com frequência, *eles* se refere a alguma entidade coletiva enunciada anteriormente, (o governo ... *eles,* a polícia ... *eles*, a empresa... *eles*), mas na maioria das vezes o referente é abstrato, indeterminado, inferido mais pelo contexto interacional do que pelo cotexto". Nesse sentido, "a noção de pronome fica comprometida, se atribuirmos a ele um caráter exclusivamente morfossintático, ou seja, a retomada de algo já dado no próprio texto. Sendo assim, esse *eles* "é, na verdade, um pronome pragmático-discursivo, pois remete a algo que pode ser inferido (mas não correferido) do contexto interacional (e não do cotexto verbal)".

Por fim, os termos genéricos são outra forma de indeterminar o agente. "Os sintagmas nominais genéricos, termos ou expressões cristalizadas culturalmente como se referindo às pessoas em geral, a ninguém em particular". Tais como: a criatura, a pessoa, o pessoal, o cidadão, entre outros. (Bagno, 2011, p. 821).

[12] Sendo o verbo na Não pessoa do singular a forma genérica do verbo, aquela que não apresenta em si nenhuma marca número-pessoal.

4.2.1 O que falam os linguistas sobre a relação entre o sistema pronominal e a indeterminação do sujeito

A noção de sujeito indeterminado é, para as gramáticas tradicionais, como visto no tópico anterior, uma noção semântica e esse tipo de sujeito ocorre, nessa compreensão, apenas a partir de formas nulas. Duarte (2007), entretanto, mostrou a partir do seu estudo que esse tipo de sujeito pode se realizar por meio de formas expressas ou não expressas. A autora aponta entre as formas expressas para a representação do sujeito indeterminado as formas *eles, nós, a gente* e *você,* enquanto as formas não expressas se realizam a partir da 1ª e 3ª pessoas do plural. Assim, há uma clara tendência de apropriação, até em textos escritos, de usos frequentes na fala.

Duarte (1993) estudou o aspecto do sujeito nulo no PB, identificando uma queda nas ocorrências de sujeito nulo e uma crescente preferência pelo sujeito preenchido, fato identificado com maiores ocorrências na 1ª e 2ª pessoas. A terceira pessoa apresentou percentual menos acentuado e poderia ser explicado pelo referente. Essa mudança se justificaria, segundo a autora, pela redução ocorrida no quadro pronominal, a partir de uma simplificação em seu paradigma flexional, que passa de 6 para 3 formas.

Desse modo, preenche-se o sujeito quando o referente não é esperado. Assim, o PB vai deixando de ser uma língua de sujeito omissível. Entretanto, alguns contextos sintáticos favorecem a omissão:

(i) Na primeira pessoa do singular quando ocorrem em orações independentes compostas por verbos simples nos tempos presente ou passado, precedidos em sua maioria por uma negação ou por uma locução verbal;
(ii) Na mesma pessoa, em orações subordinadas;
(iii) Na segunda pessoa, em orações interrogativas.

Nesse sentido, Duarte (1993, p. 88) argumenta que "embora não se possa dizer que tenhamos perdido a possibilidade de emitir o sujeito, observa-se clara preferência pelo uso da forma pronominal plena". Portanto, essa diminuição de frequência de sujeito nulo é consequência da perda da riqueza funcional no quadro dos pronomes.

Ocorre, pois, nas palavras de Duarte (1993, p.89), o fenômeno da Perda do Princípio Evite Pronome, consequência da simplificação do paradigma flexional, "a partir da perda, em quase todo o território nacional, da segunda pessoa direta, representadas pelos pronomes **tu** e **vós,** e sua substituição pela segunda pessoa indireta". Essa segunda pessoa indireta, usaria as formas verbais de terceira pessoa, e seria, portanto, causa principal da perda do sujeito nulo.

Além deste, a crescente substituição do *nós* pelo *a gente*, que também usa as formas na terceira pessoa do singular, contribuiu para acelerar essa mudança. Assim, ao ficarmos com um paradigma flexional reduzido, preenchemos o sujeito com o intuito de não gerar problemas na compreensão, uma vez que esse quadro flexional reduzido "compromete a função de identificar um sujeito pronominal vazio desempenhada pela desinência verbal". (Duarte, 1993, p. 90).

Lopes (2008, p. 103) corrobora essa ideia da modificação no sistema dos pronomes no PB e afirma que este sofreu alguns rearranjos gramaticais. Com a integração do *você* e do *a gente* ao quadro dos pronomes pessoais, passaram a existir comportamentos diferentes na relação entre índice de pessoa e formas verbais e nas subclasses dos oblíquos átonos e pronomes possessivos. Sobre o *você,* a autora afirma que "originada de uma expressão nominal de tratamento, V*ossa Mercê*, que leva o verbo para a terceira pessoa do singular, a forma *você* manteve algumas propriedades mórficas que acarretam o rearranjo no sistema". A autora alerta sobre a mudança constatada por diversos estudos – "o português do Brasil estaria passando de uma língua de *sujeito não preenchido* (*Ø Falamos muito*) para uma língua de *sujeito preenchido* (*Nós falamos muito*).

A autora detalha que "as formas invasoras *a gente* e *você* são advindas de nomes ou expressões nominais, respectivamente o substantivo *gente* e o tratamento de base nominal *Vossa Mercê*", que passaram a assumir novas funções, valores e propriedades e, por isso, passaram de uma categoria de nome para a categoria de pronome. Entretanto, até hoje, essas formas apresentam características que as distinguem dos outros pronomes e causam assimetrias no quadro pronominal. A forma pronominal *a gente*, por exemplo, "teria mantido o traço formal de 3ª pessoa, porque continua a se combinar com verbos em P3, mas a interpretação semântico-discursiva se alterou para [+EU], uma vez que passou a incluir o falante". Isso se comprovaria, de acordo com a autora, a partir de dois indícios sintáticos: "a concordância verbal com P4, frequente no português não-padrão, e a co-indexação pronominal com *nosso(s)/nossa(s)"*. A exemplo do que ocorre na frase "A *gente* andava de bicicleta, pois era o *nosso* esporte predileto". (Lopes, 2008, p. 107).

Portanto, Lopes (2008, p. 104) apresenta várias alterações morfológicas causadas por essas mudanças no quadro dos pronomes, desde "a introdução de novas formas pronominais, a simplificação do paradigma flexional e o preenchimento obrigatório do sujeito". As novas formas pronominais assumem importância no fenômeno da indeterminação do sujeito e passam a ser utilizadas como estratégias frequentes para essa finalidade. Destarte, "além da referência definida, o uso do *você* e de *tu* se expandiu para os contextos de referência

indeterminada e já aparece em construções existenciais". O pronome *a gente* também apresenta caráter indeterminador e é preferido pelos falantes que desejam se descomprometer com o discurso, ou torna-se vago e genérico, pois pode englobar o falante, o ouvinte, a terceira pessoa e também todo mundo ou qualquer um.

Lopes (2008) observou que, no uso da forma intrusa de primeira pessoa do plural, citado anteriormente, "embora a concordância verbal se dê com a 3ª pessoa do singular, a intepretação semântica para *a gente* pressupõe o falante + alguém'". (Lopes, 2008, p. 108). A autora demonstra, a partir de dados extraídos de reportagens de jornais, ou seja, de textos escritos, que "mesmo entre falantes cultos que não costumam estabelecer a concordância de *a gente* com o verbo em P4, verifica-se a interpretação semântica [+EU] presente em termos formais". Portanto, é possível que um enunciado inicie com o uso da forma *a gente* e na sequência apresente verbos em cadeia, alternando a desinência de terceira pessoa do singular e de primeira pessoa do plural.

A estudiosa destaca que com o *você* ocorreu o mesmo processo. "Persiste a especificação original de 3ª pessoa [Ø Eu], apesar da alteração ocorrida em termos semântico-discursivo". Assim, "mesmo correlacionada a formas tradicionalmente consideradas de 2ª (*te/teu/vos/vosso)* [-eu] ou de 3ª pessoa (*seu-s)* [Ø Eu], o pronome *você* definido passou a fazer referência à segunda pessoa [-eu]". A autora argumenta que, apesar de ainda condenada pelo ensino tradicional, aos poucos essa interpretação passa a figurar formalmente. É o que a tradição chama de mistura de tratamento. (Lopes, 2008, p. 109).

Lopes (2008, p 110) explica ainda que o traço formal de número plural do termo *gente*, registrado na sintaxe, se perdeu com o tempo. Na função de substantivo havia a flexão de número, portanto, *gente* representava singular e *gentes* plural. A forma pronominal [13]cristalizada, *a gente*[14], tem como referência uma "massa indeterminada de pessoas disseminada na coletividade – com o *eu* necessariamente incluído", por isso, manteve-se uma interpretação semântica de plural, ao mesmo tempo que se combina com a terceira pessoa para realizar concordância.

[13] A mudança de traços de *gente* para *a gente* foi estudada por Lopes (2003), que analisou as mudanças nos traços intrínsecos de gênero, número e pessoa de cada forma e constatou que o traço formal de número se perdeu com o tempo na passagem de gente > a gente, o traço de gênero não estaria relacionada ao sexo, mas ao gênero formal da palavra, já que agrupo um conjunto de pessoas, independente do sexo e quanto ao traço de pessoa a forma pronominalizada herda o [ϕeu] do substantivo, pois continua a concordar com a terceira pessoa do singular entre falantes escolarizados. Já no tocante aos traços semânticos, ela passa a englobar o falante, deixando de ser [ϕEU] e se tornando [+EU]. (Arruda, 1998, p. 56).

[14] De acordo com Arruda (1998, p. 49), a forma teria começado a implementar-se no sistema pronominal a partir do século XVII, instaurando-se efetivamente na língua no século XX e passando por diversas mudanças relacionadas tanto às suas propriedades formais como semânticas.

Ocorreu, segundo Lopes (2008), a perda do gênero formal do termo *a gente* em seu processo de pronominalização. A autora informa que, nos substantivos, o gênero formal pode estar na estrutura sintática, mesmo que a informação do gênero semântico possa estar ausente. Assim, "em *A mesa limpa* ou, *o prato sujo*, apesar dos traços formais de gênero, não há informação de sexo (gênero semântico)". Outrossim, quando "se diz *As pessoas estão atrasadas* têm-se a concordância no feminino mesmo que as pessoas não sejam do sexo feminino". Já em relação aos pronomes, apenas as terceiras pessoas são marcados formal e semanticamente quanto ao gênero, nas demais o gênero formal é neutro, porém, semanticamente, há uma dupla possibilidade interpretativa já que podem fazer concordância com o masculino e o feminino.

Lopes (2008, p 111) apresenta o exemplo *Eu estou velha* para ilustrar que o adjetivo co-referente ao sujeito em primeira pessoa deixa claro que esse sujeito é do sexo feminino, assim diz que "a variação de gênero assumida pelos adjetivos em co-referência com o pronome de 1ª pessoa aciona uma interpretação semântica, embora o gênero formal do pronome *eu* em si seja nulo. Já o pronome *a gente* perdeu essa especificidade positiva de gênero e passou a ser neutro uma vez que se refere a um agrupamento de pessoas com sentido genérico.

> No seu processo de pronominalização, a forma *a gente* pronominal, apesar de não ter gênero formal como os outros pronomes legítimos (*eu, tu, nós, vós)*, apresenta subespecificação semântica quanto ao gênero, uma vez que *a gente* pode combinar-se com adjetivos no masculino e/ou feminino dependendo do gênero semântico. (LOPES, 2008, p. 112).

Ocorreu, segundo Lopes (2008), processo semelhante ao mencionado anteriormente com a forma *Vossa Mercê* > *Você*. Ela era uma forma feminina, uma vez que *mercê* era um substantivo feminino que passou a resgatar o gênero semântico em sua forma de pronome de tratamento. Assim, a forma *você* conservou essa interpretação subespecificada do gênero semântico e perdeu o traço formal de gênero que a expressão de tratamento apresentava.

Todas essas modificações acarretaram novos comportamentos para os pronomes e novas estratégias também passaram a ser utilizadas para indeterminar o *a gente*. Trataremos dessas estratégias nos tópicos seguintes.

4.2.2 Referenciação

Quando falamos de sujeito indeterminado sempre relacionamos essa indeterminação ao não conhecimento do referente, portanto, tratamos de referenciação. Mas o que podemos compreender sobre esse termo?

Dik (1989, p. 111) entende referenciação como ação pragmática e cooperativa do falante; consiste, portanto, em apontar uma entidade sobre a qual algo pode ser predicado. Assim, o falante se refere a uma entidade por meio de um termo, sendo este uma expressão usada para referir entidades de um mundo real ou imaginário.

Podemos considerar a referenciação como uma ação pragmática, já que ela é feita pelo falante, como afirma Lyons (1987). Assim, a referenciação tem a ver com interação e intenção, uma vez que, na língua em uso, os falantes negociam o universo do que falam, e nele escolhem fazer referência a algum indivíduo, apresentando ou não a identidade desse indivíduo de acordo com a sua intenção.

Para Neves (2007, p. 76), sob a ótica do funcionalismo linguístico, o processo de referenciação não se reduz "à construção e à identificação de objetos da realidade. Nem a simples substituição de uma forma referencial por outra, [...], mas diz respeito à constituição do texto como uma rede em que referentes são introduzidos como objetos do discurso". Dessa maneira, para a autora, falar de referenciação é falar de definitude.

Nesse sentido, para Neves (2007), um sujeito é referencial quando tem um referente acessível no contexto, ou seja, quando se relaciona a um ser específico. Assim, uma referência genérica seria, na visão da autora, não-referencial por não fazer referência a uma entidade particular, mas aos diversos membros de uma classe.

4.2.3 Indeterminação ou indefinição?

O conceito de indeterminação ainda é objeto de discussão em diversos estudos e não deve ser confundido com a indefinição. Milanez (1982) afirma que para compreendermos o conceito de indeterminação é preciso levarmos em consideração conceitos referentes à noção de pessoa, de generalização e de referência. A determinação ocorre quando o referente das formas verbais é acessível dentro do contexto de interação, enquanto a indeterminação está associada ao processo linguístico no qual o falante não se refere a nenhuma pessoa específica, mas passa a um nível de generalização e essa referência torna-se abrangente.

Conforme Neves (2000, p. 533) "uma palavra **indefinida** não necessariamente é **indeterminada**, já que ser **indefinido** significa ser não particularizado, não-restrito, e ser **indeterminado** significa ter uma extensão não determinada ou fixa". A partir do exemplo: a)

TODO *homem é mortal*, ela diferencia as noções de indeterminação e indefinição, evidenciando que a palavra *homem* está ali determinada, por ser tomada em toda a extensão, entretanto, não está **definida**, uma vez que não aparece particularizada.

Dik (1989 apud Pereira, 2013, p. 478), partindo do pressuposto de que entidades são constructos mentais, estabelece que há duas formas de referir: a) *construir um referente;* b) *identificar um referente*. Assim, o autor estabelece uma relação entre os termos *definido/indefinido* e os dois tipos de referência citados. Para Dik (1989), termos indefinidos são tipicamente usados para construir um referente, ao passo que termos definidos são geralmente utilizados para identificar um referente.

Além dos traços de definitude (*definido/indefinido*), é preciso reconhecer os termos *específico/genérico.* Específico, parafraseando Dik (1989 apud Pereira, 2013), é quando conseguimos acessar um referente particular dentro do contexto designado por ele, e *genérico* é quando se refere a qualquer referente dentre aqueles designados pelo termo.

Sobre esse fenômeno, Du Bois (1980 apud Pereira, 2013) mostra que a escolha entre formas definidas e indefinidas é controlada por traços semânticos e pragmáticos: *referencial* x *não-referencial, identificável* x *não-identificável, genérico* x *específico.* O autor expõe a definitude como um elemento facultativo para o falante, uma vez que ele tem total controle deste e o que determina a definitude são os propósitos comunicativos.

Pereira (2013) ainda acrescenta que a escolha entre os traços *identificável* x *não-identificável* relaciona-se ao ouvinte: o falante utiliza uma forma indefinida se acha que o ouvinte não vai identificar o referente que ele tem em mente, e usa uma forma definida se esta identificação é esperada.

Para compreendermos as diferenças entre os termos indeterminação e indefinição podemos recorrer a Milanez (1982) que elenca alguns aspectos que os definem:

a) a indefinição não abrange apenas elementos humanos, essa característica é própria da indeterminação;
b) a indefinição abrange exclusivamente as formas de 3ª pessoa, enquanto a indeterminação pode abranger a 1ª, 2ª, ou 3ª pessoas;
c) a generalização é uma possibilidade de natureza limitada na indefinição, mas é uma condição da indeterminação;
d) a indefinição apresenta diferenças relevantes quanto aos aspectos morfológicos, como o uso dos artigos definidos ou indefinidos, que não se apresenta na indeterminação;

e) a compreensão da indefinição não depende do contexto, como a da indeterminação, e pode ser alcançada na frase;
f) o processo de indefinição pertence ao nível de determinação, pois se identifica de modo preciso as pessoas envolvidas nele;
g) a indefinição é um processo da não-pessoa, já que se limita a 3ª pessoa do discurso.

Precisamos deixar claro que "indeterminação" é uma noção aqui compreendida a partir do aspecto semântico, ou seja, quando, independente da forma de apresentação do sujeito, seja ele expresso ou não expresso, a identificação do referente é dependente do contexto de uso. Assim, nos pautamos na visão de Duarte (2007, p. 195), que propõe uma nova classificação para o sujeito e afirma que a classificação de sujeito indeterminado apresentada pela GT é inadequada, pois a "indeterminação é uma noção semântica e ela só faria sentido se colocada em oposição ao sujeito 'determinado'". Entretanto, a GT utiliza o critério morfológico para definir o sujeito determinado. Em nossa análise, determinado é o sujeito que tem referente conhecido no contexto, seja ele expresso ou não.

Cunha (1993) apresenta a indeterminação do sujeito como uma escala, em que a indeterminação cresce à medida que deixam de existir elementos no contexto que permitam a interpretação do pronome. Haveria, portanto, três graus de indeterminação: *indeterminação parcial com elo de referência explícita*, em que os pronomes têm relação com um item lexical do texto; *indeterminação parcial com elo de referência implícita*, na qual a referência do pronome é percebida no contexto sem que haja um item lexical presente; e a *indeterminação completa*, em que não há relação com nenhum item ou relação anafórica.

Essa noção de graus de referencialidade é defendida desde Givón (1984, p. 390). O autor propõe a presença de graus de referencialidade e conclui que a referência envolve, portanto, o universo do discurso. Assim, falante e ouvinte negociam os limites nesse universo. Desse modo, Givón (1984) propõe uma gradação sem limites precisos da definição para a referenciação conforme modelo a seguir:

DEFINIDO > REFERENCIAL – INDEFINIDO > NÃO-REFERENCIAL > GENÉRICO.

A partir desse contínuo de referencialidade apresentado por Givón (1984), percebemos que a gradação de referencialidade vai da não-referencialidade à referencialidade e dela à definitude. Desse modo, a partir desse *continuum,* são geralmente marcadas as categorias mais salientes ou mais úteis pragmaticamente.

Portanto, a indeterminação "não se apresenta como um fenômeno de natureza absoluta, que se opõe à determinação de forma nítida; ao contrário, a mesma comporta graus quanto à sua abrangência" (Milanez, 1982, p. 80). Desse modo, as estratégias utilizadas pelo falante para indeterminar o sujeito não agem igualmente, pois o conteúdo genérico de cada recurso tem características referenciais múltiplas. Apesar de os recursos apresentarem algumas características específicas quanto à sua referência, na sua realização eles apresentam uma capacidade de generalização que permite uma grande alternância de seus usos indeterminados.

Isto posto, podemos compreender que a indeterminação não se opõe de forma nítida à determinação, por ser um fenômeno de natureza gradual. A referencialidade de cada ocorrência se dá ao longo da fala do informante, sendo necessário, portanto, analisar todo o discurso para que seja observada a indeterminação e o seu nível.

Sobre essa gradativa referencialidade do sujeito, Milanez (1982, p. 80) apresentou três graus distintos:

a) O nível mais elevado da indeterminação seria expresso pelas formas despronominalizadas: *sujeito nulo com verbo na a terceira pessoa do singular* (Ø + 3ª PS), ou *sujeito nulo com verbo na terceira pessoa do singular acompanhado da partícula se* (Ø + 3ª PS + *Se)* e *sujeito nulo acompanhado de infinitivo* (Ø + infinitivo), pois, distanciam-se de referências específicas a qualquer das três pessoas do discurso, uma vez que são marcadas quanto à pessoa.
b) No grau intermediário da indeterminação estariam as formas pronominais *a gente, você e eu*, uma vez que, quando usados de forma genérica, ainda mantêm referências específicas aos protagonistas do discurso.
c) Como último nível nessa gradação da indeterminação teríamos, para o autor, as formas Ø + 3ª PP e *eles*, por serem exclusivas de terceira pessoa e ocorrerem normalmente antecedidos por uma referência ou grupo específico.

Trabalhos como os de Santana (2006, p. 140) constatam a existência de graus de referencialidade a partir de seus dados:

> *Nós* e *a gente* parecem ter o mesmo valor: são sempre usadas para indicar indeterminação parcial com referência implícita ou explícita no contexto; *eles* é sempre usado na indeterminação parcial com referência explícita no contexto; e você, Ø + V3PS, Ø + V3PP e Ø + VINF na indeterminação completa, por terem uma abrangência genérica, podendo referir-se a qualquer pessoa do discurso.

Portanto, a indeterminação se realiza em diferentes graus e com maior ou menor dificuldade na identificação do referente.

4.3 A indeterminação do agente a partir de formas pronominais

As línguas se transformam frequentemente, uma vez que são "[...] também inevitavelmente voltadas para a mudança, pois os grupos humanos são dinâmicos, e as línguas que eles falam precisam adaptar-se às novas situações históricas" (Castilho, 2010, p. 197).

Nos subtópicos abaixo, demonstraremos outros estudos que se preocuparam em compreender e descrever usos de formas pronominais como estratégia de indeterminação do sujeito. Levamos em conta as seguintes possibilidades de uso: a primeira, segunda ou terceira pessoa como estratégia de indeterminação. Consideramos em nossa análise, também, o *se*, na condição prototípica (*se* indeterminador) e nos casos em que, apesar de não serem usos consagrados pela gramática, tendem para uma generalização do referente.

4.3.1 A indeterminação com formas pronominais de primeira pessoa

A primeira pessoa do singular ocorre preferencialmente com referente definido. Isso justifica o fato de a primeira pessoa do singular ser bastante utilizada como sujeito nulo, pois, se é mais previsível, é também mais facilmente apagável.

Sobre o aspecto da indeterminação, o pronome de primeira pessoa do singular é mais raramente utilizado com essa finalidade, uma vez que em grande parte dos contextos o seu referente é facilmente acessável. Entretanto, estudos como os de Mendonça e Nascimento (2015) nos mostram ser possível a utilização do *eu* indeterminado. Os autores comprovam isso a partir do seguinte exemplo.

> Dizer que hoje **tô** morrendo de é... **sou** um pobre... que não tenho um dinheiro pra comprar um pão na na na na padaria... amanhã **eu** posso ser se **eu** me esforçar não dormir de noite é passar o dia todo é varrendo rua porque varrendo rua é um trabalho... é... varrendo rua amanhã **eu** posso ser um grande capitalista... (Mendonça e Nascimento, 2015, p. 228).

Percebemos que a utilização do pronome de primeira pessoa, nesse exemplo, não está associada necessariamente ou exclusivamente ao falante, mas também aos seus interlocutores, o que significa que esse pronome está sendo utilizado como estratégia para indeterminar o sujeito, pois atribui ao referente um valor hipotético que pode referir-se a qualquer pessoa do discurso.

Também Neves (2000) apresenta o *eu* como possibilidade de ocorrência genérica e indeterminada. A autora cita como condição para essa construção genérica em enunciados na PPS, situações nas quais o falante defenda um argumento que se aplique a qualquer pessoa, mas decida colocar esse enunciado na primeira pessoa, criando, dessa forma, um enunciado de atribuição genérica.

Milanez (1982) analisou as possíveis estratégias de indeterminação no *corpus* do Projeto NURC e observou em seus resultados um universo amplo de possibilidades. Como recursos de indeterminação do sujeito reconhecidos pela autora estão: *a gente, nós, você, eles, eu, o/um cara, o/um indivíduo, o/um sujeito, a/uma pessoa, Ø+V3PS, Ø+V3PP. Ø+V+SE e Ø+VINF.* Percebemos, pois, que tanto a primeira pessoa do singular como do plural é considerada pela autora. Além disso, o *a gente* já figura como possibilidade de uso. A autora também defende que a indeterminação se realiza a partir de graus de indeterminação.

A primeira pessoa do plural é amplamente utilizada como estratégia de indeterminação, embora também não seja uma estratégia prescrita pela GT. Bravin dos Santos (2012, p. 80), ao refletir sobre as estratégias de indeterminação do sujeito, apresenta as seguintes possibilidades de formas pronominais indeterminadoras: *eles, nós, a gente e você* e ratifica que em gêneros mais formais as estratégias mais utilizadas são a 1ª e 3ª pessoas do plural. Apresenta o seguinte exemplo do uso do pronome de PPP: a) *Nós devemos deixar o país, ou pelo menos o bairro limpo*. Observe que apesar de expresso o pronome *nós* não está definido, uma vez que contém grande generalização em seu referente. Além disso, a autora mostra nos dados do estudo que a PPP foi a estratégia preferida de uso dos falantes, alternando-se entre a forma expressa e não expressa.

Othero e Silva (2020, p. 148), ao investigarem as estratégias de indeterminação do sujeito em orações finitas do português brasileiro e observarem os usos da PPP indeterminada, explicam que quando utilizados com essa finalidade, essas formas pronominais "não têm referência definida identificável, ou seja, não delimitam um agrupamento que englobe o falante e seu interlocutor ou o falante e mais algum grupo de pessoas, antes, eles têm referência indeterminada [...] , que engloba todas as pessoas no contexto".

Da mesma forma, Vargas (2010, p. 60) elencou as estratégias de indeterminação do sujeito e além das estratégias esperadas e prescritas pela gramática, como o *se*, o autor inclui as seguintes: *eles, nós, a gente, você e zero*. Em seu estudo, Vargas (2010) faz ainda uma análise diacrônica da inserção das formas inovadoras para indeterminar o agente e cita estudos como os de Cavalcante (1999), que apresentam resultados importantes para a compreensão desse fenômeno. Cavalcante (1999) demonstra, a partir de dados, que em orações finitas houve

um número bem maior de estratégias de indeterminação que o previsto pela GT. Foram observadas nesse estudo as seguintes estratégias que não são previstas pela norma: *nós, a gente, você e eles (expressos).* A autora constatou uma competição entre o uso das formas *se* e *nós* em editoriais de revistas, texto representativo da norma culta, uma vez que são textos altamente monitorados.

Em textos opinativos, na pesquisa de Cavalcante (1999), foram observados usos bem próximos em relação às formas *se* e *nós* em textos que datam até 1910. Após esse período, a autora observou uma crescente utilização do *se*, chegando a representar até 76% dos usos. Entretanto, no final do século XX, a primeira pessoa do plural volta a ter preferência como estratégia de indeterminação, sendo introduzida também a forma *a gente.* Já em relação ao gênero crônica, Cavalcante (1999) percebeu maior produtividade das formas inovadoras de indeterminação, consequência de uma menor formalidade do gênero. Assim, foram frequentes as formas *se, nós, eles e a gente*, além da inserção do *você* que trataremos mais detalhadamente no tópico posterior.

Duarte, Kato e Barbosa (2003, p. 406), ao estudarem as estratégias de indeterminação do PB e PE, constataram que em dados de língua escrita, o *se* foi a estratégia preferida, seguida do *nós*. O uso do pronome *nós,* nos dados das autoras citadas, foi sempre não expresso quando da finalidade de indeterminar o agente.

Em relação aos usos indeterminados em dados de fala, Duarte, Kato e Barbosa (2003, p. 406) apresentaram resultados que constataram que em consequência da tendência da perda do sujeito nulo no PB, que também atinge a indeterminação do agente, há uma tendência de usos que preenchem mais o sujeito a partir de formas pronominais como *você* e *a gente*, inclusive e principalmente em usos indeterminados.

Cunha (1993, p. 43) contribuiu com os estudos sobre a indeterminação e em sua pesquisa analisou as condições linguísticas e sociais que levam à escolha de *nós, você e a gente* como indeterminadores do sujeito e chegou a algumas considerações acerca do fenômeno:

a) Quando a indeterminação ocorre a partir de uso de pronomes, esse pronome não tem referência facilmente recuperável, mas pode ser associado a vários referentes.
b) A indeterminação se apresenta em maior ou meu grau quando do uso das formas pronominais e depende do contexto. Ou seja, a indeterminação pode ser considerada: *completa* – quando não existe nenhum elemento que identifique o referente; *parcial com referência implícita no contexto* - quando é possível identificar a referência no contexto, sem que exista item lexical que leve a esse

referente; *parcial com referência explícita no contexto* – se a referência é perceptível no contexto a partir de itens lexicais que levam a sua interpretação.

c) Defende a ideia de que o contexto e a indeterminação pronominal estabelecem relação de dependência, pois "quanto mais a interpretação do pronome depende de elementos contextuais, mais próximo ele está de ser indeterminado" (p. 43-4).

Em relação à competição entre as formas *nós* e *a gente* na posição de sujeito, Seara (2023) se propõe a explicar a preferência do falante pela forma *a gente* em relação à forma *nós* em situações de oralidade, levando em consideração as variantes sociais e linguísticas que podem interferir nessa escolha. Em seu estudo, a autora analisa doze entrevistas de informantes metropolitanos, com nível de escolaridade primário e colegial, sendo seis do sexo masculino e seis do feminino, subdivididos em três faixas etárias: quatro de 15 a 24 anos; quatro de 25 a 50 anos e quatro com mais de 50 anos.

A hipótese inicial do trabalho de Seara (2023) era a de que a variante *a gente* seria a mais frequente e ela foi confirmada pelos seus dados, nos quais foram registrados 72% de usos da forma. A autora faz um comparativo dos seus dados com outros estudos, tais como o de Omena e Braga (1996), que teve percentual bem parecido com o seu: 70% de usos da forma *a gente,* e com o estudo de Duarte (1995), que analisa a diminuição de ocorrência do pronome *nós* em favorecimento do uso do *a gente*.

Dentre as variáveis consideradas relevantes no estudo de Seara (2023) foram observadas: sexo, faixa etária, escolaridade, tempo verbal e traço semântico do sujeito. Em relação à variável tempo verbal foram percebidas ocorrências de tempo Presente, Pretérito Perfeito e Imperfeito do Modo Indicativo, em consequência do gênero analisado no estudo, uma vez que na entrevista temos relatos de fatos passados ou de experiências pessoais vividas.

Ainda em relação à variável tempo verbal, Seara (2023) espera constatar que os tempos de menor saliência fônica teriam maior chance de favorecer o uso do *a gente* por serem os que têm maior queda da desinência verbal *-mos,* fugindo da ausência de concordância. A seguir, vemos quadro da atuação do tempo verbal sobre o uso do *a gente*.

Tabela 1: Atuação do tempo verbal sobre a variante *a gente*

Tempo Verbal	Frequência
Pret. Imp. Indicativo	82%
Pret. Perf. Indicativo	51%
Presente Indicativo	63%

Outros tempos	77%

Adaptado de Seara (2023, p. 183)

A autora constatou nos dados analisados uma relação direta entre o comportamento do pronome de primeira pessoa do plural, sua saliência fônica e o tempo verbal. Assim, ocorre maior utilização do pronome *nós*, nos tempos verbais em que há maior saliência fônica na diferença entre a 3ª pessoa do singular e a 1ª pessoa do plural: presente e pretérito perfeito.

Em relação à variável *traço semântico do sujeito*, Seara (2023) admite que, em relação à forma *a gente*, era inicialmente considerada uma forma de asserção menos específica do sujeito, sendo a razão de seu uso na maioria dos contextos. Porém, cada vez mais a questão da menor especificidade do sujeito começa a desaparecer com relação à forma *a gente*.

Ao analisar o processo de gramaticalização do termo *a gente,* Lopes (2007) constatou que a forma originou-se do substantivo *gente,* que passou a assumir determinadas propriedades, valores e funções, mudando, assim, de classe gramatical, mas esclarece:

> Nem todas as propriedades formais do nome *gente* foram perdidas, assim como não foram assumidas todas as propriedades intrínsecas aos pronomes pessoais. A forma gramaticalizada mantém do nome *gente* o traço formal de 3ª pessoa, embora acione uma interpretação semântico-discursiva de 1ª pessoa [+ EU]. Mesmo que o verbo em concordância com *a gente* permaneça na 3ª pessoa do singular, se pressupõe a existência de um "falante + alguém", numa frase do tipo *a gente precisa comprar a nossa própria casa.* (Lopes, 2007, p. 52).

A partir desse comportamento do termo *a gente* apresentado pela autora supracitada, é possível perceber que houve um processo de *decategorização* que, nos termos de Lopes (2007, p. 52), "consiste na neutralização de marcas morfológicas e propriedades sintáticas da categoria - origem (nome) e adoção dos atributos da categoria-destino (forma pronominal)".

Lopes (2007, p. 55) ainda apresenta as transformações sofridas pelo termo *a gente* nos traços de *gênero, número* e *pessoa*, ao decorrer desse processo de gramaticalização. Em relação ao traço *gênero* a autora representa-o a partir de uma distinção binária, na qual o feminino é considerado como forma marcada e o masculino como forma não marcada. Em relação ao traço de número, a autora percebeu a perda desse traço, assim, o substantivo *gente* que antes era utilizado no singular e plural, passou a ser especialmente utilizado no singular a partir do século XX.

Em relação ao traço de gênero, o substantivo *gente* não impõe restrições quanto ao sexo dos referentes, uma vez que se refere a um grupamento de pessoas [+genérico]. Ao se gramaticalizar, a forma *a gente,* embora não apresente gênero formal, apresenta

subespecificação semântica quanto ao gênero: [αFEM] (admite referência ora a homens, ora a mulheres, a depender do adjetivo com o qual concorda). (Lopes, 2007, p. 56).

Quanto ao traço de pessoa, a forma pronominalizada *a gente* herdara o traço formal [feu], pois continua a se combinar com formas verbais de P3. Porém, adquiriu uma propriedade nova quanto a pessoa semântica: passa de [ØEU] para [EU]. Ou seja, passa a compreender o "eu-ampliado".

Em suma, percebe-se a partir do estudo de Lopes (2007) uma *persistência*, nos termos de Hopper (1991), de algumas propriedades do substantivo *gente* na forma pronominal *a gente,* tais como a concordância com a terceira pessoa, embora, semanticamente, a interpretação seja de primeira pessoa do plural. Outra propriedade mantida na forma pronominal que advém da forma nominal é a sua característica indeterminadora.

Entretanto, Lopes (2007) explica que com o processo de gramaticalização, a forma *a gente* adquiriu propriedades tipicamente pronominais quais sejam: passa a se correlacionar com adjetivos no masculino e no feminino e a perda gradativa dos privilégios sintáticos da categoria nominal.

Em Cavalcante (2001), os resultados apontam número significativo da forma *a gente* como estratégia de indeterminação. Analisando dados de falas populares, constatou uma preferência pela forma *a gente* e registrou outras estratégias pronominais de indeterminação como o *nós* e o *você*. Também em relação a dados de língua escrita da esfera jornalística, há registros de formas pronominais indeterminadas, "inclusive em textos de opinião – grau intermediário de formalidade – revelando um encaixamento da mudança do quadro pronominal na escrita". (Cavalcante, 2001, p. 244).

4.3.2 A indeterminação com formas pronominais de segunda pessoa

A segunda pessoa e as variações entre suas formas e usos não é tema novo em estudos dessa natureza, entretanto, ainda necessário, uma vez que o que é apresentado pela GT está distante do que é constatado no uso.

Os pronomes *tu* e *vós* eram utilizados desde o latim, conforme Brown e Gilman (1960 apud Chaves, 2006, p. 16). O *Tu*, em relações de maior intimidade, enquanto o *Vós* em situações de maior cerimônia. O *Vós* passou a ser utilizado como forma de se dirigir ao imperador, demonstrando um poder hierárquico acentuado. Portanto, a princípio, não era utilizado como plural de segunda pessoa, mas como tratamento dirigido ao rei. A ideia de

pluralidade desse pronome se deu com a divisão do império romano e a referência de que o rei representava a ele e seu povo.

Menon (1995 apud Chaves, 2006) afirma que, na península ibérica, a realização desse pronome ocorreu de igual maneira. Além disso, com a vulgarização do *vós* passou-se a utilizar a expressão *Vossa Mercê* para se dirigir ao rei. Logo, o *Vossa Mercê* foi se vulgarizando. A autora constata que o *Vossa Mercê* ainda não havia se cristalizado como pronome no século XIV. Somente quando houve uma extensão do uso dessa expressão para outras classes sociais, como os fidalgos, essa forma adquiriu status de pronome de tratamento. Já no século XVIII, esse pronome passou também a ser utilizado para se referir aos burgueses.

No Brasil, a inserção das formas *Vossa Mercê* e *Você* se realizou em um momento em que essa forma já estava "vulgarizada", assim, a forma *Vossa Mercê* já não possui seu caráter honorífico e, portanto, já era empregado para todos. Ao mesmo tempo em que o *vós* já estava com uso em declínio (Faraco, 1996, p. 64 apud Chaves, 2006).

"Quanto à entrada do v*ocê* no PB, alguns autores consideram que este pronome veio juntamente com os portugueses, já que essa forma era usada em Portugal desde o século XVII (Faraco, 1996, p. 64 apud Chaves, 2006, p. 18).

Com a inserção do *você* e do *vocês* como possibilidade de representar a segunda pessoa, em muitos contextos de usos, essas formas vêm suplantando as formas prototípicas. Estudos como os de Duarte (1993) e Machado (2006) nos mostram que a inserção dessa forma pronominal para a representação da SPS ocorreu por volta de 1930 e passou a ser rapidamente utilizada na função de sujeito.

Desde o século XVIII, o pronome *você* já era de uso generalizado no Brasil, isto é, usar o *você* é uma característica típica do PB. Além disso, o percurso diacrônico desse pronome na língua, revela que ele teve origem da expressão de tratamento *vossa mercê* passando a *vosmecê* e depois a *você*. (Othero, 2013).

Scherre et. al. (2016) esclarece que no PB, no que diz respeito à referência de segunda pessoa, tínhamos, originalmente, as formas *tu* e *vós*, entretanto, com a diminuição no uso da forma de plural, o pronome *tu* passa a disputar espaço com a forma *você.* As autoras observaram o funcionamento do pronome de segunda pessoa do singular em cartas pessoais do capixaba Oswald Cruz Guimarães, do início do século XX e constataram alternância de formas para a representação da segunda pessoa, ou se utilizava o *tu* ou o *você* e essa variação de formas era recorrente. Ressaltaram ainda, com base nos estudos de Lopes e Machado (2005) e Lopes et. al. (2011), que em períodos históricos passados havia predomínio da forma *tu*. Em se tratando de relações interpessoais, observa-se nesses períodos que o *tu* é mais

frequente nas relações de intimidade enquanto a forma *você* era preferida para representar a segunda pessoa em casos de distanciamento e indiretividade.

Scherre et al. (2016) ainda constatou uso mais frequente do *tu* com percentual de 73% de ocorrências em contrapartida a 27% de usos do *você* nas cartas escritas por Oswald Cruz Guimarães e destinadas à sua esposa. Esse alto índice de ocorrência em relação a forma *você* indica que essa última forma ainda estava em processo de inserção no sistema pronominal capixaba escrito no período em que as cartas foram escritas.

Além disso, Scherre et al. (2016) contabilizou o preenchimento do sujeito a partir das formas *tu* e *você* e pode verificar maior frequência de uso de *tu* nulo e de *você* pleno. Esse fato se justifica pelas características das formas pronominais, já que o *tu* leva o verbo a se flexionar, enquanto o *você* tem marca morfológica verbal *zero*, herdada da terceira pessoa do singular.

Recentemente, Dias (2007, p. 116) observou maior uso do "você" em substituição ao "tu", como pronome pessoal de segunda pessoa, num tratamento de igual para igual, especialmente nos grandes centros urbanos. Ao fazer "parte do quadro de pronomes pessoais do português brasileiro, o pronome 'você' passou a ser empregado também em caráter genérico, ou seja, indeterminado, assim como o 'nós'". Em estudos como os de Carvalho (2010) é possível observar essa estratégia como a preferida para indeterminar o sujeito.

Othero e Silva (2020) ao analisarem dados de entrevistas orais do acervo LínguaPOA, em que encontraram 227 ocorrências de sujeitos indeterminados em sentenças finitas, destas 69 foram de segunda pessoa, alternando entre *tu* e *você* indeterminados, representando um percentual de 30,3% do total e sendo a estratégia de indeterminação com maior número de ocorrências. Também foram registrados pelos autores 5 ocorrências do *vocês* indeterminado.

Santos (2021, p. 25) também corrobora que o *você* se apresenta, atualmente, como a estratégia de indeterminação amplamente preferida pelos falantes, tanto pela ampla produtividade que se apresenta como em comparação a outras estratégias tais como à estratégia *zero* e o clítico *se.* Assim, a autora informa, que pela facilidade com que se espalha pelo sistema, e a facilidade de aparecer em variados contextos linguísticos, *você* estaria, então, substituindo a estratégia com o clítico "se". O autor aponta a preferência crescente de preenchimento do sujeito no PB como fato que leva a essa alta produtividade do *você.*

No texto *Quem é você? Análise de um pronome pessoal*, Corradelo (1998, p. 59) também confirma que o termo *você* "nem sempre refere o interlocutor, a 2ª pessoa do discurso, mas pode referir, em certas circunstâncias discursivas, um interlocutor indefinido". Esse interlocutor pode significar "referência ao próprio interlocutor, referência ao locutor mais um

grupo específico de pessoas, referência ao locutor, mais interlocutor, mais ‘todo mundo’, e referência a uma terceira pessoa”.

Se Corradelo (1998, p. 60) já apontava o *você* estava caminhando para “uma possível interferência na modalidade escrita da língua”, neste estudo, nos dedicamos a investigar em dados mais recentes, extraídos de entrevistas e artigos, como a segunda pessoa está representada nesses gêneros.

4.3.4 A indeterminação com formas pronominais de terceira pessoa

Vimos, até aqui, diversas estratégias que são utilizadas como possibilidade para indeterminar o sujeito. A terceira pessoa, tanto do singular como do plural também são elegíveis para essa finalidade. Souza (2007, p. 16), por exemplo, ao estudar o uso do pronome *eles* como recurso de indeterminação do sujeito, constatou quatro níveis de indeterminação do pronome ‘eles’, a saber: locativo > coletivo > genérico > indefinido e observou o pronome de terceira pessoa indeterminado em suas formas *nula e plena*.

Vale destacar que a forma *nula* de terceira pessoa indeterminada é a forma prescrita pela GT. Entretanto, observamos, a partir de diversos estudos, como o citado anteriormente, que ela não é a única estratégia escolhida pelos falantes/informantes. A autora apresenta como variável dependente a *terceira pessoa no masculino plural* e determina duas variantes: *eles expresso com verbo no plural e Ø (nulo) com verbo no plural.*

Souza (2007, p. 77) ainda observou que o *eles* expresso é, em sua maioria, utilizado com referência determinada. “Isso mostra que o sujeito [+det] favorece a ocorrência do sujeito ‘eles’ pleno”. Registrou também o uso desse pronome como estratégia de indeterminação. Ao avaliar o tipo de referente do SN antecedente retomado pela variante ‘*eles’,* a autora classificou os referentes determinados com o traço [+definido] e quanto aos que apresentavam traço [-definido] subcategoriza como genérico, locativo, coletivo ou indefinido. Tratou ainda a definição do SN antecedente como fator que influencia a definitude do pronome anafórico de terceira pessoa, assim, quando retoma um SN com traço [-definido] o pronome também adquire esse traço.

Foi constatado em Souza (2007), portanto, que os sujeitos não são simplesmente determinados ou indeterminados, mas identifica-se graus de indeterminação e isso também ocorre em relação à referência da terceira pessoa.

Assim, partindo dessa categorização feita por Souza (2007), é possível constatar diversos usos do pronome *eles*, evidenciando que a indeterminação a partir da terceira pessoa

não acontece de maneira bipolar. Para melhor compreendermos a classificação feita em Souza (2007), seguem abaixo exemplos de cada tipo de referência do SN antecedente.

Quadro 1: Classificação das ocorrências do pronome sujeito *eles* indeterminado

Tipos de ocorrências	**Referências do SN antecedente**
A empresa, **eles** reembolsavam passagem, hospedagem, alimentação. Genérico	Genérico
Aí o pessoal, **eles** foru embora do acampamento	Coletivo
O povo de Uberlândia, **eles** num preocupam com esse negócio	Locativo
Então **eles** fazem essas pontes.	Indefinido

Fonte: Adaptado de Souza (2007, p. 79)

Na sequência, ao observar as ocorrências do pronome *eles*, conforme o tipo de referente do SN antecedente, os resultados mostram que a ocorrência de SNs locativos como antecedente é a que melhor favorece a ocorrência do pronome *eles* pleno.

Milanez (1982, p. 60) já apresentava o *eles* expresso como forma alternativa de indeterminar o sujeito e informa que "o pronome *eles* ocorre como indeterminador quando não houver, no contexto, SNs anteriores que possam identificá-lo" e informa que "o indeterminador *eles* apresenta características peculiares, uma vez que sempre envolve um grupo social, implícito ou explícito no contexto onde ocorre".

O pronome *eles* é problemático para uma classificação em relação aos níveis de indeterminação, visto que não se enquadra na condição que caracteriza os indeterminadores: a abrangência às três pessoas do discurso. Assim, é utilizado para distinguir o grupo a que o falante e ouvinte pertencem do grupo a que *ele* se refere. Diante disso, o único indeterminador que pode substituir o *eles* é o *se*, uma vez que o *se* também é utilizado para "efeitos contrastivos entre um grupo social e o grupo a que o falante pertence". (Milanez, 1982, p. 63).

Pontes (2008) também observou as possibilidades de indeterminação do sujeito e registrou usos pronominais com essa finalidade, incluindo entre essas possíveis estratégias o *eles* pleno. Ao analisar o pronome de terceira pessoa do plural expresso, catalogou quatro variáveis favorecedores dessa estratégia, a saber: *inclusão do falante, forma antecedente, localidade do informante e modo verbal* e constatou que a primeira variável favorecedora do pronome *eles* é a inclusão do falante no universo de referência do sujeito indeterminado. Assim, os dados em Pontes (2008) demonstram que, ao utilizar a estratégia *eles,* a não-inclusão do falante é praticamente categórica.

Em relação à variável *localidade do informante*, Pontes (2008, p. 106) apresenta como resultado a escolha da forma *eles,* de modo destacável, por falantes de comunidades afro-

brasileiras, com peso .70, seguida por falantes da zona urbana com peso .39. Assim, os falantes que utilizam com menor frequência essa estratégia são os informantes da zona rural, de acordo com os dados do estudo citado. Por último, a autora observou o uso do pronome *eles* a partir da variável modo verbal. Desse modo, pode constatar que "apesar da frequência alcançada pelo modo *realis* (fato real) ser superior à frequência do modo *irrealis* (hipótese), este último fator é que favorece o uso do pronome *eles*, pois atinge peso relativo de ,60, enquanto o modo *realis* atinge ,45."

Duarte (1995) registrou as formas de TPP e identificou que apenas 30% das ocorrências se deram de forma nula, ou seja, de acordo com o que a GT prescreve. As demais ocorrências se realizaram de maneira plena. A autora destaca que, embora figure dentre as estratégias possíveis para indeterminar o sujeito, não está no topo da preferência, em termos de frequência de uso dos brasileiros.

Outros estudos como os de Lucchesi (2014), Vieira e Freire (2014), Oliveira (2018), entre outros, demonstram o uso do pronome *ele* pleno com referente indeterminado, contrariando a proposta da GT que indica como estratégia possível o pronome em sua forma plena. Vale destacar, como já mencionado, que essa estratégia, apesar de presente na fala/escrita, não é a preferida pelos falantes.

4.3.5 A indeterminação com o uso do *se:* apassivador ou indeterminador?

O uso do *se* indeterminador é uma estratégia indicada pela gramática tradicional e comum em contextos de alto monitoramento e formalidade da linguagem. Entretanto, vimos que essa estratégia vem enfrentando concorrência com outras já citadas anteriormente. Ocorrem também variações em construções com o próprio *se*.

A gramática classifica alguns usos do *se*, dentre eles: o *se apassivador* e o *se indeterminador*. Nesse sentido, Bravin dos Santos (2014, o. 74) explica que "as passivas se dividem em analíticas, nas quais ocorrem um sujeito paciente e um agente da passiva relacionados a uma locução verbal" e sintéticas, que ocorrem sem o agente da ação verbal, mas tem o apoio do pronome oblíquo átono. De acordo com a tradição a partícula apassivadora acompanha sempre um verbo transitivo direto e há concordância entre os termos da oração, a exemplo de:

a) Ou de uma pandemia, como na Gripe Espanhola, entre 1918 e 1920, durante a qual, estima-**se**, 50 milhões de pessoas tenham morrido, ou a de Covid-19, doença que nos últimos dois anos tirou a vida de 6 milhões de indivíduos. (VEJA, 2022).

b) Descobriu-**se** que a dificuldade de lidar com a complexidade do mundo pode adoecer corpo e mente. (VEJA, 2022).

Vemos, nos casos a) e b), exemplificados, um argumento interno ocupando a função de sujeito, há, portanto, um sujeito gramatical ou sintático e o argumento externo não aparece. É possível compreender a partir da leitura que há um agente que realizou a ação verbal e esse agente ocupa a posição de tópico, nos termos de Duarte (2008, p. 189). Assim, a autora explica que na voz passiva o elemento que ocupa a posição de objeto direto, ou seja, de argumento interno, "passa a exercer função sintática de sujeito, sem que perca seu papel semântico de tema ou de paciente da ação verbal".

A GT tenta separar a noção de passividade da agentividade, entretanto, a autora afirma que "essa separação não se mostra tão nítida, já que a noção de agentividade está sempre presente nas descrições" gramaticais. Assim, o fato expresso pelo verbo pode ser representado das seguintes maneiras: "a) como praticado pelo sujeito: João feriu Pedro, b) como sofrido pelo sujeito: Não se veem [=são vistas] rosas neste jardim, c) como praticado e sofrido pelo sujeito: João feriu-se". (Bravin dos Santos, 2014, p. 74).

A partir das construções acima, compreende-se que alguém atuou como agente, revelando "a sobreposição de aspectos semânticos e sintáticos subjacentes ao uso de tais estruturas, sobretudo das passivas, o que por si só revela a complexidade de sua realização". (Bravin dos Santos, 2014, p. 74).

Em se tratando das passivas sintéticas, temos situação ainda mais complexas, uma vez que essa forma vem recebendo interpretação distinta da prevista pela gramática. Estudos como os de Cavalcante (2011) têm observado que, a partir de uma perspectiva semântica, não há nesses casos traço de passividade, mas de indeterminação, ou seja, traço [+arbitrário]. Desse modo, sentenças como "*Compram-se livros"* podem ocorrer tanto com verbo no singular como no plural, já que recebem o mesmo *status* de oração na voz ativa.

Vieira e Saraiva (2011) observaram que no uso das passivas sintéticas a concordância raramente é obedecida, mesmo em contextos de monitoramento linguístico, que exige uso da norma considerada culta. O *corpus* dos autores foi composto por artigos científicos e comprovou essa variação. Assim, constataram que as estruturas que não obedecem à concordância recebem o mesmo traço semântico de indeterminação como ocorre nas construções com verbos intransitivos. Cavalcante (2011) corrobora esse pensamento e também entende que essas construções carregam o traço de referência arbitrária. Diante do exposto, os autores sugerem que não é possível considerar essas construções como passivas,

mas ativas com referência arbitrária tanto nos casos em que se realiza a concordância quanto nos casos em que isso não ocorre.

Portanto, diversos autores, dentre eles Bravin dos Santos (2014, p 78), testaram a hipótese de que textos da língua escrita como "a escrita acadêmica se apropriam das estruturas com *se* de transitividade direta, com ou sem concordância, para realizar o sujeito de referência arbitrária".

Ademais, Cavalcante e Souza (2011, p.01) trabalharam com a hipótese de que "as chamadas construções com *se* consideradas passivas sintéticas devem de fato ser consideradas estruturas diferentes das passivas, pelo menos a partir do século XVIII". Nesse sentido, foi possível demonstrar, a partir da evolução da ordem dos constituintes, que as construções com *se* não devam ser consideradas passivas (sintéticas), mas sim construções ativas e que o seu argumento interno, quando anteposto, se comporta como um objeto anteposto.

Conforme já mencionamos, Bagno (2011, p. 804) explica que "por um processo de gramaticalização, o reflexivo *se* passou a designar também o sujeito [+indeterminado]". Assim, uma única forma passou a exercer mais de uma função. Nesse processo de mudança, o *se* objeto se transformou em *se* sujeito.

Isto posto, o autor ratifica que o problema da análise sugerida pela Gramática Tradicional consiste no fato de esta oferecer "duas análises diferentes para um mesmo *se* que exerce a mesma função de *sujeito-agente [+indeterminado]* tanto na voz passiva quanto na ativa". (Bagno, 2011, p. 805). Para ele, só é possível atribuir ao *se* a função de sujeito, se fizermos "uma abstração da gramática e procedendo unicamente à análise psicológica, considerarmos que os termos psicológicos só têm que ver com ideias que as palavras atualmente simbolizam". Nesse sentido, "no lugar de gramática, escreveríamos sintaxe, e no lugar de análise psicológica, escreveríamos análise semântica". Desse modo, estaríamos unindo os aspectos sintáticos e semânticos a fim de compreender o fenômeno da indeterminação a partir do *se*.

Para os usos do *se* como índice de indeterminação do sujeito a gramática prescreve que ocorre sempre acompanhando verbo transitivo indireto, verbo intransitivo ou de ligação. Vejamos o exemplo:

a) Chegou, realmente, a hora de **se** despedir de James Bond**.** (VEJA, 2020).
b) Hoje, nossa vitória é um indicador relevante, porque as novas gerações passarão a ter mulheres em que **se** mirar. (VEJA, 2022).

Ao refletir sobre esse comportamento da partícula *se,* Leloup e Farias (2016, p. 15-16), afirmam que “na categoria morfossintática, não existem “partícula apassivadora” nem “índice de indeterminação do sujeito”, portanto, os autores corroboram Bagno (2011) ao defenderem essa junção de funções do *se* indeterminador e apassivador.

A partir do exposto, podemos depreender que, quando o “*se*” se apresenta como índice de indeterminação do sujeito ou como partícula apassivadora ocorre interpretação errônea por parte da GT, que apresenta duas análises distintas para a mesma função. Portando, podemos considerar o *se* apassivador como mais uma estratégia intrusa no fenômeno da indeterminação do sujeito agente.

5. METODOLOGIA

A fim de demonstrar o comportamento variável dos pronomes e as diversas possibilidades de indeterminação do sujeito, lançamos mão de uma pesquisa descritiva quanto aos seus objetivos e de natureza quantiqualitativa. De acordo com Gil (1999 apud Oliveira 2011, p. 21), as pesquisas descritivas "têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis".

Para esse estudo, foram selecionados 24 textos de cada gênero, entrevistas e artigos, distribuídos igualmente entre os dois periódicos: VEJA e CLAUDIA. Ou seja, 12 artigos e 12 entrevistas de veja e 12 artigos e 12 entrevistas de CLAUDIA. Optamos pela coleta na versão *online*, devido à facilidade no acesso às informações, valor da edição para assinantes e também pela facilidade no manuseio do recorte desses textos na análise do presente estudo. A escolha dessas revistas foi motivada por serem periódicos de grande circulação e por apresentarem características estilísticas bem distintas uma da outra. VEJA é um periódico semanal e apresenta certo grau de formalidade em sua estrutura, temáticas relevantes e autoproclamada tentativa de imparcialidade, tratando de assuntos como política e economia na maioria dos textos. Já a revista CLAUDIA é um periódico mensal, que tem como foco o debate sobre temáticas consideradas caras para o público feminino, ao menos na visão da revista, tais como: comportamento, entretenimento, saúde e relacionamento. Nessa perspectiva, adota postura menos formal em seus textos. Além disso, em relação às edições selecionadas em VEJA e CLAUDIA, as escolhas se deram de forma aleatória.

O recorte temporal dos textos selecionados compreende os anos entre 2020 e 2022 e a escolha dos textos ocorreu sem que houvesse controle sistemático envolvendo as temáticas das entrevistas, como também, quanto aos assuntos e autores das colunas selecionadas.

Para organizar o *corpus*, obedecemos às seguintes etapas: em um primeiro momento, identificamos e contabilizamos todas as ocorrências de sujeito pronominal, em suas formas expresso e nulo, além de observadas as ocorrências de indeterminação do *agente* a partir de outras estratégias possíveis, inclusive as estratégias previstas pela tradição gramatical[15]. Desse modo, foram contabilizadas as seguintes formas pronominais com referente desconhecido: *eu, você/vocês, ele/ela (s), e suas formas nulas, nós expresso e nós nulo,* a *gente e se* (em seus usos indeterminador e apassivador). Na sequência, utilizando da ferramenta de busca do

[15] As estratégias contempladas pela GT que foram contabilizadas foram o uso do *se* indeterminador e o uso da terceira pessoa do plural não expressa.

programa Word, foram contabilizados os tipos de sujeito e seus referentes, em suas respectivas formas, sendo esses resultados utilizados para a criação de planilhas no Excel. A partir das planilhas, foram gerados os percentuais de concorrência e uso de cada estratégia de indeterminação.

Vencida essa etapa, partimos para a tentativa de compreender os contextos de ocorrências dessas estratégias de indeterminação, considerando as variáveis que podem influenciar nas escolhas dos usuários, como também, identificar quais seriam as estratégias preferidas nesse contexto de língua escrita em dois gêneros discursivos distintos. A análise focaliza, portanto, dados de língua escrita, apesar de considerarmos a entrevista um gênero com influência da oralidade. Acrescente-se que, quando transcrita, a entrevista pode passar por correções e até adaptações antes de ser publicada. Vale salientar que, em ambiente monitorado, e a partir da transcrição da modalidade oral para a escrita, acreditamos que esse gênero seja representativo da modalidade escrita da língua, com predominância de um registro que se aproxima mais da norma considerada "padrão". Barros (2006), ao tratar das características desse gênero, disserta que o entrevistador tem a função de iniciar e finalizar a conversação, sendo ele também quem organiza os turnos de fala, direciona o tema da interação, determinando o caráter mais contratual ou mais polêmico. Ademais, consideramos aqui o gênero entrevista como sendo um texto planejado, que segue um roteiro e tem um direcionamento por parte do entrevistador e da revista.

Discutiremos os dados a partir de um conjunto de análises de tabelas, contendo quantificação e porcentagem, gerados a partir do programa Excel, ferramenta utilizada para calcular os percentuais das ocorrências encontradas nos textos selecionados.

As variáveis observadas se baseiam nos pressupostos do sociofuncionalismo e são*: grau de formalidade e público alvo, gênero discursivo, tempo verbal e sexo do informante*. Quanto ao grau de formalidade da revista, partirmos da hipótese de que quanto mais monitorado o ambiente de escrita, menos ocorrências de estratégias inovadoras encontraremos. Desse modo, esperamos encontrar usos mais inovadores na revista CLAUDIA, tida por nós como menos formal, em consequência do seu propósito comunicativo e temáticas abordadas. Além disso, elegemos aqui, a partir de características estruturais e discursivas, o artigo de opinião como mais formal em relação à entrevista.

Geralmente, a entrevista discute um tema atual, de ordem social, econômica, política ou cultural, pretensamente relevante para os leitores. Antecipamos que foi possível observar,

de modo panorâmico, maior variação estilística[16] e estrutural na revista CLAUDIA. Na revista VEJA, entendemos que predomina uma maior padronização nos textos.

5.1 Os gêneros analisados

A entrevista e o artigo de opinião são gêneros da esfera jornalística, publicados em veículos informativos, tais como jornais e revistas, mas também em blogs e outros suportes do universo tecnológico. Por serem textos escritos para publicação em esfera linguisticamente monitorada e passarem por uma editoração, espera-se que esses textos apresentem linguagem mais próxima da norma considerada *padrão*, ou seja, a norma ensinada na escola e prescrita pelas gramáticas, embora se reconheça a possibilidade de alternância entre a língua formal/informal nesses gêneros, uma vez que, na esfera jornalística o texto deve ser objetivo e a linguagem representa também a linguagem do produtor do texto, especialista em determinadas áreas, não necessariamente um jornalista, mesmo no gênero artigo. Observemos abaixo um quadro demonstrativo.

Quadro 2: A relação formação/função da entrevista com o assunto tratado na entrevista

Entrevistas	Função/formação	Assunto foco
C. 01 (2022)	Atriz	Carreira
C. 02 (2022)	Economista	Política e poder
C. 03 (2022)	Apresentadora de TV	Carreira
C. 04 (2022)	Cantora/compositora	Famosos
C. 05 (2021)	Escritora, política, advogada e ativista	Democracia e liberdade
C. 06 (2021)	Atriz	Famosos
C. 07 (2021)	Filósofa e professora	Feminismo
C. 08 (2021)	Gestão pública/secretária municipal	Feminismo
C. 09 (2020)	Apresentadora	Famosos
C. 10 (2020)	Cantora e compositora	Famosos
C. 11 (2020)	Advogado, professor, comentarista e ativista	Racismo
C. 12 (2020)	Historiadora e antropóloga	Vida pós pandemia
V. 01 (2022)	Jurista e ministro do STF	Democracia
V. 02 (2022)	Médica infectologista	Vacinação
V. 03 (2022)	Advogado e ex ministro	Política
V. 04 (2022)	Apresentador de TV e possível candidato	Política
V. 05 (2021)	Ator, diretor, roteirista	Streaming
V. 06 (2021)	Cineasta	Música e documentários
V. 07 (2021)	Modelo, Cantora e ex primeira dama	Carreira e política
V.08 (2021)	Administrador e político	Política
V. 09 (2020)	Ator	Carreira
V. 10 (2020)	Administrador e empresário	Política e economia
V. 11 (2020)	Atriz	Carreira
V. 12 (2020)	Advogada e política	Política

[16] As variações estilísticas observadas foram: uso de linguagem menos formal e atenuação de hierarquia. Se para Bakhtin (2003) o estilo não pode se separar do enunciado, portanto, cada gênero tem seu estilo, e esses estilos podem variar a depender de alguns fatores como: quem escreve, para quem escreve e consequentemente o seu objetivo discursivo.

Fonte: Elaborado pela autora

É possível perceber, no quadro acima exposto, que há sempre uma coerência mínima entre a representatividade do entrevistado e a área do assunto que está sendo tratado na entrevista, em especial, quando essa entrevista trata de assuntos considerados sérios e importantes para o seu público alvo. Essa regra é menos rígida quando se trata de um artista e as perguntas serão sobre suas carreiras e vida. Observemos abaixo um quadro correspondente ao gênero artigo.

Quadro 3: A relação formação/função do colunista com o assunto tratado no artigo de opinião

Artigo	Função/formação	Assunto foco
C. 01 - 2022	Jornalista, escritora e influenciadora digital.	Relacionamentos
C. 02 - 2022	Jornalista, escritora e influenciadora digital.	Relacionamentos
C. 03 - 2022	Jornalista, escritora e influenciadora digital.	Relacionamentos
C. 04 - 2022	Escritora, jornalista e colunista	Sonhos e Carreira
C. 05 - 2021	Editora e colunista	Carreira
C. 06 - 2021	Jurista, política e colunista	Feminismo
C. 07 - 2021	Jornalista	Dívidas e trabalho
C. 08 - 2021	Colunista	Carreira
C. 09 - 2020	Jornalista	Mulher na política
C. 10 - 2020	Jornalista	Família
C. 11 - 2020	Escritora	Envelhecimento e autoconhecimento
C. 12 - 2020	Escritora e estudante de política criminal	Autores negros
V. 01 - 2022	Cientista político	Política
V. 02 - 2022	Jornalista e ativista	Guerra
V. 03- 2022	Jornalista	Política
V. 04 - 2022	Dramaturgo, escritor e jornalista	Destino
V. 05- 2021	Jornalista e escritora	Política
V. 06- 2021	Cineasta, produtor, roteirista e diretor de fotografia	Jeitinho brasileiro
V. 07 - 2021	Jornalista e escritora	Política
V. 08 - 2021	Empresária e apresentadora de TV	Saúde e bem estar
V. 09- 2020	Dramaturgo, escritor e jornalista	Homofobia
V. 10 - 2020	Dramaturgo, escritor e jornalista	Vestimenta e acessórios masculinos
V. 11 - 2020	Economista e consultor	Gastos com educação
V. 12- 2020	Cineasta, produtor, roteirista e diretor de fotografia	Consequências da pandemia da COVID-19

Fonte: Elaborado pela autora

No gênero artigo, conforme quadro acima, temos, em sua grande maioria, colunistas com formação de jornalista, entretanto, isso não é regra fechada, uma vez que outros profissionais também são convidados a serem colunistas no período a depender da temática que se deseja apresentar ao leitor.

Ainda sobre a caracterização dos gêneros, a entrevista é um gênero de trama conversacional com função informativa e, em sua maioria, apresenta uma interação entre entrevistador e entrevistado na forma de perguntas e respostas, portanto, exemplo de discurso direto. É um gênero oral em sua essência, mas após editoração, passa a ser da modalidade

escrita, podendo preservar traços da modalidade oral. Tem função de debater temáticas caras à sociedade ou consideradas relevantes para determinado grupo projetado como público-alvo, pelo menos na ótica do editor responsável pela seleção de pautas. Apesar dos traços de oralidade que podem aparecer na entrevista, mesmo quando transcrita de forma fidedigna, é possível observar certo grau de formalismo na linguagem, desde as formas de tratamento, a depender da pessoa que está sendo entrevistada, até a linguagem escolhida pelo entrevistador.

É possível perceber, também, uma sincronia no nível de formalidade entre entrevistador e entrevistado. Quanto mais formal for a pergunta, mais formalidade e linguagem rebuscada podemos esperar na resposta; quanto mais casual for a linguagem escolhida pela revista e pelo entrevistador, menor será o grau de automonitoramento do entrevistado, uma questão de situação discursiva. Ademais, o assunto que está sendo tratado também pode interferir no grau de formalidade da conversa/transcrição.

Em termos estruturais, é possível notar que a entrevista apresenta um roteiro pré-definido: título, apresentação, perguntas e respostas. O momento destinado à apresentação/introdução da entrevista permite que se acessem informações básicas, geralmente sintetizadas do entrevistado, como também, o tema a ser tratado e o foco que se dará a essa "conversa".

Já o artigo de opinião tem como função social defender um ponto de vista diante de uma temática, geralmente considerada relevante na sociedade em geral. De acordo com Boof et al. (2009, p. 03), para a escrita de um artigo, "é necessário que haja um problema a ser discutido e seja proposta uma solução ou avaliação, refletindo a respeito do assunto". Assim, do ponto de vista estrutural o artigo se realiza da seguinte maneira: "situação-problema, discussão e solução-avaliação". Portanto, partindo-se de uma situação-problema, o colunista argumenta em defesa desse ponto de vista, direcionando para uma conclusão, um conselho ou uma reflexão acerca do tema tratado, expõe os argumentos e constrói a opinião a respeito da questão examinada.

Uma outra característica do artigo é a adequação da linguagem para o público alvo, assim, um artigo publicado na seção de política poderá ter estrutura e estilo diferentes de um artigo publicado na seção relacionamento.

Boff et al. (2009, p. 3) expõem que "o artigo de opinião é um gênero textual que se vale da argumentação para analisar, avaliar e responder a uma questão controversa. Ele expõe a opinião de um articulista, que pode ou não ser uma autoridade no assunto abordado.

Apesar da observação acima sobre o articulista poder ou não ser uma autoridade no assunto, foi possível perceber, a partir dos textos selecionados neste trabalho, que há uma

preferência, em ambas as revistas, por colunistas que tenham proximidade, familiaridade, conhecimento e lugar de fala sobre a temática que será problematizada na coluna e consequentemente no artigo.

5.2 Caracterização dos periódicos selecionados

A revista VEJA é um periódico semanal da editora Abril que trata de temas diversos, tais como: política, economia, educação, saúde, tecnologia, esporte, ciência, comportamento e cultura. Em editorial publicado pela VEJA em seu aniversário de 50 anos, comemorado em julho de 2008, a revista se caracteriza como: "organizada, analítica e contextualizada" e afirma que o periódico, sempre "se posicionou como a maior, mais influente e mais prestigiada revista brasileira e continua a criar plataformas para levar informação de qualidade ao leitor".

Por sua vez, a revista CLAUDIA, também da editora ABRIL, tem como slogan *O sentido feminino*. Assim, é possível perceber que essa revista tem como alvo o público feminino, como o próprio nome sugere. Entre os principais assuntos tratados pela revista estão: comportamento, saúde, beleza, entretenimento, carreira, idade, maternidade, amor e sexo. Por tratar de temas mais cotidianos, esperamos identificar usos inovadores com mais frequência nessa plataforma. A voz feminina, sempre muito presente nessa revista, destina-se a outras mulheres e tenta atingir também outros grupos tais como o LGBTQIA+. A revista, no geral, apresenta linguagem clara, simples e cotidiana.

Isto posto, seguindo a metodologia apresentada, no capítulo seguinte apresentaremos os dados coletados e a partir deles discutiremos, com base na teoria funcionalista, como essas formas se comportam nos textos analisados.

6. O QUE MOSTRAM OS DADOS

Neste capítulo, apresentaremos e discutiremos, inicialmente, os dados gerais da representação do sujeito pronominal na seguinte ordem: primeira pessoa do singular (PPS), primeira pessoa do plural (PPP), segunda pessoa – singular e plural, (SPS e SPP) e terceira pessoa - singular e plural (TPS e TPP). Faremos uma disposição geral dos dados, quantificando as ocorrências das formas pronominais e observando se estas se apresentaram de maneira determinada ou indeterminada, criando, dessa maneira, uma comparação quantitativa e percentual entre os gêneros entrevista e artigo. Logo após, daremos enfoque a algumas estratégias de indeterminação com o *você* e o a *gente*, levando em consideração as variáveis acima destacadas.

6.1 Análise dos resultados

Após a composição da amostra, constituída por 24 entrevistas e 24 artigos, distribuídos igualmente entre os dois gêneros selecionados (entrevista e artigo) e os dois periódicos analisados (CLAUDIA e VEJA), procedemos à quantificação das ocorrências e em seguida a categorização quanto à referência. Adotamos a classificação que considera níveis de referência, assim, um referente pode ser parcialmente ou totalmente genérico. Vale ressaltar que as formas pronominais registradas nos dados são apenas aquelas que exercem a função de sujeito, portanto, foram desconsideradas todas as ocorrências que, apesar de estarem no texto, exerciam qualquer outra função sintática.

A escolha das formas pronominais como possibilidade de estratégia para indeterminar o agente pode ser influenciada por diversos fatores, sejam eles de ordem linguística ou extralinguística, como vimos nos estudos citados no capítulo anterior e observaremos nos dados que se seguem.

Se considerarmos apenas as estratégias de indeterminação do sujeito comentadas nas gramáticas ditas tradicionais, quais sejam: i) *flexão do verbo na terceira pessoa do plural; ii) verbo na forma infinitiva; iii) verbo na 3ª p. pessoa do singular, junto à partícula de indeterminação SE*, deixaremos de fora diversos usos, como vemos, a seguir, pois, conforme Castilho (2010) e Bagno (2011), existem outras estratégias largamente utilizadas, tanto na fala quanto na escrita. Dentre essas estratégias, estão 1) o uso do pronome de 1ª pessoa do plural, em sua forma prototípica e não prototípica (*nós e a gente)* e o *você/vocês* exercendo função de pronomes de segunda pessoa do singular e plural, respectivamente; e 2) a partícula "se" em

construções passivas sintéticas, em que o falante entende a estrutura que representa o sujeito gramatical como complemento.

Faz-se necessário esclarecer que levamos em consideração os níveis de referencialidade do sujeito propostos por Rubio (2019): *a) referência genérica e indefinida* - quando o pronome remete a uma categoria generalizada e indeterminada de indivíduos, geralmente com referência a pessoas ou a grupos -*, b) referência genérica e definida*- quando o pronome remete a uma categoria generalizada, porém determinada de indivíduos. Nesse contexto, fica nítido que o falante tem consciência de determinado grupo de indivíduos, no qual ele próprio está incluído, por exemplo, as pessoas do trabalho, do futebol, da família, da escola, *e c) referência específica e definida,* quando o pronome remete a uma categoria específica e determinada de indivíduos, em que o falante se inclui junto a outro referente também específico. Entretanto, inicialmente apresentaremos de maneira geral a classificação determinado e indeterminado, para posteriormente fazermos essa subdivisão proposta por Rubio (2019).

6.1.1 Representação do sujeito na 1ª pessoa do singular

Se o pronome **EU** é altamente determinado, já que é a primeira pessoa do discurso, a pessoa que fala, por que colocá-lo como possibilidade de indeterminação? Embora seja essa a sua principal característica, diversos autores, entre eles Neves (2000, p. 463), afirmam que esse pronome pode ser usado com referente genérico e indeterminado, nos casos "em que o falante imagine o que qualquer pessoa pode vir a fazer, ou o que pode acontecer, em um lugar determinado e construa um enunciado de atribuição genérica colocando-se como sujeito do enunciado".

Inicialmente, vamos observar o comportamento da 1ª pessoa do singular no gênero entrevista. Vejamos como essa situação se materializa nos dados da pesquisa na entrevista.

> (1) não adianta **eu** pedir a alguém que nunca viveu a demanda de um território para sugerir uma solução. (CLAUDIA, set/2022).

No exemplo acima, temos a resposta da Secretária Joyce Trindade à revista VEJA, quando perguntado quais projetos criados por ela poderiam ser aproveitados por outras secretarias da mulher pelo Brasil. Ao utilizar o pronome de primeira pessoa nesse exemplo, a entrevistada cria uma certa generalidade na resposta, como se a responsabilidade não fosse

apenas dela, mas constrói um enunciado que pode incluir outras pessoas e não somente a pessoa que fala. Dizemos, pois, que esse **eu** tem referência genérica e indefinida.

Na tabela 2, exposta a seguir, foram registradas as ocorrências do pronome de primeira pessoa do singular nas formas expresso e nulo e observados os seus referentes, classificando-os como determinados ou indeterminados. Na tabela, estão distribuídas as 891 ocorrências nas duas revistas. Os dados serão identificados no decorrer do trabalho pelas inicias das revistas, seguidas da data.

Tabela 2: A primeira pessoa do singular no gênero entrevista

ENTREVISTAS	EU Expresso		EU Nulo	
	Dt	**Ind**	**Dt**	**Ind**
C. 01 (2022)	6	0	19	0
C. 02 (2022)	4	0	4	0
C. 03 (2022)	28	0	49	0
C. 04 (2022)	1	0	17	0
C. 05 (2021)	10	0	26	0
C. 06 (2021)	17	0	19	0
C. 07 (2021)	10	0	11	0
C. 08 (2021)	11	1	23	0
C. 09 (2020)	48	0	71	0
C. 10 (2020)	7	0	19	0
C. 11 (2020)	4	0	15	0
C. 12 (2020)	5	0	2	0
V. 01. (2022)	6	0	31	0
V. 02. (2022)	6	0	14	0
V. 03. (2022)	1	0	23	0
V. 04. (2022)	14	0	25	0
V. 05. (2021)	10	0	13	0
V. 06. (2021)	14	0	26	0
V. 07. (2021)	18	0	40	0
V. 08. (2021)	7	0	7	0
V. 09. (2020)	21	0	49	0
V. 10 (2020)	10	0	18	0
V. 11. (2020)	4	0	19	0
V. 12. (2020)	7	0	81	0
Totais	269	1	621	0
Percentuais	30,19%	0,11%	69,70%	0,00%
Somente CLAUDIA	151	1	275	0
Percentuais	35,36%	0,23%	64,40%	0,00%
somente VEJA	118	0	346	0
Percentuais	25,43%	0,00%	74,57%	0,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Temos, na tabela 2, apenas 1 ocorrência de PPS, com referente indeterminado ou genérico, em contraste a 890 ocorrências com referente conhecido, estando o pronome expresso ou nulo na oração. Essa baixa frequência de PPS com referente desconhecido justifica-se, pois de acordo com Monteiro (1994, p. 50), os pronomes de 1ª e 2ª pessoas são "por excelência, vocábulos dêiticos". Isto é, ambos funcionam como indicadores dos participantes do ato de fala. Portanto, a grande maioria das ocorrências se dá em contexto de discurso direto, por isso, pode ser facilmente apagado sem gerar ambiguidades. Como afirma Benveniste (1974), *eu*, pessoa subjetiva, se apresenta como interior ao enunciado.

Esse alto grau de referencialidade definida também justifica o percentual de 69,54% de ocorrências de pronome nulo (*eu* nulo Ø), encontrado nos dados, uma vez que o apagamento não gera problemas na compreensão do interlocutor. Esses dados corroboram o pensamento de Silva (1998, p. 125), que expõe: "a primeira pessoa é mais previsível, por isso mais apagável". Vejamos, a seguir, alguns exemplos dessas ocorrências do pronome nulo com referente conhecido.

(2) A economia brasileira está sofrida, **Ø** estou falando de um intervalo de pouco mais de 10 anos. (CLAUDIA, set/2022);
(3) A sociedade pode influenciar positivamente a agenda política. **Ø** Vejo cada vez mais espaço para isso. (CLAUDIA, set/2022);
(4) Ø Tomei posse em janeiro de 2019 e já havia uma campanha contra mim nas redes sociais, capitaneada por uma milícia digital muito bem articulada. Como Ø tinha pedido antes a cassação de Bolsonaro, pela apologia ao Brilhante Ustra, um torturador, e ainda por cima sou filho de um político que lutou contra a ditadura, os bolsonaristas não perdoaram e partiram com tudo para cima de mim, fazendo circular fotos falsas, xingando. (VEJA, fev/2022);

Em (2), temos o pronome de PPS nulo na fala da pessoa entrevistada: Zeina Latif, então secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo. No contexto de discurso direto, como a entrevista, o referente do sujeito pronome fica facilmente acessável, uma vez que a oração em (2) foi usada em resposta à pergunta: "**Qual a sua visão sobre a atual condição da economia brasileira?",** feita pela entrevistadora. O mesmo processo de perguntas e respostas ocorre em (3) e (4). Em (3), ao responder à pergunta "**O que as novas gerações podem esperar do Brasil?",** Zeina Latif opta pelo sujeito nulo na representação da PPS, diante do contexto conversacional que fala. Já em (4), Felipe Santa Cruz, ex-presidente da OAB, inicia a sua resposta a uma das perguntas da entrevistadora com sujeito nulo, sem, contudo, prejudicar o referente do sujeito. Assim, percebemos que a PPS, em sua forma nula, foi utilizada de maneira prototípica, ou seja, com referente dêitico, representando a pessoa que fala no processo de interlocução.

Ao estudar sobre o crescente uso do preenchimento do sujeito no PB e diminuição das ocorrências de sujeito nulo, Duarte (1993, p. 117) identifica a primeira pessoa como um caso de resistência. Ou seja, a primeira pessoa ainda é a que ocorre com categoria vazia em maior proporção. E é também a que ocorre com menor frequência com função indeterminadora, de acordo com os dados deste estudo. Quanto às ocorrências de PPS no gênero artigo, vejamos o quantitativo da tabela 3:

Tabela 3: A primeira pessoa do singular no gênero artigo

Artigos	**EU Expresso**		**EU Nulo**	
	Dt	**Ind**	**Dt**	**Ind**
C. 01 - 2022	0	0	5	0
C. 02 - 2022	6	0	8	0
C. 03 - 2022	1	0	1	0
C. 04 - 2022	4	1	8	3
C. 05 - 2021	1	0	3	0
C. 06 - 2021	2	0	2	0
C. 07 - 2021	0	0	0	0
C. 08 - 2021	0	0	1	0
C. 09 - 2020	0	0	0	0
C. 10 - 2020	0	0	0	0
C. 11 - 2020	8	0	13	0
C. 12 - 2020	8	0	2	0
V. 01 - 2022	0	0	0	0
V. 02 - 2022	3	0	1	0
V. 03- 2022	0	0	0	0
V. 04 - 2022	5	0	5	0
V. 05- 2021	0	0	4	0
V. 06- 2021	2	0	1	0
V. 07 - 2021	0	0	2	0
V. 08 - 2021	1	0	1	0
V. 09- 2020	2	0	2	1
V. 10 - 2020	1	0	2	0
V. 11 - 2020	0	0	0	0
V. 12- 2020	0	0	2	0
Totais	44	1	63	4
Percentuais	39,29%	0,89%	56,25%	3,57%
Somente Claudia	30	1	43	3
Percentuais	38,96%	1,3%	55,84%	3,9%
Somente VEJA	14	0	20	1
Percentuais	40%	0%	57,14%	2,86%

Fonte: Elaborado pela autora

Na tabela 3, é possível observar que, dentre as 112 ocorrências, só houve 5 casos de generalidade da PPS, e 1 em sua forma nula. O quantitativo foi parecido com os dados do género entrevista, o que nos mostra que o gênero discursivo não serviu como variável condicionante ou com influência para esse uso. Assim como ocorreu na entrevista, o percentual de ocorrências do fenômeno em análise foi registrado de forma mais significativa na revista CLAUDIA, isso indica que quanto mais informal for a plataforma, mais chances desse uso na escrita. Vejamos as amostras abaixo em CLAUDIA e VEJA:

(5) Estamos quase sempre nos perguntando: "Para que Ø v**ou** fazer isso?" e "O que **eu** ganho com isso?". Ou ainda, no caso da escrita: "Para quem Ø v**ou** escrever?" (CLAUDIA, jan/2022);

(6) A gente pode dizer: putz, isso aqui não aconteceu, mas o que aconteceu ao invés disso? Que caminhos a vida tomou? Como ela me surpreendeu? O que de melhor apareceu? **Eu** ainda quero isso mesmo? (CLAUDIA, jan/2022);

Em (5) temos 2 exemplos do *eu* nulo (Ø) e indeterminado e 1 que, apesar de expresso, também apresenta referência genérica. A colunista Daniele Morais, ao dissertar sobre como o hábito de transpor ideias para o papel pode ajudar a concretizar sonhos, apresenta questionamentos feitos ao relutarmos para tomar uma iniciativa. Podemos observar que a oração se inicia com o nós (Ø), representando uma quantidade imprecisa de pessoas que passa por essa dificuldade ao tentar adquirir o hábito da escrita. Ou seja, aqui o referente do *eu* é igual a *qualquer pessoa*. Na sequência, as orações entre aspas representam um pensamento individual (por ser possivelmente o pensamento de cada um que possa ler esse artigo) e coletivo (por ser uma ideia que abrange um número amplo de pessoas). Assim, a colunista alterna entre o sujeito expresso e nulo, todos com essa referência *genérica e indefinida*. Corroborando, assim, o argumento de Neves (2000, p. 463), que apresenta como possibilidade o uso da primeira pessoa do singular com referente genérico, nos casos em que "o falante imagine o que qualquer pessoa pode vir a fazer, ou o que pode acontecer, em um determinado lugar, e construa um enunciado de atribuição genérica colocando-se como sujeito do enunciado".

Em (6), é preciso retomar as orações anteriores para compreendermos que se trata de uma pergunta retórica e, portanto, esse *eu* não se refere necessariamente a uma única pessoa como esperado gramaticalmente. Do contrário, representa um número ilimitado de pessoas que tenham acesso à leitura desse artigo e passem a refletir e reproduzir mentalmente essas perguntas selecionadas, assumindo assim a posição deste *eu.* A generalidade do uso da

primeira pessoa em (6) consiste no fato de o enunciado ser uma pergunta que não se dirige a um único interlocutor e que o referente do pronome não se restringe à pessoa que fala, entretanto, tem referente ampliado.

Desse modo, apesar do pronome de PPS ser por excelência um vocábulo dêitico, nos termos de Monteiro (1994), situar-se na dimensão pragmática da linguagem e funcionar como indicador do participante de um ato de fala, é possível observar a partir dos dados, que o fato de ser mais comum a outros pronomes, como lembra Neves (2011, p. 464), não impede o "eu de exercer função indeterminadora.

6.1.2 A primeira pessoa-do plural (nós / a gente) – a forma preferida para indeterminar o agente

A PPP foi utilizada abundantemente no gênero entrevista, com referente acessível e principalmente com referente genérico. Vejamos, a seguir, os quantitativos obtidos nos dados. A tabela 4 apresenta as ocorrências de PPP, no gênero em questão, das duas revistas em uso para essa análise (CLAUDIA e VEJA).

Tabela 4: A PPL no gênero entrevista

	Nós				**A gente**	
Gênero	**Expresso**		**Nulo**		**Expresso**	
Entrevista	Dt	Ind	Dt	Ind	Dt	Ind
C. 01 (2022)	2	1	8	8	1	1
C. 02 (2022)	0	0	0	15	3	0
C. 03 (2022)	0	1	0	7	1	5
C. 04 (2022)	1	1	1	3	0	0
C. 05 (2021)	1	2	1	22	0	0
C. 06 (2021)	0	3	1	13	0	0
C. 07 (2021)	0	2	1	23	0	1
C. 08 (2021)	1	0	27	5	4	2
C. 09 (2020)	0	0	0	5	0	2
C. 10 (2020)	0	0	4	5	1	1
C. 11 (2020)	0	1	0	5	0	2
C. 12 (2020)	0	2	2	25	0	2
V. 01 (2022)	0	0	0	7	0	0
V. 02 (2022)	0	0	6	20	0	0
V. 03 (2022)	0	0	5	5	0	1
V. 04 (2022)	0	0	4	9	0	2
V. 05 (2021)	1	1	2	4	1	0
V. 06 (2021)	0	0	1	1	0	0

V. 07 (2021)	0	0	1	2	0	0
V.08 (2021)	0	2	0	18	0	2
V. 09 (2020)	18	0	2	0	0	0
V. 10 (2020)	1	1	9	15	0	0
V. 11 (2020)	0	0	4	5	0	1
V. 12 (2020)	0	0	4	1	0	1
Totais	25	17	83	223	11	23
Percentuais	6,54%	4,45%	21,73%	58,38%	2,88%	6,02%
Total CLAUDIA	5	13	45	136	10	16
Percentuais	2,22%	5,78%	20,00%	60,44%	4,44%	7,11%
Total VEJA	20	4	38	87	1	7
Percentuais	3,71%	0,74%	7,05%	16,14%	0,19%	1,30%

Fonte: Elaborada pela autora

Quanto ao somatório, conforme a tabela 4, houve 348 ocorrências de *nós* (42 expressos e 306 não expresso), e 34 ocorrências de *a gente*. Percebemos, assim, a preferência do uso do *nós* em sua forma nula, que de um total de 181 ocorrências registradas na revista CLAUDIA, 136 contém referente genérico, apresentando-se como estratégia de indeterminação largamente utilizada nos textos. Em relação ao uso do *a gente* com referente indeterminado ou genérico, a revista CLAUDIA também se destacou quantitativamente, revelando-se como ambiente que apresenta variáveis que favorecem a escolha dessa forma pronominal com referente genérico.

É preciso destacar que, no gênero artigo, também tivemos percentual quase que predominante de usos do *a gente* com referente genérico e indefinido, comportamento diferente do registrado no gênero entrevista no qual foram registrados diversos usos do *a gente* com referente conhecido, consequência da predominância do discurso direto, que favorece o uso da primeira pessoa com referente definido.

Portanto, a partir do quantitativo de dados exposto na tabela 4, é possível observar uma diferença de comportamento entre os dados das duas revistas. Em CLAUDIA, temos um número mais representativo de ocorrências do *a gente* genérico. Essa tendência de indefinitude do referente do termo *a gente*, corrobora com a pesquisa de Cavalcante (2001), que evidencia o emprego de algumas formas inovadoras no quadro do sistema pronominal brasileiro com alta frequência de generalização de sentido em contextos de indeterminação.

A tabela 4 revela ainda a ausência do termo *a gente* de modo nulo ou não expresso nos dados analisados. Esse fenômeno de maior ocorrência de *a gente* expresso também foi observado em Duarte (1995, 2000), que concluiu que a forma não marcada do sujeito pronominal referencial é hoje a plena, enquanto o sujeito nulo é a forma marcada no português

brasileiro. A noção de marcação aqui adotada é emprestada de Givón (1991), a partir do princípio da marcação[17], que considera forma marcada aquela mais complexa e com mais material linguístico.

Os dados da tabela 4 também nos permitem observar que o uso da forma *nós* ainda prevaleceu em relação à forma *a gente* para a representação da PPP com referente desconhecido. Isso se justifica pelo caráter do *corpus,* que se constitui de excertos de língua escrita, como já mencionado anteriormente. Assim, é possível observar a variação no uso desse pronome no contexto analisado, porém, ainda com prevalência da forma prototípica de PPP. Olbertz (2020), ao estudar a perda do sujeito nulo no português brasileiro, em dados de língua falada, chegou à conclusão de que ainda não é o caso de o *a gente* substituir o *nós*, mas são formas concorrentes e percebeu que é comum a flutuação das duas formas de PPP: *nós e a gente,* como em *"Não. Hoje, já cheguei àquela máxima: a vida não é sobre o que* ***a gente*** *junta, mas o que espalha****mos".*** (VEJA, fev/2022).

Vemos que os casos de indeterminação da PPP ainda ocorreram, em sua maioria, com o uso do *nós nulo*. Notamos, ainda, que os usos do *nós*, prototípico da PPP, revelaram percentuais distintos em sua forma expressa nas duas revistas. Na revista CLAUDIA, houve um percentual significativamente maior do pronome de modo indeterminado, enquanto na revista VEJA houve um maior percentual do *nós* determinado.

Já em relação ao pronome *a gente* foi possível perceber que todas as ocorrências se deram de maneira expressa e a maioria com referente desconhecido.

Vale destacar que, na revista VEJA, quando expresso, o *nós* teve maior número de ocorrências com referência conhecida, embora em ambas as revistas o *pronome nulo* tenha prevalecido como estratégia preferida para indeterminar o sujeito de primeira pessoa do plural. Pela sua expressiva maioria nos dados analisados, observemos alguns casos de indeterminação do sujeito com o *nós nulo* e *indeterminado*. Ressaltamos que, para exposição dos trechos abaixo, foram selecionadas 3 entrevistas nas quais esse uso se destacou quantitativamente. Entretanto, em todas as entrevistas foram encontrados usos indeterminados do *nós* em suas formas expressas ou nula.

> (7) **A senhora participa de uma epopeia científica sem precedente. A essa altura, como é deparar com o negacionismo que ainda persiste?** Há negacionismo, é verdade. Mas a população brasileira deu um show. **Ø**

[17] Conforme exposto no capítulo teórico, subtópico que trata deste item, o princípio da marcação está vinculado a concepção icônica da língua, portanto, existem formas em competição no uso da língua e a escolha do usuário não se dá de maneira arbitrária, mas a partir de alguns subprincípios que estão ligados à questão da complexidade estrutural das palavras, a frequência de uso desses itens e a complexidade cognitiva.

> **Começamos** a vacinação de forma lenta, porém hoje **Ø somos** um país com uma das maiores taxas de população totalmente vacinada. Apresentar 70% da população protegida é algo que **Ø temos** de aplaudir. (VEJA, fev/2022).

Em (7), Ann Costa Clemens, Professora da Universidade de Oxford, em entrevista a VEJA, comenta a campanha de vacinação contra a covid-19 realizada no país, afirmando que esta ocorreu de maneira positiva, confirmando esse resultado a partir dos dados estatísticos apresentados.

Temos, em (7), 3 ocorrências de *nós nulo*, representadas nos verbos: começamos, somos e temos. No trecho "*Começamos a vacinação de forma lenta",* se recuperarmos a estratégia de fazer a pergunta ao verbo, podemos pensar: Quem **começou** a vacinação de forma lenta? A resposta está explícita de forma genérica no contexto. Poderíamos interpretar o referente como em: a) *Nós brasileiros começamos a vacinação de forma lenta*; ou; b) *Os brasileiros começaram a vacinação de forma lenta*; ou ainda como em c) *O Brasil iniciou a vacinação de forma lenta.*

Entretanto, essas 3 formas poderiam ter referentes com graus de indeterminação maior ou menor. Pensando no contexto da entrevista analisada, o verbo *Começamos* remete aos que compõem a equipe técnica/científica dos órgãos de pesquisa e inclui nesse grupo responsável pela vacinação o sistema de saúde brasileiro, que está subordinado ao governo. Um detalhe importante é que a entrevistada faz parte desse grupo genérico. Então, poderíamos dizer que ,nos termos de Rubio (2019), essa referência seria *genérica e indefinida,* pois o referente congrega um grande grupo de pessoas não especificadas claramente no contexto, mas situa o leitor sobre os agentes responsáveis pela ação verbal.

Se pensarmos no referente a primeira interpretação apresentada acima, em (7a), a referência remeteria a todos os brasileiros. Na segunda interpretação (7b) o referente seria mais distante, assim poderia ser interpretado como *Os brasileiros*, mas sem que o falante fizesse parte desse grupo, já na terceira possibilidade apresentada em (7c), o nível de indeterminação seria ainda mais amplo, porém pensaríamos em uma referência aproximada a (7a), em que responsabilizaríamos os órgãos de pesquisa, de saúde e o governo. Assim, seria coerente apenas se a informante não fizesse parte desse grupo de pessoas. Podemos perceber, pois, que a informante realiza escolhas linguísticas adequadas ao contexto de fala e de acordo com o seu propósito comunicativo.

Na segunda ocorrência do nós nulo em " *Somos um país* ", a referência também é genérica e o referente acessa Brasil, quando a entrevistada relata "*Somos um país".* A

referência em *Nós somos um país* fica clara no contexto. Ela fala no Brasil, com uma brasileira e para leitores brasileiros. Assim, inclui eu + você + eles (os leitores). Percebemos, pois, um referente amplo, portanto, *genérico e indefinido,* na classificação de Rubio (2019), uma vez que o pronome remete a uma categoria generalizada e indeterminada de indivíduos.

Em "Temos *de aplaudir"*, o referente consegue ser ainda mais ampliado, pois, poderíamos compreender o sentido de que *todos* devem aplaudir. É uma ação digna de aplausos. Ou seja, não se tem a intenção de identificar o referente.

Entretanto, mesmo genérico, o referente pode ser identificado quando remete a um grupo de indivíduos. Vejamos a ocorrência a seguir:

> (8) **Na semana passada, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária aprovou o uso da CoronaVac em crianças e adolescentes de 6 a 17 anos. O que acha da decisão?** Toda vacina é bem-vinda. A CoronaVac é feita com uma plataforma **que Ø conhecemos** (vírus inativado), sobre a qual **temos** experiência. (VEJA, fev/2022).
>
> a) plataforma que conhecemos. (8a)
>
> b) temos experiência. (8b).

Em (8a) e (8b), a referência remete aos pesquisadores dos institutos de pesquisa e aos órgãos regulamentadores, como a Vigilância Sanitária, portanto, um grupo específico. Nesse *nós* não pode ser incluído qualquer leitor leigo na área de imunologia, portanto, o grau de generalidade dele é bem menor que os exemplos em (7). Dizemos, assim, que sua referência é *genérica e determinada.* O mesmo ocorre nos exemplos abaixo:

> (9) O 5G será uma das principais pautas de 2021. Ø Já **estipulamos** o deadline para o primeiro semestre. A partir de fevereiro, com uma comissão do Tribunal de Contas da União, **Ø vamos** visitar todos os players na Europa e na Ásia. (VEJA, mar/2021).

Em (9), temos a fala de Fábio Faria, à época, Ministro das Comunicações no governo do presidente Jair Bolsonoro. Ao ser perguntado sobre o leilão da tecnologia 5G, o ministro explica a autonomia do presidente sobre a decisão de implementação do sistema e menciona as etapas de implantação. Em *Já estipulamos* e *Vamos visitar* temos um referente genérico que agrupa os integrantes do governo/congresso que se interessam pelo assunto, mais uma comissão do Tribunal de contas da União, portanto, um grupo relativamente *genérico e determinado*. Determinado, pois foram identificados os grupos de pessoas responsáveis pelas

ações a serem tomadas, e genérico, pois não temos conhecimento nem de quem são essas pessoas em específico e nem de quantas são, provavelmente um grupo relativamente grande.

Em alguns contextos, como em (10), temos o uso do *nós* para não-determinar o sujeito com o propósito de criar um discurso que não especifique responsabilidades, e dessa forma se exima da culpa e do julgamento. No trecho abaixo, Abilio Diniz, sócio majoritário do grupo Carrefour no Brasil e do gigante do ramo de alimentos BRF, fala a VEJA sobre o governo Bolsonaro e as decisões, na área de economia, tomadas pelo então presidente do país, para o enfrentamento da COVID e a manutenção de empregos.

(10) Pode ser que haja um pouco de inflação no futuro, mas Ø **temos** um Banco Central sério, pequenos sinais de alta de preços, e Ø **poderemos** controlar. (V. 10 – 2020).

a. Temos um banco central sério (10a).
b. Poderemos controlar (10b).

Em (10a), a referência é ampla e pode ser compreendida como *O Brasil tem um banco central sério.* No entanto, o entrevistado opta por se colocar no discurso como forma de demonstrar que se considera parte integrante da solução para o problema. Isso se confirma especialmente em (10b) quando se coloca no grupo de pessoas que poderá controlar os sinais de alta de preço. Quando ele fala "*poderemos controlar*", não está se referindo apenas ao Banco Central e seu corpo técnico, responsável por tomar decisões importantes em situações de crise financeira e criar soluções nesse segmento, mas enquanto empresário, compromete-se como parte fundamental da sociedade para o enfrentamento da crise. Desse modo, poderíamos dizer que as motivações para a escolha linguística estão relacionadas à compreensão de mercado financeiro do entrevistado, deixando explícito o seu ponto de vista a partir da linguagem escolhida. Assim, temos em (10b) um referente *genérico e definido*, uma vez que existe um grupo que irá controlar a situação e o informante se coloca nesse grupo como parte integrante.

Além disso, o *nós* pode ainda se referir a uma única pessoa nos chamados plurais de modéstia. Nesse contexto, Said Ali (1937) explica que o uso de *nós* como plural de modéstia surge para determinar certos contextos. É escolhido quando se pretende efeito persuasivo ou uma maneira de dividir responsabilidades, além de um distanciamento diante do que está sendo dito.

(11) "Estamos preparados e ansiosos", diz. (VEJA, mai/2020).

(12) No programa, fazemos a transformação visual de mulheres que ganham a dignidade de volta, para que possam entrar no mercado de trabalho, sorrir novamente, perder a vergonha de fazer foto com os filhos. (CLAUDIA, fev/2022).

Em (11), Abílio Diniz, ao responder a VEJA sobre como ele vislumbra a retomada do País, responde usando a PPP para passar confiança e ser persuasivo sobre o resultado positivo que espera, gerando, desse modo, uma generalidade.

Em (12), Eliana, ao falar do seu programa *Ideias à venda*, lançado em uma plataforma de streaming e que trata de empreendedorismo feminino, responde usando a PPP sobre o bem que está fazendo para as mulheres. Assim, mesmo sendo a diretora e apresentadora desse programa, e a pergunta da entrevistadora tendo sido direcionada a ela, não utiliza o pronome de PPS, prefere a PPP para transparecer uma certa modéstia, uma vez que divide as honrarias do sucesso e importância do programa com todos os que compõem a equipe do programa, mesmo ela sendo o foco na entrevista. Desse modo, não responde como alguém que sozinha é responsável por esse sucesso, mas generaliza essa importância.

Como percebemos na Tabela 4, a frequência mais alta de sujeito indeterminado de PPP se deu pela estratégia do apagamento do sujeito com uso do *nós* nulo. Ainda que alguns estudos citados no capítulo anterior deste trabalho revelem uma mudança na preferência pelas formas de indeterminação no PB, nos dados aqui analisados, prevalece a escolha do *nós* em relação ao *a gente*. Entretanto, tanto na revista VEJA quanto na CLAUDIA, foram registrados usos da forma *a gente* em função de primeira pessoa indeterminada, com destaque para a revista CLAUDIA, que obteve percentual mais significativo, conforme pudemos observar na Tabela 4. Vejamos abaixo alguns usos:

(13) **A gente** sabe que é início de ano eleitoral e que o governador Cláudio Castro, hoje no PL, o partido do presidente, está fazendo a campanha dele. (VEJA fev/2020).

(14) É o dia sagrado da família, quando todo mundo se senta junto em frente à televisão e deixa de lado o mundo digital particular que **a gente** tem hoje. (VEJA, set/2021).

(15) Hoje, já cheguei àquela máxima: a vida não é sobre o que **a gente** junta, mas o que espalhamos. (VEJA, set/2021).

(16) Leveza é uma busca importante diante de tantas batalhas que **a gente** tem que seguir. (CLAUDIA fev/2022).

(17) Fazer esse carinho para **a gente** mesmo é importante, sempre. (CLAUDIA, fev/2022).

(18) Quando o Eduardo [Paes, prefeito do Rio] me fez o convite, compreendi que poderia unir essas duas pontas na construção de um futuro em que **a gente** quebre o ciclo de violência que a mulher carioca vive. (CLAUDIA, set/2022).

(19) Lá, falamos sobre como **a gente** trata a vida da mulher negra sem ser um lugar marcado de morte, de falta de dinheiro, e sim pensando em projeção de direitos, de futuro. (CLAUDIA, set/2022).

Os exemplos de (13) a (17), acima expostos, mostram que em todos esses casos o uso do *a gente* com referente genérico e indefinido é uma estratégia presente em textos escritos. Essa estratégia é considerada uma inovação em PB, como diversos estudos têm mostrado desde as investigações pioneiras de Duarte (1989, 1993). Ou seja, são recorrentes, tanto em dados de fala quanto de escrita as orações com sujeito foneticamente explícito de referência indeterminada.

Já os exemplos (18) e (19), relevam menor generalidade, em comparação aos demais, pois trazem a fala de Joyce Trindade sobre as suas ações e desafios enquanto secretária de políticas femininas do Rio de Janeiro. Assim, no trecho "*Em que **a gente** quebre o ciclo da violência que a mulher carioca vive*" é possível depreender como referente dessa primeira pessoa do plural: Joyce Andrade + o prefeito Eduardo Paes + todos que compõem as equipes da prefeitura e da secretaria envolvida.

Não há dúvidas quanto ao grau de generalidade quando se usa o *a gente* com essa pretensão de indeterminar. Diferente do *nós,* esse pronome tem uma referência largamente indefinida na maioria dos usos observados neste estudo. Nos dados coletados, ou ele foi observado numa referência *específica e definida* ou numa *referência genérica definida* como ocorreu em exemplos com (13) e (14) *ou indefinida* a exemplo do mostrado em (18*) e (*19*).*

No gênero artigo, também foi possível observar essas estratégias de indeterminação. Observemos, abaixo, a Tabela 5:

Tabela 5: A PPP no gênero artigo de opinião

	Nós				**A gente**	
Artigo	**Expresso**		**Nulo**		**Expresso**	
	Dt	Ind	Dt	Ind	Dt	Ind

V. 01 (2022)	0	0	0	1	0	0
V. 02 (2022)	0	1	0	4	0	0
V. 03 (2022)	0	0	0	0	0	0
V. 04 (2022)	0	0	0	0	0	3
V. 05 (2021)	0	0	0	6	0	0
V. 06 (2021)	0	0	0	2	0	0
V. 07 (2021)	0	0	0	2	0	0
V.08 (2021)	0	1	0	6	0	0
V. 09 (2020)	0	0	0	0	0	2
V. 10 (2020)	0	0	0	0	0	0
V. 11 (2020)	0	1	0	3	0	0
V. 12 (2020)	0	0	0	6	0	0
C. 01 (2022)	0	0	0	4	0	0
C. 02 (2022)	0	0	0	1	0	0
C. 03 (2022)	0	2	4	2	0	2
C. 04 (2022)	0	0	0	8	0	8
C. 05 (2021)	1	7	0	26	0	1
C. 06 (2021)	1	3	0	5	0	0
C. 07 (2021)	0	1	0	5	0	0
C. 08 (2021)	0	0	0	1	0	0
C. 09 (2020)	0	0	0	9	0	0
C. 10 (2020)	0	0	1	1	0	0
C. 11 (2020)	0	0	1	3	0	1
C. 12 (2020)	0	3	0	18	0	1
Totais	2	19	6	113	0	18
Percentuais	1,27%	12,03%	3,80%	71,52%	0,00%	11,39%
Total VEJA	0	3	0	30	0	5
Percentuais	0,00%	7,89%	0,00%	78,95%	0,00%	13,16%
Total CLAUDIA	2	16	6	83	0	13
Percentuais	1,67%	13,33%	5,00%	69,17%	0,00%	10,83%

Fonte: Elaborado pela autora

No artigo de opinião, temos um percentual ainda mais elevado de usos indefinidos ou genéricos a partir do *nós nulo*, com destaque para os artigos da revista VEJA, que apresentaram um percentual de 78,95% dessa estratégia. Entretanto, essa estratégia também foi a escolhida nos artigos da revista CLAUDIA com um percentual de 69,17%. É possível, ainda, observar que ocorreu um uso acentuado do *a gente* indeterminado nos artigos de opinião, próximo ao registrado no gênero entrevista, embora esse uso não ter sido registrado em todos os artigos. A diferença no comportamento do uso do *a gente* entre um gênero e outro é que na entrevista o *a gente* ocorreu com dois tipos de referente: definido e indefinido.

Enquanto no artigo de opinião, só foram registrados usos com esse termo com referente genérico e indefinido.

Dos 12 artigos retirados da VEJA, apenas dois apresentaram usos do termo *a gente* e todos de modo genérico indefinido, enquanto, na revista CLAUDIA, essa distribuição foi mais equilibrada entre os dois termos. As 13 ocorrências registradas foram observadas em 5 artigos diferentes. Observemos os próximos exemplos:

(20) Eu já compreendi que, na vida, **a gente** escolhe papéis. (VEJA, jan/2022).

(21) Há as que interpretam as sem-noção e fazem da vida alheia um inferno. Por exemplo, chegam três horas atrasadas em um encontro e abrem as asas furiosas quando **a gente** reclama. (VEJA, jan/2022).

(22) Também, ainda, da declaração do novo ministro da Educação, o pastor presbiteriano Milton Ribeiro, segundo o qual as universidades promovem o "sexo sem limites". Ai, ai, ai. **A gente** sabe: o mundo LGBTQI+ está além dos limites do ministro. (VEJA, jul/2020).

(23) Tudo o que **a gente** aprende também pode desaprender. (VEJA, jul/2020).

Nos dados (20) e (21), ao tentar responder à pergunta: *Quem você vai ser?* Walcyr Carrasco escreve em sua coluna sobre a relação entre os personagens fictícios da televisão e os papeis que assumimos em nossa vida, afirmando que a gente é que escolhe o que interpretará na trama da vida. Sua coluna sobre cultura apresenta língua acessível, em tom de bate papo com o leitor.

Todos os usos entre (20) e (23) apresentam referência *genérica indefinida*, com amplas possibilidades de referentes. Um detalhe relevante quanto às ocorrências do termo *a gente* é que, no gênero entrevista, registramos usos com referência definida e indefinida, embora os usos indefinidos tenham se destacado. Entretanto, nos artigos, só registramos usos indefinidos. Nenhum caso de *a gente* com referência definida foi identificado nesse último gênero. Isso pode se justificar pelas características dos gêneros em análise. Enquanto na entrevista, considerando o discurso direto das respostas do entrevistado, o termo *a gente* é usado com referência pessoal, no artigo, no qual a intenção é não se colocar no discurso, isso não seria possível. Em sua estrutura argumentativa, o artigo só aceita esse termo com caráter indefinido.

Para compreendermos melhor os percentuais das ocorrências de primeira pessoa do plural e as preferências da forma da primeira pessoa com referente genérico indefinido, observemos a tabela a seguir:

Tabela 6: Quantitativos de PPP indeterminada

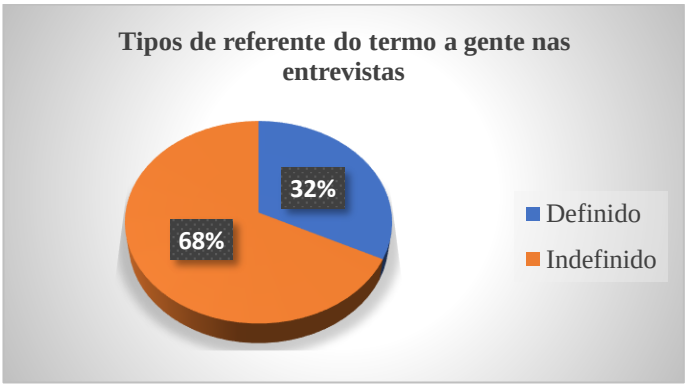
Estratégia	(%) Relativo apenas a primeira pessoa na entrevista	(%) Relativo apenas a primeira pessoa no artigo
Nós expresso e indeterminado	(14) 6,46%	(19) 12,67%
Nós nulo e indeterminado	(223) 84,79%	(113) 75,33%
A gente	(23) 8,75%	(18) 12,00%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborada pela autora.

Na tabela 6, a representação do pronome de primeira pessoa de maneira indeterminada fica detalhada. Como exposto acima, nos dados dos gêneros escolhidos para análise, o *a gente* já se configura como uma forma em competição com as outras estratégias existentes, e no gênero entrevista teve um uso maior que nas entrevistas se levarmos o quantitativo que considera os referentes definidos e indefinidos.

Vale destacar, que apesar de usados com os dois referentes: definido e indefinido, no gênero entrevista, o termo *a gente* foi utilizado preferencialmente como estratégia de indeterminação do sujeito. Observemos o gráfico abaixo que representa os percentuais desses usos.

Gráfico 1: Uso do *a gente* no gênero entrevista



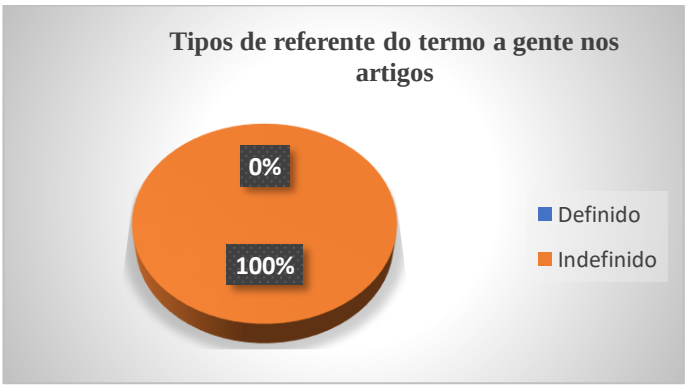
Fonte: Elaborado pela autora

Conforme ilustrado no Gráfico 1, nas entrevistas analisadas, ora o *a gente* foi utilizado com referência definida, representando um conjunto finito e específico de pessoas que inclui

o falante, ora era utilizado como termo genérico e indeterminador. Todavia, no gênero artigo, por não apresentar discurso direto e ter caráter argumentativo, todos os usos registrados foram de *a gente* com referência genérica e indefinida. Esses dados mostram que, em língua escrita, esse termo tende a ser utilizado com maior frequência com referente indefinido, ao contrário do comportamento desse pronome em dados de fala, que ocorrem em sua maioria com referente conhecido, como constatou Souza (2018).

Vejamos no Gráfico 2 a unanimidade nos usos do *a gente* indeterminado. Esse comportamento do termo *a gente* no artigo de opinião pode ter sido influenciado pela estrutura do gênero, que não apresenta discurso direto e dificulta usos de pronomes com funções dêiticas, como a 1ª e 2ª pessoas, e quando ocorrem é de forma genérica.

Gráfico 2: O Uso do *a gente* no gênero artigo de opinião



Fonte: Elaborado pela autora

Na subseção, a seguir, verificamos se o fator sexo do informante foi ou não relevante na alternância de usos entre *nós* e *a gente*.

6.1.2.1 A variável sexo do informante como influência na escolha da PPP em sua forma não prototípica

Em estudos como os de Freire (2020), no que concerne à variável sexo dos informantes, o uso da expressão *a gente* é mais frequente nos textos produzidos pelos informantes do sexo feminino, conforme asseverado pelo pesquisador, fato que pode apontar para o lado inovador da escrita feminina que sai de uma regra categórica para uma regra variável. A Tabela 7, a seguir, demonstra o quantitativo dos dados analisados quanto à variável em questão nas entrevistas:

Tabela 7: Sexo dos informantes no gênero entrevista

Entrevistas	Uso do Nós expresso ou nulo Det.	Nós expresso ou nulo Ind.	Uso do *a gente* Det.	Uso do a gente ind.	Sexo do informante
C. 01 (2022)	10	9	1	1	Masculino
C. 02 (2022)	0	15	3	0	Feminino
C. 03 (2022)	0	8	1	5	Masculino
C. 04 (2022)	2	4	0	0	Masculino
C. 05 (2021)	2	24	0	0	Masculino
C. 06 (2021)	1	16	0	0	Masculino
C. 07 (2021)	1	25	0	1	Feminino
C. 08 (2021)	28	5	4	2	Masculino
C.09 (2020)	0	5	0	2	Masculino
C. 10 (2020)	4	5	1	1	Masculino
C. 11 (2020)	0	6	0	2	Feminino
C. 12 (2020)	2	27	0	2	Feminino
V. 01 (2022)	0	7	0	0	Feminino
V. 02 (2022)	6	20	0	0	Feminino
V. 03 (2022)	5	5	0	1	Feminino
V. 04 (2022)	4	9	0	2	Feminino
V. 05 (2021)	3	5	1	0	Feminino
V. 06 (2021)	1	1	0	0	Feminino
V. 07 (2021)	1	2	0	0	Feminino
V.08 (2021)	0	20	0	2	Feminino
V. 09 (2020)	20	0	0	0	Feminino
V. 10 (2020)	10	16	0	0	Feminino
V. 11 (2020)	4	5	0	1	Masculino
V. 12 (2020)	4	9	0	1	Feminino
Total	108	239	11	23	

Fonte: Elaborada pela autora

Ao observarmos a Tabela 7, percebemos que 8 dos 12 entrevistados da VEJA foram homens, enquanto 11 das 12 da CLAUDIA foram mulheres. Apesar da diferença expressiva em relação ao gênero dos entrevistados nas duas revistas, vemos na tabela que tanto para informantes do sexo masculino quanto do feminino houve entrevistas nas quais não foi registrado nenhum uso do termo. Não obstante, na revista CLAUDIA, com maioria feminina,

o uso se deu de forma significativa. Desta maneira, podemos afirmar que essa variável pode ter influenciado as escolhas linguísticas. Pesquisas como as de Lopes (1993) indicam que os informantes do sexo masculino tendem a ter comportamentos mais tradicionais com a constatação de maior favorecimento do uso do *a gente* pronominal entre as mulheres. Vejamos na Tabela 8 o quanto essa variável foi significativa no gênero artigo.

Tabela 8: Sexo dos informantes no gênero artigo de opinião

Artigos	Nós expresso ou nulo det.	Nós expresso ou nulo ind.	Uso do a gente det.	Uso do a gente ind.	Sexo do informante
C. 01 (2022)	0	4	0	0	Feminino
C. 02 (2022)	0	1	0	0	Feminino
C. 03 (2022)	4	4	0	2	Feminino
C. 04 (2022)	0	8	0	8	Feminino
C. 05 (2021)	1	33	0	1	Feminino
C. 06 (2021)	1	8	0	0	Feminino
C. 07 (2021)	0	6	0	0	Feminino
C. 08 (2021)	0	1	0	0	Feminino
C. 09 (2020)	0	9	0	0	Feminino
C. 10 (2020)	1	1	0	0	Feminino
C. 11 (2020)	1	3	0	1	Feminino
C. 12 (2020)	0	21	0	1	Feminino
V. 01 (2022)	0	1	0	0	Masculino
V. 02 (2022)	0	5	0	0	Feminino
V. 03 (2022)	0	0	0	0	Masculino
V. 04 (2022)	0	0	0	3	Masculino
V. 05 (2021)	0	6	0	0	Feminino
V. 06 (2021)	0	2	0	0	Masculino
V. 07 (2021)	0	2	0	0	Feminino
V.08 (2021)	0	7	0	0	Feminino
V. 09 (2020)	0	0	0	2	Masculino
V. 10 (2020)	0	0	0	0	Masculino
V. 11 (2020)	0	4	0	0	Masculino
V. 12 (2020)	0	6	0	0	Masculino
Total	8	132	0	18	

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme demonstrado na Tabela 8, no gênero artigo de opinião, a variável apresentou usos parecidos com as ocorrências da entrevista. Na revista CLAUDIA, todas as colunistas

selecionadas foram mulheres, entretanto, o *a gente* só foi utilizado em 4 artigos, e esses apresentaram quantitativos bem distintos, enquanto em um mesmo artigo foram registradas 8 ocorrências, em outros, apenas 1. Já em VEJA, dos 12 artigos, 8 foram de colunistas do sexo masculino e 4 do sexo feminino. Na revista CLAUDIA, mais uma vez foi registrado quantitativo mais significativo de uso do termo *a gente*. Enquanto em VEJA foram registradas 5 ocorrências, em CLAUDIA, o sujeito de PPP se realizou 13 vezes em sua forma não prototípica.

Como expõe a Tabela 8, nos artigos, das 18 ocorrências de uso do *a gente,* todos com referente indefinido, 13 foram de informantes femininos e 5 de informantes masculinos.

Esses resultados confirmam o exposto em estudos anteriormente mencionados (Zilles, 2005; Santos, 2014; Mendonça, 2016; dentre outros), que atestam que a expressão *a gente* é favorecida na fala de informantes do sexo feminino. Na sequência, descrevemos o comportamento da PPP a partir da variável tempo- modo verbal.

6.1.2.2 A variável modo-temporal como influência no comportamento da PPP

As variáveis tempo e modo verbal têm se mostrado relevante para a escolha do uso do *a gente* em relação ao *nós.* Estudos de base funcionalista (Lopes, 1993; Castilho, 2003; Santana, 2006; Assunção, 2012; Santana, 2014; Souza e Oliveira, 2014) têm demonstrado que essa variável é significativa para a variação do pronome de PPP.

Além destes, Lopes (1993), ao analisar amostras do projeto NURC, verificou que o presente do indicativo e as formas nominais favoreceriam o uso de *a gente*, enquanto o futuro e o pretérito perfeito favoreceriam a presença de *nós.* Para justificar tal correlação, Lopes (1993, p.73-74) afirma:

> [...] esta relação tempo verbal/pronome ocorre em função da interferência de outros fatores, como: a saliência fônica, o gênero discursivo e a determinação dos referentes. A interdependência dos fatores parece-nos óbvia, uma vez que o falante, ao narrar um acontecimento, refere-se a um evento passado (marcado temporal e cronologicamente), além de determinar as pessoas envolvidas na ação narrada. Conseqüentemente, há um favorecimento à presença de nós: narração = referente [+determinado], [+tempo], [+saliência]. Em contrapartida, ao descrever ações habituais ou freqüentes, o falante não marca temporalmente seu discurso, nem determina os agentes envolvidos e, por isso, o emprego da forma a gente é mais usual: descrição = referente [–determinado], [–tempo], [–saliente].

Diante destas constatações, percebemos que os dados seguem comportamentos similares a outros estudos com objetivos parecidos, tais como o de Lopes (1998), que ao analisar os usos do *nós* e *a gente* em relação a variável modo-temporal constatou maiores

probabilidades de ocorrência de *nós* com o pretérito perfeito, e com os tempos que se caracterizam por maior número de marcas. Em relação ao *a gente,* o presente do indicativo e as formas nominais favorecerem o seu uso.

6.1.3 A segunda pessoa como estratégia indeterminadora

Entendendo ser o *você* um vocábulo que apresenta divergências em relação a sua classificação**,** neste estudo, consideramos este item como pronome de segunda pessoa do singular e *vocês* como pronome de segunda pessoa do plural, uma vez que, de acordo com diversos estudos, dentre eles Menon (1999), essas formas vêm competindo com as formas prototípicas (*tu e vós)* e ganhando cada dia mais espaço entre os usuários da língua.

Integrado ao quadro dos pronomes pessoais e utilizado em quase todo o território nacional em substituição ao tu, no português brasileiro, o *você* adquiriu também caráter genérico, indeterminado. Em estudo como o de Carvalho (2010), que trata das formas de indeterminação do sujeito na fala de Salvador, foi possível constatar o *você* como a estratégia de indeterminação preferida.

Neves (2000, p. 463) também considera o *você* como estratégia de indeterminação e comenta que "embora seja forma de pessoa do discurso, pode indicar referência genérica". Quando utilizado para essa finalidade, o referente é muito genérico, assim, "**VOCÊ"** = uma pessoa, seja qual for".

O pronome *você*, além de indicar o interlocutor, assume outros sentidos e provoca efeitos diversos nas interações. Seu uso como pronome impessoal se relaciona com o envolvimento do interlocutor fazendo com que ele sinta o alcance pessoal da situação (impessoal) de que se fala. (Pereira Junior, 2015).

Para melhor compreendermos esse comportamento do pronome de segunda pessoa, vejamos abaixo a Tabela 9, representativa dos usos do *você* no gênero entrevista.

Tabela 9: A SPS no gênero entrevista

Entrevistas	**VOCÊ**			
	Expresso		Não expresso	
	Dt	Ind	Dt	Ind
C. 01 (2022)	5	0	4	0
C. 02 (2022)	0	0	0	0
C. 03 (2022)	9	11	4	0
C. 04 (2022)	0	0	0	0

C. 05 (2021)	10	9	2	0
C. 06 (2021)	6	4	3	0
C. 07 (2021)	7	1	3	0
C. 08 (2021)	4	0	4	0
C. 09 (2020)	12	5	2	1
C. 10 (2020)	15	2	7	0
C. 11 (2020)	0	2	0	0
C. 12 (2020)	1	0	1	0
V. 01 (2022)	4	0	1	0
V. 02 (2022)	0	0	3	0
V. 03 (2022)	3	0	2	0
V. 04 (2022)	0	0	2	0
V. 05 (2021)	0	2	0	0
V. 06 (2021)	0	1	3	0
V. 07 (2021)	0	2	2	1
V.08 (2021)	0	2	0	0
V. 09 (2020)	0	2	3	0
V. 10 (2020)	0	1	4	0
V. 11 (2020)	0	0	0	0
V. 12 (2020)	2	1	12	0
Totais	78	45	62	2
Percentuais	41,71%	24,06%	33,16%	1,07%

Fonte: Elaborada pela autora

É possível perceber que, no gênero entrevista, o *você* ocorreu tanto como pronome com referência de segunda pessoa, como com função indeterminadora. Ao observar os dados referentes à indeterminação, percebemos que em sua grande maioria ele se realiza, ou seja, vem expresso na oração, aparecendo de forma nula e indeterminada apenas em 1,07% dos casos nesse gênero. Assim, quando indeterminado, o *você* ocorre preferencialmente de maneira expressa.

Para melhor visualizarmos esses usos, vejamos como se comportam os seguintes dados:

(24) Se **você** envelhece, significa que não morreu, então está com sorte (risos). (VEJA, mar/2021);

(25) Quando **você** se olha, muitas vezes não vê beleza em si mesmo. (VEJA, mar/2021);

(26) No livro, **você** relaciona bastante seu sucesso ao suporte dado pelos seus pais. Como era a relação de vocês na infância? (CLAUDIA, dez/2021);

(27) É necessário desligar para se conectar com a sua essência, com as coisas que realmente importam. Mas quando é prazeroso **você** acessar as duas coisas, tudo bem. (CLAUDIA, fev/2022);

(28) **Como você** lida com o que foge do controle? (CLAUDIA, fev/2022);

(29) Durante as férias, **você** compartilhou que estava acompanhando a transmissão do seu programa, com um pôr do sol lindo rolando atrás. É possível desligar completamente? (CLAUDIA, fev/2022);

(30) Essa autoconsciência tão forte sobre sua imagem afeta o jeito como **Ø** enxerga o processo de amadurecer? (VEJA, mar/2021).

Em (24), (25) e (27), percebemos usos indeterminados para o *você*. Ele é usado como ferramenta para generalizar o agente. Em (26), (28) e (29), temos o *você* determinado. O entrevistador escolhe o pronome para se referir à pessoa com o qual está falando, ou seja, o entrevistado. Vale ressaltar que a maioria dos usos de *você* determinado ocorre nesse contexto de pergunta. Ou seja, usado pelo entrevistador no momento de se referir à segunda pessoa da interlocução. Assim, a motivação para as ocorrências de *você* determinado seria a estrutura do gênero entrevista, especialmente, a característica de discurso direto.

Em (30), temos o uso de *você* nulo e determinado. Uso mais raro nos dados selecionados, mas que, para essa construção da pergunta selecionada, demonstra uma preocupação em relação ao tratamento que será dado ao entrevistado (não quis usar o pronome de tratamento *o senhor* e não quis se referir com o *você)*, assim, o entrevistador opta pelo apagamento do sujeito.

Vale destacar, ainda, que os usos da segunda pessoa, tanto determinada quanto indeterminada, se sobressaíram na revista CLAUDIA em comparação às ocorrências de VEJA. Talvez pelo menor grau de formalidade, influenciado pelo assunto tratado, pessoas que estão sendo entrevistadas, público-alvo da revista e finalidades discursivas, o entrevistador refere-se mais ao entrevistado a partir do pronome *você*. Já o entrevistado utiliza-se abundantemente do *você* como estratégia de indeterminação, ao responder de forma genérica, com o intuito de persuadir o leitor, provocando, dessa maneira, uma certa distensão e criando uma espécie de diálogo indireto com seu interlocutor.

Nos dados do gênero artigo de opinião, observamos com mais clareza o uso generalizador do *você*, estratégia altamente utilizada na indeterminação do sujeito nesse gênero. Vejamos os dados na Tabela 10 exposta a seguir:

Tabela 10: A SPS no gênero artigo de opinião

Artigos	VOCÊ			
	Expresso		**Nulo**	
	Dt	**Ind**	**Dt**	**Ind**
C. 01 (2022)	0	3	0	0
C. 02 (2022)	0	0	0	0
C. 03 (2022)	0	0	0	0
C. 04 (2022)	0	7	0	1
C. 05 (2021)	0	10	0	1
C. 06 (2021)	1	1	0	0
C. 07 (2021)	0	1	0	0
C. 08 (2021)	0	0	0	0
C. 09 (2020)	0	0	0	0
C. 10 (2020)	0	0	0	0
C. 11 (2020)	0	1	0	0
C. 12 (2020)	0	8	0	0
V. 01 (2022)	0	0	0	0
V. 02 (2022)	0	0	0	0
V. 03 (2022)	0	0	0	0
V. 04 (2022)	0	1	0	1
V. 05 (2021)	0	0	0	0
V. 06 (2021)	0	0	0	0
V. 07 (2021)	0	0	0	0
V.08 (2021)	0	0	0	0
V. 09 (2020)	0	0	0	0
V. 10 (2020)	0	1	0	0
V. 11 (2020)	0	0	0	0
V. 12 (2020)	0	0	0	0
Totais	1	33	0	3
Percentuais	2,70%	89,19%	0,00%	8,11%

Fonte: Elaborada pela autora

O índice de 89,19% de segunda pessoa ocorrendo como expresso e indeterminado no gênero artigo de opinião, explicita a preferência dessa forma nesse contexto. As ocorrências de segunda pessoa como sujeito nulo também se deram como indeterminadores. É possível perceber, ainda, um elevado preenchimento do sujeito de segunda pessoa, corroborando o estudo de Duarte (1995), que demonstra a preferência de sujeitos preenchidos em casos de indeterminação, especialmente, os de segunda pessoa.

Vejamos abaixo amostras de usos indeterminados do pronome de segunda pessoa do singular:

(31) Qual foi a última vez em que **você** usou um lenço de pano? Seu filho adolescente tem um? Tente lembrar. Qual foi a última vez em que **você** usou um lenço de pano? Seu filho adolescente tem um? (VEJA, jan/2022);

(32) Há pessoas que se agarram ao fracasso e talvez até se sintam desestabilizadas quando vem o sucesso. Outras mentem compulsivamente, sua vida é uma rede de invenções. Também existem as arrogantes militantes, que escolhem uma causa, e ficam furiosas se **você** não compartilha de suas ideias por um mínimo que seja — e daí pode ser o fim da amizade. (VEJA, jan/2022);

(33) Quem **você** vai ser? (VEJA, jan/2022);

Em (31), temos o uso do *você* nulo e genérico indefinido. Ao utilizar o *você*, o colunista cria um discurso direto com o interlocutor, aproximando-se dele e gerando, dessa forma, um argumento para a tese que defende no artigo. Ao comentar sobre o uso cada vez menor do relógio, defende que esse hábito de usar relógios pode desaparecer totalmente, como se deu o fim do uso da bengala e do chapéu. Portanto, no exemplo (31), o *você* expresso é usado de forma genérica por Walcyr Carrasco para produzir um referente genérico que se aplique a todos os seus leitores e leitoras. Assim, ao tratar da possibilidade do fim ou não de um acessório – o relógio[18] - o colunista utiliza-se de perguntas diretas ao interlocutor, provavelmente, com a intenção de criar uma proximidade e, assim, tornar o seu texto direto, em tom de diálogo, criando argumentos potencialmente incontestáveis pelo leitor.

No dado (32), notamos que o referente do *você* também não pode ser acessado facilmente. Ao caracterizar os tipos de pessoas e descrever a reação delas aos casos de discordância, o colunista poderia ter escrito: *a) Ficam furiosas se não concordamos com suas ideias; b) Ficam furiosas se a pessoa não concorda com suas ideias; c) Ficam furiosas se não houver concordância com elas; d) Ficam furiosas se não concordo com elas,* entre outras possibilidades. Percebemos que todas essas possibilidades continuariam indeterminadas. Portanto, o uso do *você* com essa função configura uma escolha, já que temos diversas estratégias com essa finalidade.

O item *você*, no dado (33), também contém referente *genérico* e *indefinido*. Ao questionar o leitor quem ele quer ser, o colunista lança mão do pronome de SPS com referente genérico para criar um diálogo com o seu leitor. Desse modo, esse *você* tem um referente instável, já que se modifica a depender do contexto, ou seja, para cada leitor do artigo temos

[18] Apesar de o trecho não apresentar a ideia completa do texto e o termo *relógio* não aparecer no recorte, o texto original faz uma reflexão em relação ao possível desaparecimento do relógio enquanto acessório, bem como ocorreu com o lenço de pano, item que era bastante popular e deixou de ser utilizado.

um referente diferente para o *você*. Ele, portanto, abrange qualquer interlocutor da revista que leia o artigo em questão.

Em relação à segunda pessoa do plural – *vocês* - não foi registrado nenhum uso na revista Veja, tanto no gênero entrevista quanto no gênero artigo. Os registrados na revista CLAUDIA apresentaram referência determinada. Como as entrevistas para a revista CLAUDIA tendem, em sua maioria, para discutirem temas como relacionamento e carreira, isso dá a possibilidade de o entrevistado incluir perguntas sobre uma terceira *pessoa*, geralmente envolvida com o entrevistado em algum tipo de trabalho ou relacionamento. Isso explica o uso expresso e com referência conhecida.

Além do *você,* foram encontrados dados de *o senhor/a senhora* com referência de segunda pessoa. Sobre esse fenômeno, Bagno (2011, p. 752) afirma ocorrer em "contextos de interação mais monitorados, sobretudo quando se estabelece uma hierarquia entre os locutores e os alocutores". Isso explica a maior ocorrência encontrada na revista VEJA (tida por nós como mais formal) dessa forma de referência a segunda pessoa. O autor também comenta que vem ocorrendo no PB uma constante quebra nas formalidades e, portanto, um aumento do uso do *você* com essa função. Vejamos a tabela abaixo, que inclui todos os percentuais de segunda pessoa no gênero entrevista:

Tabela 11: As formas de segunda pessoa no gênero entrevista: revista VEJA

ENTREVISTAS	**Você**				**O senhor**	
	Expresso		**Não expresso**		**Expresso**	
	Dt	Ind	Dt	Ind	Dt	Ind
Total	9	11	32	1	54	0
Percentuais	8,41%	10,28%	29,91%	0,93%	50,47%	0,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Quando expresso, o *você* apresentou índice bem aproximado em relação ao apagamento ou preenchimento do sujeito no gênero entrevistas. Em 10,28% dos casos, foi utilizado o *você* com referência genérica na entrevista VEJA e 8,41% dos casos com referência conhecida. Entretanto, os termos *o senhor* e *a senhora* ainda prevaleceram como forma preferida de se referir à segunda pessoa. Assim, em perguntas realizadas nas entrevistas VEJA, esse comportamento mais tradicional da SPS foi recorrente em 50,47%.

Vejamos, abaixo, como esse processo se deu na revista CLAUDIA. Nesta, o comportamento dos termos com referência de segunda pessoa se alterou totalmente. 50% dos

casos apresentaram o *você* com referente definido e 24,64% o *você* indeterminado. O*(a) senhor(a*) teve percentual de apenas 2,9%, ou seja, 4 ocorrências nas 12 entrevistas:

Tabela 12: As formas de segunda pessoa no gênero entrevista: CLAUDIA

ENTREVISTAS	Você				O senhor	
	Expresso		Não expresso		Expresso	
	Dt	Ind	Dt	Ind	Dt	Ind
Totais	69	34	30	1	4	0
Percentuais	50,00%	24,64%	21,74%	0,72%	2,90%	0,00%

Fonte: Elaborado pela autora

No gênero artigo, como esperado em virtude da presença de discurso indireto em texto dissertativo/argumentativo, o *você* foi a única forma na representação da segunda pessoa, e como podemos perceber na Tabela 13, todas as ocorrências nesse gênero se realizaram de maneira indeterminada, conforme demonstrado nos exemplos (31) e (32).

Tabela 13: As formas de segunda pessoa no gênero artigo de opinião: revista VEJA

VEJA	VOCÊ				O SENHOR
	Expresso		Não expresso		Expresso
	Dt	Ind	Dt	Ind	Dt
Total	0	2	0	1	0
Percentuais	0,00%	66,67%	0,00%	33,33%	00,00%

Fonte: Elaborado pela autora

Na Tabela 14, apresentada abaixo, temos a representação da segunda pessoa no gênero artigo da revista CLAUDIA. É possível perceber o significativo uso dessa forma como estratégia de indeterminação.

Tabela 14: As formas de segunda pessoa no gênero artigo de opinião: revista CLAUDIA

CLAUDIA	VOCÊ				O (A) SENHOR (A)
	Expresso		Não expresso		Expresso
	Dt	Ind	Dt	Ind	Dt
Total	1	31	0	2	0
Percentuais	4,17%	87,50%	0,00%	8,33%	0

Fonte: Elaborado pela autora

Para reforçar, vejamos os exemplos abaixo:

> (34) Não vou **te** pedir para sair da zona de conforto. Vou **te** convidar a sair desse desconforto que **você** bizarramente considera quentinho, mesmo que inconscientemente, e **te** convido também a fazer escolhas que realmente **te** proporcionem mais bem-estar, mais alento. (CLAUDIA, dez/2022).

> (35) Todas essas barreiras têm sido sustentáculos do silenciamento de nossas vozes e do ocultamento da contribuição negra ao país e do próprio país. Ao ser a parede que só permite infiltrações, como dizia Florestan Fernandes, o que **você** faz é ser reprodutor e parte ativa no silêncio e na cultura da excepcionalidade. (CLAUDIA, jul/2020).

Em (34), a jornalista Caroline Apple trilha o caminho da autorresponsabilidade nos relacionamentos e escreve para a coluna *Amor e relacionamentos* da revista CLAUDIA sobre *Como deixar de ter o 'dedo podre'*. A autora escreve para mulheres que tantas vezes escolhem o parceiro de forma errada e acabam entrando em relacionamentos abusivos. Esse discurso imperativo, mesmo que sutil, reforçado pelo uso do *você* genérico, cria um diálogo com suas leitoras. De forma direta e descontraída, a colunista cria seus argumentos sutilmente persuasivos e reforça a importância de refletir sobre relacionamento e bem-estar. A alternância entre as formas *te/você,* em (34), considerada como "erro" pela GT, comprova essa competição entre as formas na representação da segunda pessoa. Quando se verifica essa mistura de tratamento (na visão da GT), a interpretação semântica para a forma *você* é inegavelmente de segunda pessoa embora a desinência de terceira pessoa esteja presente nos verbos correlatos, reafirmando o uso dessa forma como pronome pessoal.

É importante ressaltar que, em (35), a colunista apresenta o argumento contra relacionamentos abusivos e inicia a reflexão dizendo que a parte mais triste de ter o "dedo podre" na hora de escolher um parceiro é acreditar que isso é uma sina quando não passa de um padrão de comportamento. Nesse sentido, a colunista faz as suas leitoras perceberem que a vida nos traz muitas opções e que é preciso fazer boas escolhas. Nesse entrelaço argumentativo, Caroline Apple, ao recorrer a segunda pessoa, mistura em um mesmo parágrafo a forma *você* na posição de sujeito e o clítico *te* para a função de complemento. Esse uso é, para Lopes (2011), uma variação pronominal e representa mudanças em curso na língua.

Duarte (2003) afirma que apesar do *você* ter se consolidado e ganhado espaço em relação ao *tu*, as formas relacionadas ao pronome primitivo *te* se mantiveram ao lado de formas alternativas relacionados ao *você*, tais como *lhe* e *a você*. Dessa maneira, o paradigma das formas pronominais estaria assim configurado: (*Você/tu)* em função nominativa, (te/lhe/você/Ø) em função acusativa, além de (te, lhe/a~para você) em função dativa.

Percebemos, pois, um uso que não condiz com o prescrito pela GT que assegura que quando sujeito de segunda pessoa é representado pela forma *você* as formas que se associam a esse seria: *o, a, se, si, lhe.*

No caso do *você* utilizado em (35) pela colunista Juliana Borges, para argumentar que autores negros devem ser valorizados e discutir sobre o preconceito presente em editoras, é ainda mais genérico quando o seu referente representa ou sociedade inteira, ou toda a humanidade, ainda racista e, portanto, muito quieta quando o assunto é racismo. Ela não direciona esse referente aos interlocutores, mas culpabiliza a todos a partir dele.

Na seção seguinte serão expostos os dados relativos à influência exercida pela variável sexo do informante na escolha da segunda pessoa do singular.

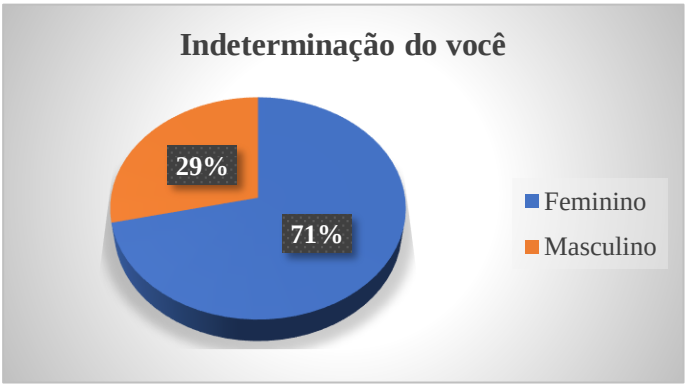
6.1.3.1 A variável sexo do informante como influência na escolha da SPS em sua forma não prototípica

Pesquisas como as de Moreira (2006) apontam o *você* como estratégia de indeterminação mais recorrente na língua falada e mais restrita em ambientes de escrita, porém os gráficos confirmam que essa foi uma estratégia bastante utilizada nos dados deste estudo, especialmente no gênero artigo, sendo esse uso mais recorrente quando o informante é do sexo feminino, como demonstram os gráficos (03) e (04).

Gráfico 3: A indeterminação da SPS no gênero entrevista

Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 4: A indeterminação da SPS no gênero artigo de opinião



Fonte: Elaborado pela autora

Os resultados expostos nos gráficos (03) e (04) representam o somatório de ocorrências do *você* em ambas as revistas que fazem parte do recorte deste estudo: CLAUDIA e VEJA. Vale destacar que, no gênero artigo, apenas duas ocorrências de *você* com referente definido foram registradas, uma com informante do sexo feminino e outra do sexo masculino.

Ao focalizarmos as ocorrências indeterminadas, em ambos os gêneros, a variável sexo do informante teve grande relevância, mostrando uma tendência para o uso dessa estratégia de forma mais abundante pelas informantes do sexo feminino. Na revista CLAUDIA não dá para separarmos usos por essa variável, já que todos os artigos foram escritos por colunistas do sexo feminino, mas é possível perceber um uso mais expressivo nessa revista do *você* indeterminado, provavelmente em consequência desse padrão.

Vemos que, no artigo, o uso do *você* com referente genérico foi ainda mais expresso que no gênero entrevista. Isso se explica também pela estrutura dos gêneros. É possível nas entrevistas, gênero constituído de discurso direto, ocorrer a interlocução entre entrevistado(a) e entrevistador(a). Para isso, faz-se necessário recorrer a uma forma de segunda pessoa para se referir a quem se fala. Já no artigo, como esse processo de interlocução direta não ocorre, os usos se dão, em sua maioria, de maneira genérica.

6.1.4 A terceira pessoa e seus casos de indeterminação

Observamos o comportamento da terceira pessoa e identificamos dois padrões. Uso da terceira pessoa do plural nula, sem referente próximo, como no exemplo (a), e o uso da terceira pessoa do plural de forma expressa, porém com referente genérico, como em (b) e (c). Observemos esses usos: a) *Na época em que o Scooby namorou a Anitta,* ***disseram*** *que ficou enciumada. É verdade? (*Entrevista de VEJA, jul/2022); b) "***Eles*** *não têm muito pelo que lutar e eu desconfio dos que conquistam as coisas sem luta" (*Entrevista de CLAUDIA, abr/2022)

e c) "*Todos **eles** sabem que eu nunca me coloquei como candidato*". (Entrevista de VEJA, set/2021).

Em (a) temos o uso da terceira pessoa do plural com referente indefinido, tal qual prescreve a GT, pois, além de não ser possível atribuir nenhum referente ao verbo a partir do contexto, ainda fica nítida a intenção em não revelar a identidade do sujeito da ação verbal, pois isso entregaria a fonte da fofoca sobre a vida de Luana Piovani, celebridade entrevistada nesse contexto.

Já em (b) e (c) temos usos genéricos do *eles* expresso. Antecedente a (b) temos a oração: "O homem ser mais forte, poder mais que a mulher, é uma coisa transferida a ele pela sociedade. E, muitas vezes, isso o faz mais fraco". Assim, ao ampliar o olhar para o que antecede b), temos uma melhor compreensão do seu referente que seria igual a *o homem*, SN genérico que representa todos os membros do sexo masculino da raça humana.

Em (c), o apresentador de TV Luciano Huck utiliza o "*Todos eles sabem*" para responder a seguinte pergunta de VEJA (2022): "*De Armínio Fraga ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o senhor promoveu debates com cabeças pensantes da política e administração, e levou muitos a acreditar que seria candidato de fato. Não teve medo de frustrar tanta gente?* A partir do dado exposto é possível aferirmos como referente do *eles*, todas as pessoas envolvidas na fala do entrevistador e representada pelos termos *muitos e muita gente.* Portanto, o seu referente é genérico e indefinido.

Souza (2017), ao estudar o pronome *eles* em sua forma plena como estratégia de indeterminação, pode constatar que 74% das ocorrências de TPP já ocorria em sua forma plena. Isso confirma a tendência de preenchimento do sujeito proposta por Duarte (1993), que defende que o PB cada vez mais opta pelo uso preenchido do sujeito a partir de formas pronominais.

Dado relevante em nossos estudos e que também foi observado em Souza (2017) é que o *eles* pleno ainda favorece o referente definido. Nas entrevistas, quando expresso foi possível registrar 9 usos determinados e 7 indeterminados, margem bem aproximada. Já quando o pronome nulo de TPP foi registrado, obtivemos 10 usos indeterminados e 5 determinados, confirmando a tendência de que, quando apagada a TPP, tende para a indeterminação.

Souza (2007) elegeu como variável importante para a análise do grau de referência do pronome de terceira pessoa o *tipo de referência do SN antecedente*. Assim, o fator *indeterminação* foi refinado em quatro subclasses, a saber: *genérico, coletivo, locativo e indefinido*. Desse modo, a autora propõe uma hierarquia de preferências em seus dois *corpora*, com comportamentos parecidos do pronome de TPP.

Nos *corpora* nomeados como VN (Belo Horizonte periferia), Souza (2007) ordena assim as preferências: locativo, coletivo, genérico e indefinido**.** Já nos *corpora* BH (Belo Horizonte central) temos a seguinte ordem de preferências: locativo, genérico, coletivo, indefinido. Os resultados do estudo permitem concluir que a posição do 'eles', que retoma um SN com referência genérica, fica mais à direita e a classe dos genéricos precede imediatamente a dos indefinidos.

A forma da terceira pessoa no singular com referente indefinido ocorre nos dados, porém em pequena proporção. Consideramos aqui como indeterminadas todas as formas de terceira pessoa que se apresentam sem referentes ou que se referem a um SN precedente e indefinido. É nessas circunstâncias que se apresentam os usos indefinidos dessa categoria no singular, a exemplo de: d) ***A menina*** *que recebe educação sabe que o direito dela não termina no voto, mas que* ***ela*** *deve cobrar sua vereadora, deputada ou prefeita.* Em (d), temos um referente localizável fisicamente, mas não identificável semanticamente, pois a expressão *A menina que recebe educação* compreende qualquer menina que recebe educação, portanto, está indefinido e essa indefinição passa para o pronome que o retoma.

Alves (1998) assume que parece ser possível caracterizar a interpretação do chamado sujeito indeterminado através do traço [±específico], podendo-se assim dizer que o sujeito indeterminado é [-específico], isto é, não é possível identificar seu referente no âmbito do período, mesmo que esteja explícito na oração. Além desse traço apresentado por Alves (1998), é preciso atentarmos para a proposta de Gryner e Omena (2003) que discutem que diversos rótulos estão associados à noção de indeterminação, como os traços: [±indeterminado], [±genérico], [±plural], [±coletivo], [± humano], [±indefinido], [±referencial], [±específico].

Sobre a estratégia de indeterminar o agente a partir da TPP, Neves (2000, p. 464) ressalta que esta é "a forma pronominal mais citada quanto à propriedade de fazer referenciação genérica", porém a indeterminação da TPP é "parcial, já que ela só abrange o universo das terceiras pessoas, ficando excluídas as outras pessoas do discurso". A autora acrescenta que é comum o apagamento do pronome sujeito.

Além dela, estudos como os de Micheletti e Franchetti (1996) classificaram as ocorrências de terceira pessoa encontradas em sua amostra em três graus de indeterminação: *(1) indeterminação com pistas referenciais no texto; (2) indeterminação com pistas referenciais imersas no contexto; e (3) ausência de pistas.* Assim, há uma diferença, segundo as autoras, no referente de um pronome de terceira pessoa que retoma: a) Um SN antecedente

definido, (b') SNs locativos/coletivos/genéricos e (c') os pronomes indefinidos propriamente ditos e todos esses fatores interferem na indefinitude do sujeito pronominal.

Nas 12 entrevistas da revista VEJA, só foi registrado 1 uso do pronome de terceira pessoa do singular com sentido genérico, todos os demais tinham referência conhecida dentro do contexto. Vejamos a seguir:

> (36) Havia uma situação em que um homem batia **numa mulher**, mas **ela** não era agredida por machismo, e sim por ser bandida. Hoje, isso já teria outra conotação. (VEJA, out/2021).

O *ela* expresso no dado (36) refere-se ao SN "*Uma mulher"*, SN esse que também aciona uma interpretação indefinida. Assim, o informante não tem interesse em especificar esse sujeito. Quando diz "*Ela não era agredida por machismo"*, o referente desse **ela** é uma mulher não especificada, uma personagem que o informante não desejou expor o nome, e que fez parte de uma cena em uma novela da qual está se falando na entrevista. Apesar da referência poder ser parcialmente acessada por quem tenha assistido a novela *A próxima vítima* (1995), no trecho selecionado não há a intenção de a tornar identificável.

Na revista CLAUDIA, das 12 entrevistas analisadas, 1 apresentou usos do *ela* indeterminado, como podemos observar abaixo:

> (37) **A menina que recebe educação** sabe que o direito dela não termina no voto, mas que **ela** deve cobrar sua vereadora, deputada ou prefeita. E que **ela** também poderá chegar nesses cargos. (CLAUDIA, set/2022).

Em (37), Joyce Trindade fala da importância do acesso à educação para a emancipação feminina e o desenvolvimento da sociedade como um todo. Os dois usos do pronome *ela* nas orações acima têm referência genérica ao abranger todas as meninas que estudam e têm conhecimento crítico sobre os problemas sociais, ou seja, muitas: *Ela* corresponde a qualquer menina que recebe educação, há, portanto, uma generalidade no sujeito que antecede o *ela* anafórico e essa generalidade é também estendida ao pronome de terceira pessoa.

Quanto ao pronome de TPP (eles e elas), foram registradas 4 ocorrências de *eles* expresso indeterminado e 10 ocorrências em sua forma nula, comprovando o que Neves (2000) expõe sobre uma maior tendência de apagamento da terceira pessoa quando o seu referente é indefinido ou genérico. Em relação ao plural feminino, foram registrados 4 usos expressos indeterminados e dois usos nulos indeterminados. Vejamos a tabela 15, a seguir, para melhor visualização dos dados:

Tabela 15*:* A terceira pessoa do plural no gênero entrevista da revista VEJA

Eles				**Elas**			
Expresso		Nulo		Expresso		Nulo	
Dt.	Ind.	Dt.	Ind	Dt.	Ind.	Dt.	Ind.
18	4	4	10	3	4	2	2
38,30%	8,51%	8,51%	21,28%	6,38%	8,51%	4,26%	4,26%

Fonte: Elaborado pela autora

Vejamos alguns exemplos da terceira pessoa indeterminada:

(38) É preciso baixar o custo e revalorizar a política. Sabe onde os jovens idealistas foram parar? No Judiciário, no Ministério Público, na Polícia Federal. E muitas vezes **eles** querem mudar o mundo a partir de lá. (VEJA, abr/2020).

(39) O pessoal do streaming raciocina assim: se conseguirmos fazer um produto folhetinesco interessante e que faça sucesso global, será uma mina de ouro. **Eles** vão fazer e farão bem. (VEJA, set/2021).

Em (38), temos um referente genérico para o pronome *eles*. Isto é, *jovens idealistas*. Este referente é amplo, uma vez que pode existir um grande grupo de jovens idealistas, não sendo possível mensurar qual a quantidade ou quem são, desse modo, o grupo de jovens é delimitado e indeterminado/genérico. Portanto, nos ancorando na classificação de Souza (2007), em (38) temos um SN antecedente genérico e determinado, uma vez que esse termo define não o 'agente', e sim um conjunto de indivíduos que representa uma classe inteira de indivíduos. É possível a partir de (38) compreender a diferença entre indefinição e indeterminação. Vale destaca que, uma palavra indefinida nem sempre será **indeterminada**, já que ser **indefinido** significa ser não particularizado, não-restrito, e ser **indeterminado** significa ter uma extensão não determinada ou fixa". (Neves, 2000, p. 533).

O referente em (39) é coletivo, já que para o *eles* temos o referente: *o pessoal do streaming*. Ou seja, quem trabalha com a produção de séries para plataformas digitais. Portanto, muitas pessoas e muitas plataformas concorrentes. Assim, não há uma precisão quanto a esse referente. É possível percebermos que o *eles* está no plural, retomando um SN no singular, mas com sentido de plural. Nesse caso, o SN *o pessoal do streaming* representa um grupo de indivíduos, isto é, um conjunto expresso como um todo, diferente de um SN genérico, que representa uma classe inteira.

Câmera Jr. (1981, p.302 apud Souza, 2007, p.64) afirmam que "uma palavra é genérica (ou que tem um sentido genérico) quando serve para nomear uma classe natural de seres e objetos de cada um dos quais, tomado separadamente, recebe uma denominação particular". O autor exemplifica com o termo "peixe" que seria um termo genérico para representar o lambari, a traíra, etc.

Assim como em Souza (2007), para distinguir um SN genérico de um SN coletivo adotaremos os critérios seguintes: os nomes genéricos aceitam plurais enquanto os coletivos não aceitam. Pelos nossos exemplos, vemos que em (38) poderia ter ocorrido as seguintes construções: a) "*Onde o jovem idealista foi parar"*, ou como de fato foi dito *b) Onde os jovens idealistas foram parar".* Vemos, portanto, a possibilidade e uso no singular ou no plural. Já em (39) o termo *O pessoal* não aceita plural, configurando-se, pois, como *coletivo.*

O caso a seguir, entretanto, representa o maior grau de indefinição da TPP, inclusive prescrito pela GT. A estratégia de indeterminação a partir da TPP em sua forma nula (desinencial) remete a um referente inacessível. Essa estratégia foi contabilizada no presente trabalho, apesar de não representar o foco nesse estudo:

(40) Fui a primeira prefeita de Caruaru em 160 anos de história e pesava sobre mim muita desconfiança. Ø **Insistiam** em me colocar à sombra do meu pai, do meu marido, como se eu fosse um mero fantoche. (VEJA, nov/2022).

Em "*Insistiam em me colocar à sombra do meu pai",* Raquel Lira, governadora do Pernambuco, fala sobre a sua posição de mulher na política e as dificuldades que precisa enfrentar nesse contexto. Ela não atribui a nenhuma pessoa essa acusação de colocá-la à sombra do pai, apenas expõe que em algum momento, algum indivíduo ou grupo social realizou essa atitude machista.

Abaixo, vejamos alguns outros usos e estratégias indeterminadas:

(41) Fiquei meio perdido após o "corta", até que **a equipe** veio me abraçar, **fizeram** discursos e eu não consegui falar nada, pois estava chorando. (VEJA, mar/2020).

(42) Queremos criar linhas de crédito para **pequenas empresas, para empresários que precisem de 30 000, 50 000 ou 80 000 reais**. **Eles** não têm acesso a capital de giro, e isso será muito relevante para manter esses pequenos empreendimentos (VEJA, maio/202).

Em (41), temos a voz do ator Daniel Craig em entrevista a VEJA. Ao falar de seu personagem James Bond do filme 007, o ator conta como foi seu último set de filmagem e narra toda a sequência de acontecimentos da cena reproduzida. Ao falar sobre seus sentimentos, afirma ter ficado perdido após o sinal de encerramento da cena e utiliza o verbo fazer na terceira pessoa do plural ((*fizeram)* com referente explícito sintaticamente em contexto: *a equipe*. Entretanto, semanticamente, trata-se de um SN genérico que agrupa muitas pessoas não especificadas. É importante atentarmos para a concordância realizada pelo autor. Na primeira oração a concordância se realizou com a forma (a equipe realizou), enquanto no trecho "**fizeram** discursos", a concordância se realizou pelo sentindo de plural apresentado no SN antecedente (*a equipe)*. Desse modo, nos termos de Bechara, ocorreu a "concordância de palavra para sentido (referência).

A interpretação do referente em (42) também se enquadra no caso genérico, uma vez que empresários/ pequenas empresas representam um grupo de pessoas bem extenso e não específico. Delimitado pela oração adjetiva restritiva, refere-se à totalidade dos empresários "**que precisem de 30 000, 50 000 ou 80 000 reais",** portanto, o grupo está bem definido, apesar de genérico, uma vez que não são especificados um a um desse grupo. Nesse contexto, o pronome anafórico *ele* faz remissão a um referente com valor genérico e, portanto, também carrega esse traço de generalidade.

Abaixo, seguem percentuais da TPP no gênero entrevista da revista VEJA. Na Tabela 16 é possível depreender que houve uma preferência no uso do *eles* nulo e indeterminado. Já em relação ao *elas* o seu uso ocorreu com maior frequência com referente conhecido.

Tabela 16: A terceira pessoa do plural no gênero entrevista da revista CLAUDIA

Pronome	**Eles**				**Elas**			
Forma	Expresso		Não expresso		Expresso		Não expresso	
Entrevista	Dt	Ind	Dt	Ind	Dt	Ind	Dt	Ind
Totais	9	7	5	10	15	8	4	7
Percentuais	13,85%	10,77%	7,69%	15,38%	23,08%	12,31%	6,15%	10,77%

Fonte: Elaborado pela autora

Em sua forma expressa, a terceira pessoa (*eles)* ocorreu com mais frequência com referente conhecido; em sua forma nula (ou marcada na desinência verbal) com referente desconhecido. Vejamos alguns usos:

(43) Eu acho bom os homens quererem ser feministas. Ø **Precisam** entender, contudo que, se Ø **quiserem** trabalhar com organizações de mulheres, Ø **terão** que aceitar as condições impostas por elas. Não é função das mulheres ensinar sobre feminismo, aliás, é um desperdício de tempo e energia. **Eles** que precisam procurar se informar. (Claudia, mar/2021).

(44) Uma vez, estava no ônibus da turnê, indo de uma cidade para outra, e pedi para parar e comprar uns quitutes, tipo maria-mole, bananada. Comentei que aqueles doces me lembravam de quando eu andava de trem, na infância e adolescência. Ouvi que aquilo não combinava comigo. A imagem que Ø **tinham** de mim não era verdadeira, e eu me calava. Ø Não **conseguiam** imaginar que eu era suburbana, interiorana. **Eles** me viam como uma rainha intocável. (Claudia 09).

O referente genérico dos sujeitos desinenciais presentes nos verbos "*precisam", "quiserem" e "terão"* do exemplo (43) é o SN *Os homens*, que aparece antecedente ao verbo. É genérico, pois representa um grupo grande e não identificável de pessoas do sexo masculino. Esses verbos estão co-referentes ao sujeito antecedente e apresentam certa indefinição. Já o *eles* expresso nesse mesmo exemplo também tem como referente o SN *Os homens*, só que agora recupera esse referente genérico de forma expressa. A generalidade do SN antecedente também é transferida a esse pronome em sua forma expressa. Vejamos que, ao se tratar de terceira pessoa, o falante claramente não está incluído no referente.

Em (44), os sujeitos desinenciais em *tinham* e *conseguiam* parecem ter grande generalidade ao transmitir a ideia de que todos ou a maioria das pessoas não conseguiam enxergar a Xuxa em sua essência, conforme visão da apresentadora, uma vez que não é possível acessar morfologicamente nenhum referente no contexto. Portanto, o pronome *eles* ocorre, nessa oração, com referente genérico e indefinido.

Na Tabela 15 é possível observar que o *elas* indeterminado apresenta índice maior que o *eles* indeterminado. Isso não significa que o seu uso é mais expressivo em todos os contextos, mas as entrevistas analisadas são de um periódico voltado para o público feminino, com entrevistadas e entrevistadoras, tratando de assuntos que interessam a esse público, ratificando os resultados obtidos nos estudos de Duarte (1995) e Micheletti e Franchetti (1996), de que o *eles* é forma preferida como estratégia de indeterminação para a 3ª pessoa. Apesar de a tradição indicar especialmente a 3ª pessoa com sujeito nulo ou desinencial como forma de indeterminação, percebemos que ocorre nos dados em ambas as formas – explícito e nulo - com essa função indeterminadora. Além disso, o *elas* também foi recurso escolhido para essa finalidade.

Nos 12 artigos analisados da revista VEJA, foi encontrada apenas 1 ocorrência de TPS com referente indeterminado. Vejamos abaixo:

(45) “Tudo bem ser lésbica, mas precisa se vestir como homem?”. Querem fiscalizar até o jeito de alguém se trajar? “**Ela** está masculinizada demais.” “Tá igual motorista de caminhão.” A lésbica é sempre associada a estereótipos masculinos. É uma falta de realidade absoluta. (VEJA, jul/2020).

Ao argumentar a respeito da forma preconceituosa como a lésbica é vista e associar essa visão a uma homofobia cotidiana, Walcyr Carrasco lança mão das aspas para colocar isolado o que seria uma fala preconceituosa que poderia ser dita por qualquer pessoa que pense dessa forma. Assim, de maneira genérica e abrangente, o referente do pronome *ela* é qualquer mulher que fuja dos padrões sociais associados à figura feminina, especialmente, no estilo de roupa escolhido.

Em VEJA, o uso da TPP também foi bastante concorrido com outras formas no gênero artigo. Os percentuais que se seguem se referem apenas à concorrência das formas de 3ª pessoa do plural:

Tabela 17: A terceira pessoa do singular no gênero artigo de opinião da revista VEJA

	Ele				Ela			
	Expresso		Não expresso		Expresso		Não expresso	
	Dt	Ind	Dt	Ind	Dt	Ind	Dt	Ind
Totais	3	3	1	0	1	2	1	5
Percentuais	18,75%	18,75%	6,25%	0,00%	6,25%	18,70%	6,25%	31,25%

Fonte: Elaborado pela autora

Como ilustrado na Tabela 17, os usos com função determinadora não estão em destaque, primeiro por não serem objetivo deste estudo, e também por não representarem nenhuma novidade, já que o pronome de terceira pessoa é essencialmente anafórico. Por conseguinte, vamos expor abaixo algumas ocorrências de sujeito indeterminado:

(46) É dificílimo fazer o que ele e outros estudiosos do tema sugerem. Contudo, é exatamente assim que agem os mais resilientes. Basta ver os jovens que se casaram em plena pandemia ou em plena guerra na Ucrânia. Também são vários os exemplos de pais e mães que perdem filhos para doenças ou violência e transformam a dor em combustível

> para promover iniciativas que ajudam comunidades de vítimas de tragédias semelhantes. E o fazem independentemente das condições da própria vida. Ricos ou pobres, **esses indivíduos** dão ao infortúnio o significado de oportunidade em vez de marcá-lo com o símbolo da amargura. Mas **eles** não nascem assim. Descobriu-se, felizmente, que a resiliência não é inata. É possível construí-la ao longo dos anos ou aprendê-la rapidamente, se preciso (VEJA, mar/2022).

(47) Também existem pessoas que são pura alegria de viver. Tudo para **elas** é bom, agradável. Mesmo diante de tragédias, fazem de tudo para superar. Pessoalmente são deliciosas de conviver. Obviamente, a vida sorri para elas**.** E, se não sorri, **elas** partem para outra. (VEJA, jan/2022).

Em (46), a colunista Cilene Pereira apresenta ao leitor a importância da resiliência em um mundo assombrado por guerra e pandemia e argumenta sobre *indivíduos* que fazem a diferença nesse cenário. Vejamos que, nesse dado, o pronome *eles* tem como referente o SN *esses indivíduos,* SN esse que é caracterizado como genérico, uma vez que representa não um *agente*, mas um grupo genérico de pessoas.

Elas, em (47), tem como referente: *As pessoas que são pura alegria de viver*. Especifica um grupo de pessoas - não é qualquer pessoa, apenas as que são pura alegria de viver, ainda assim esse referente é distante e inacessível. Pode ser qualquer pessoa que encare a vida com essa perspectiva alegre e feliz, apesar das dificuldades, por isso, temos aqui um referente também genérico. Nos artigos da revista Claudia, ocorrem alguns usos da terceira pessoa do singular como indeterminadora, como demonstra a Tabela 18:

Tabela 18: A TPS no gênero artigo de opinião: revista CLAUDIA

CLAUDIA	Ele				Ela			
	Expresso		Não expresso		Expresso		Não expresso	
	Dt	Ind	Dt	Ind	Dt	Ind	Dt	Ind
Total	1	2	1	0	23	4	12	0
Percentuais	2,33%	4,65%	2,33%	0%	53,49%	9,3%	27,91%	0%

Fonte: Elaborado pela autora

Com base nos dados evidenciados na tabela acima, identificamos duas ocorrências com o pronome *ele* expresso e indeterminado, zero ocorrências para o *ele* nulo e 4 para o *ela* expresso. Vejamos a seguir:

(48) Isso nos faz refletir sobre a responsabilidade do **empregador,** que tem a oportunidade de realmente fazer a diferença na vida de seus

colaboradores. Não é apenas um ganho para a empresa, mas uma questão de empatia, visto que **ele** pode ser, naquele momento, a única fonte de auxílio de alguém do time. (CLAUDIA, mar/2021);

(49) Conhecido como salário sob demanda, o benefício citado acima, com casos muito impressionantes, pode contribuir para a segurança financeira do **colaborador,** apresentar uma alternativa ao endividamento e também facilitar a organização pessoal de cada um – inclusive caso **ele** opte por não movimentar esse salário, se não houver necessidade ou vontade. (CLAUDIA, mar/2021);

(50) Nessas circunstâncias, **a mulher**, seja **ela** vítima, advogada, defensora pública, testemunha ou qualquer autoridade do sistema de justiça, Ø **é colocada** em situação de inferioridade, desqualificada, menosprezada e sujeita à invisibilidade. (CLAUDIA, jan/2021);

(51) Esse tipo de violência ocorre quando **a mulher** procura a Justiça e enfrenta obstáculos como omissão, ação, imperícia ou demora por parte das instituições públicas ou privadas prestadoras de serviços. **Ela** tem seus direitos lesionados em momentos nos quais deveria ser tratada com humanidade, atenção e respeito." (CLAUDIA, jan/2021).

O empregador é o referente localizável, porém genérico para o pronome **ele** do exemplo (48). Ao falar sobre a saúde financeira dos empregados e como isso pode impactar na qualidade do resultado do colaborador, a colunista Natalia Lima faz uma reflexão acerca dos benefícios oferecidos pelas empresas e o bem-estar e motivação de seus colaboradores. Assim, *ele* tem como referente *qualquer empregador* que agir da maneira que se indica no artigo. Já em (49), o referente é *colaborador*, e também apresenta caráter *genérico,* uma vez que não estamos falando de um colaborador específico, mas de uma categoria de pessoas.

O Pronome *ela* empregado no dado (50) apresenta como referente *a mulher*, SN genérico representativo de uma categoria de pessoas. Assim, o SN não representa um indivíduo dentro de um grupo, mas representa o próprio grupo de maneira genérica e indefinida, sem permitir fazermos a localização exata de uma pessoa como referente, porque no referente identificamos várias pessoas de maneira não específica. Portanto, o referente *a mulher* do dado em questão representa *qualquer mulher* que está sujeita a sofrer violência institucional de gênero, assunto tratado na coluna analisada.

Em (51), ao se referir ao SN *A mulher*, cria-se uma generalidade para essa categoria, sendo possível interpretarmos que no referente deste *ela* está incluída qualquer mulher que sofra algum tipo de violência de gênero e precise procurar a justiça. Portanto, a colunista opta em construir um discurso genérico e aplicável a todas, a fim de desenvolver uma consciência coletiva sobre o assunto e alertar sobre a urgência do tema.

A terceira pessoa do singular também pode ser considerada uma estratégia possível para indeterminação do sujeito, embora menos comum e, segundo Neves (2000, p. 464), "de registro mais popular". Ela exemplifica essa possibilidade com o seguinte excerto: *Lá tira título de eleitor, documento (HO).* Nos nossos dados, não foi registrado uso dessa estratégia, provavelmente por se tratar de dados de língua escrita.

Na seção seguinte, discorreremos sobre o uso do *se* como estratégia de indeterminação a partir de duas possibilidades identificadas: uso do *se indeterminador* – estratégia reconhecida pela gramática – e uso do *se* apassivador – mas que carrega em si certo grau de indefinição – caso considerado em competição com o *se* indeterminador.

6.1.5 As construções com o se

O *se* indeterminador é uma estratégia prescrita pela GT, por essa razão esperávamos encontrar percentual significativo dessa estratégia nos dados analisados, por terem sido extraídos de textos escritos que apresentam maior grau de monitoramento e, portanto, acreditamos sofrerem maior influência da norma prescrita na escola. Entretanto, contabilizados os casos de *se,* foram registrados comportamentos variados com a finalidade de indeterminar o sujeito da ação verbal: o *se* enquanto índice de indeterminação do sujeito ocorreu apenas em 1 dado nas entrevistas, e do *se* apassivador foram registradas 15 ocorrências, interpretadas aqui como estratégia indeterminadora. Em comparação ao *se* indeterminador, o apassivador teve frequência de uso mais significativa, mas não teve percentual tão alto em relação às demais estratégias apresentadas nesse estudo.

Vale salientar que, dentre os usos contabilizados, o *se* apassivador foi mais frequente que o *se* indeterminador, no gênero entrevista, indicando mudança em curso na língua. O quantitativo registrado demonstrou que a estratégia do *se* como índice de indeterminação do sujeito, mesmo em ambientes de escrita, vem perdendo espaço. Observemos os dados expostos na tabela abaixo em relação às ocorrências do *se* no gênero entrevista.

Tabela 19: Ocorrências do *se* no gênero entrevista

Entrevistas	**Se indeterminador**	**Se apassivador**
Totais	1	18
Total VEJA	1	13
Total CLAUDIA	0	5

Fonte: Elaborada pela autora

É possível percebemos na Tabela 19 que o *se* apassivador foi bem produtivo no gênero entrevista, enquanto o *se* como índice de indeterminação do sujeito ocorreu com baixa frequência. É importante destacar que o *se* indeterminador só foi registrado em uma das entrevistas da revista VEJA, considerada por nós como periódico mais formal e que preserva, portanto, uso da linguagem mais polida; esperávamos maior frequência de uso dessa estratégia. Entretanto, foram registrados também cinco usos do *se* apassivador com interpretação semântica de indeterminação do sujeito.

Vejamos uso do *se* como índice de indeterminação do sujeito a partir de dados do gênero entrevista:

(52) Não me chateiam as críticas ao passado de James Bond, pelo contrário: que bom que **se** fale sobre elas agora. (VEJA, mar/2020).

Em (52), temos um uso do *se* indeterminador. Se observarmos o verbo "*fale"* é um verbo intransitivo. Assim, temos uma construção de *se* acompanhado de verbo intransitivo, na qual o *se* exerce função de índice de indeterminação do sujeito, contribuindo para a construção de uma oração genérica, na qual não se especifica quem está realizando a ação de falar sobre as críticas ao passado de James Bond.

O *se* apassivador também se apresenta como alternativa ao falante quando esse não deseja especificar o sujeito agente. Vejamos alguns usos retirados do gênero entrevista.

(53) Esperava-**se** por uma reação mais vigorosa do Supremo nos casos da Lava-Jato, como se esboçou no mensalão. (VEJA, abr/2020).

(54) Comenta-**se** que seu salário, assim como ocorria com Faustão, é hoje o maior da TV, na casa de 3,5 milhões de reais por mês. (VEJA, set/2021).

(55) Após análise, concluiu-**se** que era suportada essa violência porque era funcional para a organização do trabalho doméstico, era uma forma de manter a disciplina. (CLAUDIA, mar/2021).

(56) O mundo todo agora está vendo o que há muito tempo se faz na Amazônia. (CLAUDIA, set/2020).

Os dados (53) à (56) apresentam uso do *se* apassivador. Esse tipo de uso se dá quando a partícula *se* acompanha verbo transitivo direto e serve para indicar que a oração está na voz passiva sintética. A GT faz a divisão entre os usos indeterminados e o uso do *se* apassivador,

entretanto, neste estudo, decidimos, como mencionado anteriormente, que semanticamente, o *se* indeterminador e o *se* apassivador exercem a mesma função, que é a de construir um enunciado sem especificar o agente da ação verbal, gerando assim uma indefinição sobre quem recai a responsabilidade pelo ato praticado.

Em (53) podemos observar na fala de Luiz Roberto Barroso, Ministro do STF e entrevistado pela VEJA na ocasião, a ideia de que alguém esperava por uma reação mais rigorosa do Supremo nos casos da Lava-jato. Pelo contexto, depreende-se que o objetivo do ministro é deixar claro que a sociedade brasileira esperava esse comportamento do supremo. Desse modo, vemos um uso genérico que cria uma indefinitude em relação a pessoa que espera *isso*.

O uso do *se* no dado (54) acompanha o verbo *comentar*, classificado como VTD de acordo com os conceitos de transitividade verbal. A entrevistadora faz uso do *se* apassivador para construir a pergunta a Luciano Huck de maneira que expressa os rumores acerca do seu salário como apresentador de TV. Assim, também não há intensão de revelar a pessoa ou as pessoas responsáveis pelo comentário, criando-se dessa maneira uma indefinição do agente.

Já em (55), a filósofa e feminista Silvia Federici fala a revista CLAUDIA e responde à pergunta: "*Em Calibã e a Bruxa, você fala que as caças às bruxas continuam hoje e não só na perseguição de curandeiros e pessoas de certas religiões e culturas, mas também na perseguição de mulheres que representam a resistência. A violência contra a mulher é uma tentativa de manter o sistema inalterado?".* Ao responder a essa pergunta, a filósofa afirma que a violência contra a mulher é uma violência institucional e que bater em mulher não seria tão comum se o governo não tolerasse. Ela conclui a sua resposta afirmando o exposto no dado (55). Ao utilizar-se do verbo *concluiu-**se***, a entrevistada se descompromete da responsabilidade de atribuir essa culpa a alguém, utilizando, portanto, uma forma genérica de afirmar que a violência contra a mulher não é devidamente combatida como deveria.

O *se* exposto no dado (56) nos deixa a certeza de que algo seja feito na Amazônia de modo que não deveria, mas não sabemos ao certo quem pratica essas atitudes ilícitas. O *se* apassivador, além de utilizado em construções passivas transmitem essa indefinição do agente responsável pelo ato verbal.

No gênero artigo de opinião, percebemos comportamento diferente em relação ao uso do *se*. Nesse gênero, a frequência de uso do *se* indeterminador foi bem mais recorrente. O *se* apassivador também foi uma estratégia registrada, entretanto, a indeterminação pelo *se* se deu, na maioria dos casos, por meio do *se* como índice de indeterminação do sujeito. Essa maior ocorrência do *se* como indeterminador no gênero artigo de opinião pode se justificar em

virtude das características do gênero. Como apresentado na seção de metodologia desse estudo, esse gênero tem maior grau de formalidade e é mais representativo da norma tida como culta que o gênero entrevista, analisado anteriormente. Desse modo, este uso mais recorrente no artigo confirma o caráter mais formal e com estrutura mais rígida desse gênero discursivo. Vejamos abaixo os totais em cada periódico.

Tabela 20: Ocorrências do *se* no gênero artigo

Entrevistas	**Se indeterminador**	**Se apassivador**
Totais	24	7
Total VEJA	16	6
Total CLAUDIA	8	1

Fonte: Elaborada pela autora

Conforme é possível observar na Tabela 20, na revista CLAUDIA registraram-se menores ocorrências dos dois tipos de *se* analisado: tanto do *se* indeterminador, quanto do apassivador, pois fez uso de outras estratégias pronominais para indeterminar o sujeito, conforme mostramos em seções anteriores. Segue exemplo no qual o se é tomado como marca de indeterminação pela tradição.

(57) O então presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira, fez alguns movimentos, advertências, gestos, falou-**se** em impeachment de Bolsonaro naquele momento e o que aconteceu? (VEJA, out/2021).

No exemplo (57), o *se* é utilizado como parte de uma construção impessoal que indica que a ação não é atribuída a uma pessoa específica. A função específica do *se* nos dados acima, portanto, é indicar uma forma de generalização ou indeterminação do agente. Ou seja, o responsável pela ação verbal não é explicitado.

No exemplo acima, a colunista Cilene Pereira argumenta sobre a resiliência e a apresenta como habilidade emocional necessária na contemporaneidade. Ao utilizar o verbo descobrir, acompanhado do *se* indeterminador, expressa a ideia de que alguém descobriu que a complexidade do mundo pode ser prejudicial para o corpo e para a mente, entretanto, percebemos uma falta de clareza em relação ao referente da ação verbal. Afinal de contas, quem fez essa descoberta? A colunista não revela essa informação a partir do texto e nos faz

compreender que: ou não tem conhecimento de quais foram as pessoas que realizaram essa descoberta, ou ela não tem a pretensão de revelar as suas identidades.

Não só houve casos de indeterminação por meio do *se* como índice de indeterminação do sujeito, mas também com o *se* em construções apassivadoras exercendo a função de generalizar ou indefinir o referente, conforme observamos nos dados a seguir que têm interpretação de indeterminação, apesar de, na tradição, o se ser tido como partícula apassivadora:

(58) Descobriu-**se** que a dificuldade de lidar com a complexidade do mundo pode adoecer corpo e mente. (VEJA, mar/2022).

(59) Não é de **se** esperar que um belo dia, por ímpeto ou despretensão, você levante da cama, calce um par de tênis e complete de cara a sua primeira maratona. (CLAUDIA, jan/2022)

(60) O que planeja e como pretende fazer para mudar vai-**se** descobrir a partir deste domingo, 1º de janeiro. (VEJA, dez/2022).

(61) Mas não importa, o negócio é ir atrás do que **se** conhece no íntimo como manifestação de amor, que pode ser, pasmem, o desprezo, o abandono, a indiferença. (CLAUDIA, dez, 2022).

No dado (58), apresentado acima, observamos o uso do *se* como partícula apassivadora. Nesse contexto, a expressão "**descobriu-se**" introduz a construção na voz passiva, indicando que a descoberta foi feita, mas não especifica quem a realizou. Essa estrutura é comumente usada quando o agente da ação é desconhecido, irrelevante ou genérico. Portanto, deixa claro a generalidade sobre o ato de acreditar, assim, a função do *se,* nesse contexto, é indicar que a ação de acreditar ser um relacionamento não é atribuída a uma única pessoa ou pessoas específicas. A construção com *se* torna a frase mais impessoal, indicando que a crença nas expectativas do relacionamento não é algo que se atribui a uma pessoa em particular, mas generalizada, possivelmente referindo-se à sociedade em geral.

A mesma compreensão de generalidade pode ser inferida no uso do *se* em (59), uma vez que a ação de esperar, não é atribuída a uma pessoa especificamente, mas cria-se uma indefinição e, portanto, uma ampliação desse referente. Assim, essa informação apresentada transmite uma ideia geral de que não é comum ou esperado que alguém realize ações específicas sem planejamento, como levantar da cama e completar uma maratona de forma impulsiva.

O Colunista José Casado, em (60), argumenta sobre o cenário que se apresenta para o novo governo do Presidente Lula, após derrotar o então presidente Bolsonaro nas urnas. Discute as dificuldades que o governo enfrentará e o desafia a provar como irá cumprir o maior deles: fazer o Brasil vencer a fome. No dado apresentado, a expressão *vai-se descobrir* utiliza o *"se"* como pronome apassivador. O pronome apassivador é usado para indicar que a ação do verbo é realizada sobre o sujeito da oração. Neste caso, não apareceu o agente da ação de "descobrir".

Em (61), a função exercida pelo *se* é introduzir a ideia de que a ação de conhecer no íntimo como manifestação de amor é realizada pelo próprio sujeito ou pela pessoa que está buscando compreender. Assim, essa construção enfatiza a subjetividade da experiência, indicando que cada indivíduo pode considerar internamente o que entende como manifestação de amor, mesmo que isso inclua emoções como desprezo, abandono ou indiferença. Dessa forma, o *se* foi utilizado para construir esse enunciado que evidencia que a ação de conhecer está relacionada ao próprio sujeito, sem especificar um agente externo. A ênfase é a experiência subjetiva do indivíduo em relação ao que percebe como manifestação do amor. Criando, desse modo, um referente indefinido para o sujeito.

Percebemos, pois, que os usos do *se* já não ocorrem apenas tal qual descrevem as gramáticas normativas. É preciso observarmos seus usos a fim de compreendermos e refletirmos sobre a função exercida por esse termo em cada contexto linguístico. Pois, como afirma Bagno (2011), na atualidade a interpretação do *se* apassivador é de representar o sujeito indeterminado. O autor é categórico e afirma que uma nomenclatura que ainda utiliza conceitos como o *se* apassivador precisa ser urgentemente revista e abandonada, uma vez que comprovadamente, essa construção exerce a mesma função do *se* como partícula de indeterminação do sujeito.

6.1.5 Os diversos recursos de indeterminação observados e a concorrência entre eles

Considerando que "a indeterminação corresponde ao caráter de indiferenciação, falta de individualidade ou de especificidade de um termo, capaz de conferir ao enunciado um teor de imprecisão do ponto de vista do emissor"- (Tupiná, 1984, p. 63), podemos afirmar que se trata de um fenômeno que vem se transformando constantemente. Assim, vemos que há uma gama maior de estratégias de indeterminação do que as apresentadas pelas gramáticas tradicionais, conforme já considerava Cavalcante (1999).

A fim de melhor compreendermos como ocorreu esse processo de indeterminação nos dados analisados, as tabelas abaixo expõem as estratégias elegidas nos dados neste estudo. Vale destacar que deixamos de fora os sujeitos indeterminados representados por pronomes indefinidos, por não ser esse o foco do estudo.

É possível observar na Tabela 21, exposta abaixo, o número expressivo de ocorrências de *nós nulo* usado como estratégia de indeterminação preferida no gênero entrevista, seguida da estratégia *você*:

Tabela 21: As estratégias de indeterminação nas entrevistas

Estratégia	**Ocorrências**
Eu	1
Você	45
você nulo	2
nós expresso	17
nós nulo	223
a gente	23
eles expresso	11
eles nulo	20
elas expresso	12
elas nulo	9
ele expresso	0
ele nulo	0
ela expresso	1
ela nulo	0
Se indeterminador	1
Se apassivador	18
Total	**383**

Fonte: Elaborada pela autora

Forma não prototípica de indeterminação, muitas vezes tratadas pela gramática tradicional como estratégia utilizada em situações informais, tais como o *você*, o *nós* e o *a gente* superaram o uso do *se* nos dados analisados, mesmo em se tratando de língua escrita, dentro de um contexto de uso monitorado. A terceira pessoa do plural expressa também se realizou de maneira expressiva e considerável como estratégia de indeterminação nas entrevistas observadas.

Abaixo, vejamos a tabela resumitiva das estratégias de indeterminação na revista CLAUDIA e VEJA, separadamente, para observarmos se ocorre alguma mudança de padrão na escolha destas estratégias.

Tabela 22: As estratégias de indeterminação nas entrevistas: revista CLAUDIA

Estratégia	Ocorrências
Eu	1
Você	34
você nulo	1
nós expresso	13
nós nulo	136
a gente	16
eles expresso	7
eles nulo	10
elas expresso	8
elas nulo	7
ele expresso	0
ele nulo	0
ela expresso	0
ela nulo	0
Se indeterminador	0
Se apassivador	5
Total	**238**

Fonte: Elaborada pela autora

Vemos, na Tabela 22, acima exposta, que o comportamento observado na Tabela 21 se repete: O *nós nulo* é a estratégia de indeterminação preferida, seguida do *você* e da terceira pessoa do plural. É possível observar ainda a baixa frequência do *se* como estratégia de indeterminação.

Apesar do quantitativo do *a gente* ser bem baixo, se comparado às ocorrências do *nós* e até do *você,* ele já aparece como uma estratégia significativa nos dados.

Tabela 23: As estratégias de indeterminação nas entrevistas: revista VEJA

Estratégia	Ocorrências
Eu	0
Você	11
você nulo	1
nós expresso	4
nós nulo	87
a gente	7
eles expresso	4
eles nulo	10
elas expresso	4
elas nulo	2
ele expresso	0
ele nulo	0
ela expresso	1
ela nulo	0
Se indeterminador	1
Se apassivador	13
Total	**145**

Fonte: Elaborado pela autora

A Tabela 23 expõe os resultados encontrados nas revistas VEJA e nos mostra um comportamento que segue o mesmo padrão da CLAUDIA, entretanto com um quantitativo do pronome *se* apassivador mais representativo e um menor uso do *nós nulo* como estratégia de indeterminação.

Em CLAUDIA, o pronome de terceira pessoa do singular foi uma opção de estratégia de indeterminação, enquanto em VEJA esse uso não se realizou. Assim, percebemos um comportamento mais tradicional da revista VEJA nas escolhas das estratégias de indeterminação, embora use quase todos os mecanismos verificados em CLAUDIA. Passemos a observar como essas estratégias se realizam no gênero artigo de opinião.

Tabela 24: As estratégias de indeterminação em artigos de opinião

Estratégia	**Ocorrências**
Eu	0
Você	52
você nulo	4
nós expresso	19
nós nulo	113
a gente	18
eles expresso	9
eles nulo	1
elas expresso	12
elas nulo	7
ele expresso	5
ele nulo	0
ela expresso	6
ela nulo	0
Se indeterminador	24
Se apassivador	7
Total	**277**

Fonte: Elaborada pela autora

O *nós* nulo continua sendo a forma preferida de indeterminar o sujeito, mas merece destaque nos dados observados nos artigos o aumento expressivo pela escolha do *você* como estratégia de indeterminação. O uso do *a gente* teve proporções menores nesse gênero em relação às entrevistas, em consequência, possivelmente, ao seu maior grau de formalidade e estrutura textual mais rígida.

A fim de observarmos se ocorreu alguma mudança de comportamento nas estratégias de indeterminação em comparação entre um periódico e outro analisado, abaixo serão

expostas tabelas representativas das estratégias de indeterminação do gênero artigo em cada um desses periódicos.

Tabela 25: As estratégias de indeterminação em artigos de opinião na revista VEJA

Estratégia	**Ocorrências**
eu	0
você	21
você nulo	2
nós expresso	3
nós nulo	30
a gente	5
eles expresso	3
eles nulo	0
elas expresso	3
elas nulo	5
ele expresso	3
ele nulo	0
ela expresso	2
ela nulo	5
Se indeterminador	16
Se apassivador	6
Total	**104**

Fonte: Elaboradora pela autora

As estratégias campeãs na preferência no gênero artigo de opinião foram respectivamente: o *nós nulo,* o *você, e o se indeterminador.* Os dados comprovam, portanto, que o gênero artigo tende a uma maior formalidade, dando espaço para o uso do *se indeterminador*, ainda assim essa estratégia concorre igualmente com outras estratégias em uso como o *você*. Desse modo, é indiscutível o espaço das estratégias inovadoras no uso cada vez mais significativo e frequente, até mesmo em ambientes de alto monitoramento linguístico. Observemos se essa tendência se repetiu na revista CLAUDIA.

Tabela 25: As estratégias de indeterminação em artigos de opinião na revista CLAUDIA

Estratégia	**Ocorrências**
Eu	0
você	31
você nulo	2
nós expresso	16
nós nulo	83
a gente	13
eles expresso	6
eles nulo	1
elas expresso	9
elas nulo	2
ele expresso	2
ele nulo	2

ela expresso	4
ela nulo	0
Se indeterminador	8
Se apassivador	1
Total	**180**

Fonte: Elaborado pela autora

É notória a diferença nas preferências de estratégias de indeterminação de um periódico para outro analisado. Na revista CLAUDIA, de acordo com os dados apresentados na Tabela 26, temos alta frequência de uso do *nós nulo* como estratégia largamente preferida para indefinir o sujeito agente. Em segundo lugar, os colunistas optaram pelo uso do *você* indeterminador e as estratégias *nós expresso* e *a gente* seguem-se com frequências bem próximas.

Esses usos demonstram maior desprendimento da revista CLAUDIA com a linguagem formal. Outro fato que nos leva a essa conclusão é que os colunistas dessa revista também utilizaram em menor escala o pronome *se*.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, discutimos questões importantes sobre as estratégias de indeterminação do sujeito, disponíveis na tradição gramatical, e possibilidades de usos que existem e não são contemplados nos manuais de normas linguísticas; e quando são, se atribuem a esses usos o papel de informal ou até mesmo condenável.

A observação dessa tendência de variação nas formas de indeterminar o sujeito forneceu subsídios para compreendermos que apenas as estratégias prescritas nas gramáticas não conseguem abranger todas as possibilidades de uso em competição, seja na língua falada ou na língua escrita.

A nossa análise permitiu-nos observar que formas não previstas nas gramáticas, quais sejam: *a gente, nós (expresso ou nulo), eu, você, se apassivador, ele (a) (s), eles (a) (s), (expressos ou nulo)*, são estratégias naturais de indeterminação do sujeito, ocorrendo no dia a dia do informante, e seu uso se dá de maneira fluida.

Os resultados mostraram uma tendência pelo uso crescente de formas pronominais como estratégia de indeterminação. As estratégias pronominais preferidas foram: *nós* nulo e expresso e uso do *você*. Entretanto, embora ainda não ocorra de forma abundante em dados de escrita, o *a gente* já concorre com o *você*, tanto com referente conhecido, como para fazer referência indeterminada e genérica.

Pressupunha-se que, em dados de escrita, as estratégias preferidas para indeterminar o sujeito fossem as prescritas pelas gramáticas tidas como tradicionais, normalmente utilizadas em ambientes normatizadores como a escola. Os dados exibiram um uso expressivo do *se* indeterminador e a terceira pessoa do plural em sua forma nula e sem referente acessível, tal qual prescreve a GT, embora não tenham sido estratégias selecionadas em primeiro momento pelo interlocutor.

Verificamos, entretanto, que os pronomes *nós e você* foram largamente utilizados, nos gêneros estudados, para indeterminar o sujeito da ação verbal. Conforme foi possível observar nas tabelas apresentadas anteriormente, a primeira pessoa do singular teve presença tímida nos dados como estratégia de indeterminação, e quando ocorreu se deu de maneira genérica, geralmente representando a fala de outro que não é definido no contexto, ou representando a fala de um grupo genérico de pessoas.

Em relação à primeira pessoa do plural, essa apresentou usos expressivos tanto na revista CLAUDIA quanto na revista VEJA e também a mudança de gênero de entrevista para

artigo não mudou o padrão. O *nós* nulo continuou sendo a estratégia mais utilizada para indeterminar o sujeito, em consequência do paralelismo formal e da manutenção de referente.

A segunda pessoa do singular, consolidada na forma *você*, no contexto analisado, foi usada de forma recorrente nos dois gêneros, mas foi no artigo que se destacou com o uso dessa estratégia. O articulista, ao escrever o artigo, precisa se colocar em um diálogo com seus leitores, a fim de tornar o texto atrativo, compreensível e persuasivo, a partir do ponto de vista que defende, assim, o *você* foi escolha produtiva com função indeterminadora. Já a segunda pessoa do plural, não ocorreu nos dados analisados.

A terceira pessoa se mostrou altamente relevante, principalmente em sua forma prescrita pela gramática normativa, ocupando geralmente o 3º lugar na preferência dos informantes. Além disso, a forma expressa também foi utilizada como estratégia para indefinir o *a gente* quando esse pronome retomava SN com caráter genérico ou coletivo. Já a terceira pessoa do singular não se mostrou produtiva, apesar de registradas algumas ocorrências.

O uso do *se* demonstrou processo de mudança em curso, uma vez que no gênero entrevistas a maioria dos usos indefinidos se realizaram a partir do *se* apassivador, fato que desafia a norma que preconiza a indeterminação do sujeito apenas a partir do *se* como índice de indeterminação. Temos aqui uma variação no comportamento do uso do *se*.

De modo geral, percebemos que fatores como tempo verbal, mudança ou manutenção de referente, grau de formalidade da revista, sexo do informante e estrutura do gênero, podem influenciar significativamente às escolhas linguísticas. Assim, mesmo em um ambiente de escrita monitorado, como o contexto jornalístico, a variação ocorre de maneira natural e fluida.

REFERÊNCIAS

AVERBUG, Mayra CG. **Variedade Linguística nas escolas brasileiras**: pronomes nominativo, acusativo e dativo. XXII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, Anais. Lisboa: APL, p. 95-110, 2007.

BAGNO, Marcos. **Português ou brasileiro**? Um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola, 2004.

BAGNO, Marcos. Gramática pedagógica da língua portuguesa. **São Paulo: Parábola**, 2011.

BAKHTIN, Michael. Os gêneros do discurso (1953). In: _____ **Estética da Criação Verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOSA, Pilar; KATO, Mary; DUARTE, Eugênia. **Sujeitos indeterminados em PE e PB**. 2003.

BARROS, Diana Luz Pessoa de**.** Efeitos de oralidade no texto escrito. In: PRETI, Dino (Org**.). Oralidade em diferentes discursos**. Série Projetos Paralelos NURC-SP. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 57-84.

BRAVIN DOS SANTOS, Angela Marina. Variação linguística e o estudo da indeterminação do sujeito nas escolas brasileiras. **Práticas de ensino do português.** São Paulo: Contexto, p. 75-90, 2012.

BRAVIN DOS SANTOS, Angela Marina. Variação em construções com se: um desafio para o ensino de português**. Linha D'Água**, v. 27, n. 1, p. 76-86, 2014.

BENVENISTE, Emile. **Problèmes de linguistique Générale**. Paris: Gallimard, t. 2, 1974.

BOFF, Odete M. B.; KÖCHE, Vanilda S.; MARINELLO, Adiane F. **O gênero textual artigo de opinião:** um meio de interação. ReVEL, vol. 7, n. 13, 2009.

BOLINGER, Dwight. **Meaning and Form**. Londres/Nova York: Longman, 1997.

BRITO, Ana Maria. **Gramática emergente**: uma leitura. Universidade do Porto, Porto, 2010.

BYBEE, Joan. From usage to grammar: the mind's response to repetition. Language, v. 84, n. 4, p. 711-733. 2006.

BYBEE, Joan. **Linguagem, uso e cognição**. Imprensa da Universidade de Cambridge, 2010.

CARVALHO, Valter de. **Você, a gente et alia indeterminam o sujeito em Salvador**. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) - Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.

CASTILHO, Ataliba T. Para uma sintaxe da repetição-língua falada e gramaticalização. **Língua e literatura**, v. 23, p. 293-330, 1997.

CASTILHO, Ataliba T. de. **A língua falada no ensino de português**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CASTILHO, Ataliba T. **Nova Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Editora contexto, 2010.

CAVALCANTE, Silvia Rodrigues de O. **A indeterminação do sujeito na escrita padrão: a imprensa carioca nos séculos XIX e XX**. Faculdade de Letras-UFRJ. Brasil, Rio de Janeiro, Brasil, 1999.

CAVALCANTE, Silvia Rodrigues de O.; SOUZA, Maria Clara Paixão de. Construções de "SE-passivo" na história do português e a posição de sujeitos e complementos. In. **Textos Selecionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística,** Lisboa, APL, 2011, p. 153-167.

CHAVES, Elaine. **A implementação do pronome" você**": a contribuição das pistas gráficas. Belo Horizonte, UFMG, 2006.

CORRADELLO, Elaine de Fatima Alcara. **Quem é você? Análise de um pronome pessoal**. Sínteses-ISSN 1981-1314, v. 3, 1998.

COSTA, Marcos. Estruturalismo. In: Martelotta, Mario Eduardo. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2013 (113-126).

CUNHA, Cláudia de Souza. **Indeterminação pronominal do sujeito**. 1993. 111 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; TAVARES, Maria Alice. **Funcionalismo e ensino de gramática** [recurso eletrônico] – 1. ed. – Natal, RN: EDUFRN, 2016.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luis F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. SP: Lexikon, 2009.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da. **Transitividade e seus contextos de uso**. São Paulo: Cortez, 2011.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da. Funcionalismo. In: Martelotta, Mario Eduardo. **Manual de linguística.** São Paulo: Contexto, 2013 (157-1176).

CUNHA, Maria Angélica Furtado da.; COSTA, M. A.; CEZARIO, Maria. Mauro. Pressupostos teóricos fundamentais**.** In.: CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (orgs.). **Linguística Funcional**: teoria e prática. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

CUNHA, Maria Angélica Furtado da; TAVARES, Maria Alice. **Funcionalismo e ensino de gramática.** Natal: EDUFRN, 2016.

DIAS, Edilene Patrícia. **O uso do tu no português brasiliense falado**, Brasília, Dissertação de Mestrado em linguística – PGLA – UNB, 2007.

DIAS, Valter de Carvalho Dias. A indeterminação do sujeito em textos baianos dos séculos XIX e XX: um estudo sociofuncionalista. 2018.

DIAS, Valter de Carvalho Dias. **A indeterminação do sujeito em textos baianos dos séculos XIX e XX**: um estudo sociofuncionalista. 2018. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

DIK, Simon C. **A teoria da gramática funcional:** a estrutura da oração. Walter de Gruyter, 1997.

DUARTE, Maria Eugênia L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (Orgs.). **Português Brasileiro:** uma viagem diacrônica**.** Campinas: Ed. da UNICAMP. 1993

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. **A perda do princípio "evite pronome" no português brasileiro.** Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1995.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Termos de oração. VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. **Ensino de gramática:** descrição e uso. São Paulo: Contexto, pág. 185-203, 2007.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Avanço no estudo da mudança sintática associando a teoria da variação e mudança e a teoria de princípios e parâmetros. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 57, n. 1, p. 85-111, 2015.

BARBOSA, Pilar; KATO, Maria; DUARTE, Eugênia. **Sujeitos indeterminados em PE e PB**, Goiás: UFGO, 2003.

FARACO, C. E. **Língua e literatura**-Faraco e Moura (Vol. 2). São Paulo, São Paulo, Brasil: Editora Ática, 1998.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: Marcos Bagno (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002. p. 37-61, 2002.

FERREIRA, E. P.; LIMA, L. S. Gramática, funcionalismo e ensino de língua. **Revista de Letras**, v. 2, n. 38, p. 90-102, 2 dez. 2019.

FRANCHI, C. Criatividade e gramática. In POSSENTI, S. (Org**.). Mas o que é mesmo "gramática** "? São Paulo: Parábola, 2006. p. 34-101.

FREIRE, Josenildo. Comportamento variacionista da expressão pronominal a gente em textos escolares. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, v. 14, n. 29, p. 171-187, 2020.

FURTADO DA CUNHA, Angélica. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de linguística**. 1. ed., 3ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2013, p. 157-176.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; TAVARES, M. A. Linguística funcional e ensino de gramática. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; TAVARES, M. A. (Org.). **Funcionalismo e ensino de gramática**. Natal/RN: EDUFRN, 2007. p.13-51.

FURTADO DA CUNHA, Angélica.; SOUZA, M. M. **Transitividade e seus contextos de uso**. São Paulo: Cortez, 2011.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. **Introdução à gramaticalização**. São Paulo: Parábola, 2007.

GONÇALVES. S.C. L; LIMA-HERNANDES, M. C; CASSEB-GALVÃO, V. C. Org. **Introdução à gramaticalização**: Princípios teóricos e aplicação. São Paulo: Parábola, 2007.

GIVÓN, Talmy. **On understanding grammar**. New York: Academic Press, 1979.

GIVÓN, Talmy. Introduction. In: GIVÓN, T. (Ed.). **Topic continuity in discourse.** Amsterdam: John Benjamins, 1983.

GIVÓN, Talmy. **Sintax I**. New York: Academic Press, 1984.

GIVÓN, Talmy. **English Grammar**: a function-based introduction. v. 2. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1993.

GIVÓN, Talmy. **Functionalism and grammar**. Amsterdã: John Benjamins, 1995.

HALLIDAY, Michael AK. Diversidade funcional na linguagem vista a partir da consideração da modalidade e do humor em inglês. **Fundamentos da linguagem**, p. 322-361, 1970.

HOPPER, Paul J.; **Emergent grammar**. In: BLS. v. 13, p. 139-157, 1987.

HOPPER, P.& Traugott, E., **Grammaticalization**, Cambridge, CUP, 1993.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Clos. **Grammaticalization**. Imprensa da Universidade de Cambridge, 2003.

HOPPER, P. J. Emergent grammar and temporality in interactional linguistics. In: AUER, Peter; PFÄNDER, S. (Eds.). **Constructions:** emerging and emergent. Berlin: de Gruyter, 2011. p. 22- 44.

KENNEDY, Eduardo; MARTELOTTA, Mário Eduardo. A visão funcionalista da linguagem no século XX**.** In: Maria Angélica Furtado da Cunha; Mariangela Rios de Oliveira; Mário Eduardo Toscano Martelotta. (Org.). **Linguística Funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2003, v., p. 17-28.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. BAGNO, Marcos; SCHERRE, Maria Marta P.; CARDOSO, Caroline R. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LABOV, William. Dialetos não ameaçados, pessoas ameaçadas. **Sustentando a diversidade linguística:** Línguas e variedades linguísticas ameaçadas e minoritárias, Washigton, D. C: Georgetown university Press, p. 219-238, 2008.

LELOUP, Paula Carine Sousa Dantas; FARIAS, Luiz Márcio Santos. A Teoria das Situações Didáticas e as diferentes funções do "se". In: **Contribuições da didática da matemática para a prática dos professores,** Salvador, EDUFBA, 2016**.**

LIMA-HERNANDES, Maria Célia. O princípio da iconicidade e sua atuação no português do Brasil. **Filologia e linguística portuguesa**, n. 8, p. 83-96, 2006.

LIMA, Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa.** ed. 49. José Olympio, Rio de Janeiro, 2011.

LYONS, John. **Linguagem e linguística:** uma introdução. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

LOPES, Célia Regina dos Santos. **Nós e a gente no português falado culto do Brasil**. 1993. 189 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

LOPES, Célia Regina dos Santos. Nós e a gente no português falado culto do Brasil. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, v. 14, p. 405-422, 1998.

LOPES, Célia Regina dos Santos. **A inserção de a gente no quadro pronominal do português**: percurso histórico. 1999. 181f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

LOPES, Celia Regina dos. Santos; MACHADO, Ana. Carolina. Morito. “Tradição e inovação: indícios do sincretismo entre segunda e terceira pessoas nas cartas dos avós”. In: Célia Regina dos Santos Lopes. (Org.). **Norma brasileira em construção**: fatos lingüísticos em cartas pessoais do século XIX. Rio de Janeiro: Pós-Graduação em Letras Vernáculas/FAPERJ, 2005, v., p. 45-66.

LOPES, Célia Regina dos Santos. A gramaticalização de a gente em português em tempo real de longa e de curta duração**:** retenção e mudança na especificação dos traços intrínsecos. **Fórum linguístico**, v. 4, n. 1, p. 47-80, 2007.

LOPES, Célia Regina dos Santos. Retratos da variação entre" você" e" tu" no português do Brasil: sincronia e diacronia. **Português Brasileiro II:** contato linguístico, heterogeneidade e história. Niterói: Ed. da UFF, v. 2, p. 55-71, 2008.

LOPES, Célia Regina dos Santos. **A inserção de “a gente” no quadro pronominal do português.** Madrid: Iberoamericana, 2003.

LUCCHESI, Dante. A simplificação morfológica na expressão do sujeito indeterminado no português afro-brasileiro. **Revista Linguíʃtica**, v. 10, n. 1, 2014.

MACHADO, Ana Carolina Morito: **A implementação de "você" no quadro pronominal**: as estratégias de referência ao interlocutor em peças teatrais no século XX. Dissertação de Mestrado em Letras (Letras Vernáculas), Rio de Janeiro, 2006.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. CUNHA, MAF da; OLIVEIRA, MR de; MARTELOTTA, ME **Lingüística funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FAPERJ: DP&A, p. 17-28, 2003.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de linguística**. Linguística-Conceitos básicos, editora contexto: São Paulo, 2011.

MARTINS, Rosemari Lorenz; MAURER, Claudini Fabrícia; SEVERO, Priscila Frota. O tu e você no paradigma pronominal do português brasileiro em cartas pessoais. **Revista (Con) textos Linguísticos**, v. 10, n. 16, p. 86-102, 2016.

Meillet, A. 1912, “L‘évolution des formes grammaticales”, In: Meillet, A. 1921, **Linguistique historique et linguistique générale,** tome I. Paris, Klincksieck, pp. 130-148.

MENDONÇA, Josilene de Jesus; Nascimento, Jaqueline dos Santos; "Estratégias de indeterminação do sujeito**:** polidez e relações de gênero", p. 225-238. In: Freitag, Raquel Meister Ko.; Severo, Cristine Gorski (Org). **Mulheres, linguagem e poder** - Estudos de Gênero na Sociolinguística Brasileira. São Paulo: Blucher, 2015.

MENON, Odete Pereira da Silva. **O sistema pronominal do português do Brasil**. Revista Letras, v. 44, 1995.

MENON, Odete Pereira da Silva. Pronome da Segunda pessoa no Sul do Brasil: tu/você/o senhor em Vinhas da Ira**. Letras de hoje**, v. 35, n. 1, 2000.

MENON, Odete Pereira da Silva. A história de você. In: GUEDES, M.; BERLINCK,R. A.; MURAKAWA, C. A. A. (Org.). **Teoria e análise lingüísticas: novas trilhas**. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 99-160

MICHELETTI, Helena; FRANCHETTI, Susan Klein. A indeterminação do sujeito**:** um estudo sociolinguístico. **Estudos Linguísticos**, v. XXV, p. 629-635, 1996.

MILANEZ, Wânia. **Recursos de indeterminação do sujeito**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras, Unicamp, Campinas, 1982.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística:** domínios e fronteiras. Cortez Editora, 2021.

NEVES, Maria Helena de Moura. Uma visão geral da gramática funcional. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 38, 1994.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Funcionalismo e linguística do texto**. Revista do GEL, v. 1, p. 71-89, 2004.

NEVES, Maria Helena de Moura**. Que gramática ensinar na escola?** *Norma e uso na língua portuguesa.* 2. ed., São Paulo: Contexto, 2004.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2007.

NEVES, Maria Helena de Moura **Gramática de usos de português** / Maria Helena de Moura Neves. — 2. ed. — São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

OLIVEIRA, Silvia Regina Cavalcante de. **O sujeito indeterminado na escrita dos séculos XIX e XX:** uma mudança encaixada? Para a história do português brasileiro: Primeiros estudos, tomo I., p. 233, 2001.

OLIVEIRA, Karine Rios de. Nós, a gente e o clítico se como estratégias de indeterminação do sujeito no Português. 2006. 173 f. **Dissertação** (Mestrado em Linguística Letras e Artes) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Universidade Federal de Goiás. Catalão–GO, 2011.

OLIVEIRA, Luciano de. Estratégias de indeterminação do sujeito em línguas românicas. **Revista do GELNE**, v. 20, n. 2, p. 30-45, 2018.

OTHERO, Gabriel. Revisitando o status do pronome cê no português brasileiro. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 21, n. 1, p. 135-156, 2013.

OTHERO, Gabriel de; SILVA, Susana Miranda da. A indeterminação do sujeito no português brasileiro: investigando algumas estratégias pronominais em orações finitas. **Muitas Vozes**, v. 9, n. 1, p. 144-160, 2020.

OMENA, Nelize Pires de; BRAGA, Maria Luiza. A gente está se gramaticalizando? In.: MACEDO, A. T., RONCARATI, C. & MOLLICA, M. C. (org.): **Variação e Discurso.** Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996.

PEIRCE, Charles Sanders; WELBY, Victoria Lady. **Semiótica e significados**: A correspondência entre Charles S. Peirce e Victoria Lady Welby, 1977.

PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. O lugar do outro. In: **Revista Língua Portuguesa**. São Paulo: Segmento, 2011. Disponível em: Acesso em: 25 maio 2015.

PEREIRA, Deize Crespim. Uma análise funcionalista da indeterminação do sujeito no Português Popular falado em São Paulo. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 15, n. 2, p. 475-518, 2013.

PERINI, Mario A. **Para uma Nova Gramática de Português**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

PERINI, Mario A. **Sofrendo a gramática**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2005.

PEZATTI, Erotilde Goreti. A voz do outro, de uma perspectiva funcionalista. **ALFA**: Revista de Linguística, 2005.

PONTES, Vanessa. **A indeterminação do sujeito no português rural do interior do estado da Bahia**. 2008. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

POSSENTI, Sírio; ILARI, Rodolfo. Ensino de língua e gramática: alterar conteúdos ou alterar a imagem do professor? In: CLEMENTE, Ivo; KIRST, Marta Helena Barrão. **Linguística aplicada ao ensino de português**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

ROCHA, Warley José Campos; DOS SANTOS, Lorenna OIiveira; SOUSA, Valéria Viana. O pronome você e sua variante cê: um estudo (socio) funcional. **Interdisciplinar**-Revista de Estudos em Língua e Literatura, 2016.

RÚBIO, Cássio Florêncio. **A relevância de aspectos formais e funcionais em fenômenos variáveis relacionados à primeira pessoa do plural no português do Brasil e de Portugal.** Revista de Letras, Fortaleza, n. 38, v. 2, jul./dez. 2019.

SAID ALI, Manuel. **Gramática secundária e gramática histórica da Língua Portuguesa**. 3. ed. Brasília: Editora da UNB, 1964.

SANTANA, Neila Maria Oliveira. **A indeterminação do sujeito no português rural do semi-árido baiano**. Dissertação de mestrado. Instituto de Letras, UFBA, Salvador, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de (1917/1972). **Curso de linguística geral.** Trad. A. Chelini, J. P. Paes e Izidro Blickstein; prefácio à edição brasileira por Isaac Nicolau Salum. São Paulo: Cultrix.

SANTOS, Gessica Aparecida Botelho dos. **A indeterminação do sujeito no português brasileiro:** comparando perspectivas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021.

SEARA, I. C. A variação do sujeito nós e a gente na fala florianopolitana. **Organon**, Porto Alegre, v. 14, n. 28-29, 2012. DOI: 10.22456/2238-8915.30203. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30203. Acesso em: 21 out. 2023.

SCHERRE, Marta; DIAS. Edilene Patrícia; ANDRADE, Carolina; MARTINS. Germano Ferreira. Variação dos pronomes "tu" e "você**"**. In. **Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro** / Marco Antonio Martins e Jessura Abraçado (orgs). – São Paulo: Contexto, 2015.

SILVA, Camilo Rosa. Iconicidade no uso do conector MAS: uma abordagem funcionalista em textos jornalísticos. In. **Funcionalismo e gramaticalização**: teoria, análise, ensino / Maria Elizabeth A. Crhistiano, Camilo Rosa Silva e Dermeval da Hora (orgs). – João Pessoa: Idéia, 2004.

SOUZA, Elizete Maria de. O uso do pronome 'eles' como recurso de indeterminação do sujeito. 2007.TAGLIAMONTE, Sali A. **Variationist sociolinguistics:** change, observation, interpretation. Cambridge: Wiley-Blackwell, 2012.

TAVARES, Maria Alice. **A gramaticalização de E, AÍ, DAÍ e ENTÃO**: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista. 2003. Tese (Doutorado em Linguística), UFSC, Florianópolis, 2003.

TAVARES, Maria Alice. Sociofuncionalismo: um duplo olhar sobre a variação e a mudança linguística. **Interdisciplinar-Revista de Estudos em Língua e Literatura**, v. 17, 2013.

VARGAS, Amanda de Santana Campos. **Estratégias pronominais de indeterminação:** um estudo diacrônico. 2010. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. Colocação pronominal. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues. BRANDÂO, Sílvia Figueiredo (orgs). **Ensino de Gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007. P. 121-146.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; FREIRE, Gilson Costa. **Variação morfossintática e ensino de português.** Ensino de português e sociolinguística**.** São Paulo: Contexto, p. 81-114, 2014.

VIEIRA, Márcia Machado. SARAIVA, Eneile Santos. A concordância de número em estruturas passivas pronominais no português brasileiro. In: XVI Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina, ALFAL, 2011. Alcalá de Henares, Madri. **Anais do XVI Congresso Internacional de La Alfal**, 2011.

VIEIRA, Silvia Rodrigues; FREIRE, Gilson Costa. Variação morfossintática e ensino de português. In:__ **Ensino de português e sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 81-113.

VOTRE, Sebastião Josué. **Lingüística funcional:** teoria e prática. Québec: University Laval, 1992

ZILLES, Ana Maria Stahl. **The Development of a New Pronoun:** the Linguistic and Social Embedding of a gente in Brazilian Portuguese. Language Variation and Change, n. 17, v. 1, p. 19-53, 2005.

ZILLES, Ana Maria Stahl. Nova gramática do português brasileiro: um olhar sociolinguístico. **Gramáticas brasileiras**: com a palavra, os leitores. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.